

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

MIRELLA VILLA DE ARAÚJO TUCUNDUVA DA FONSECA

**OS DISCURSOS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:
DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS ÀS CONQUISTAS PROFISSIONAIS**

**CAMPO GRANDE – MS
2015**

Ficha Catalográfica

FONSECA, Mirella Villa de Araújo Tucunduva da.

Os Discursos sobre Inclusão Social da Pessoa com Deficiência: dos desafios educacionais às conquistas profissionais./ Mirella Villa de Araújo Tucunduva da Fonseca. – Campo Grande, MS, 2016.

120 f.; 30cm.

Orientador: Professor Doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-graduação em Educação – Cursos de Mestrado e Doutorado.

1. Educação e Trabalho; 2. Michel Foucault; 3. Pessoa com deficiência; 4. Inclusão social. I. OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. II. Título.

MIRELLA VILLA DE ARAÚJO TUCUNDUVA DA FONSECA

**OS DISCURSOS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:
DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS ÀS CONQUISTAS PROFISSIONAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Doutorado, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para fins de qualificação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório

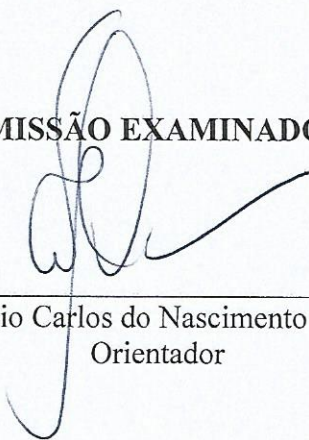
**CAMPO GRANDE – MS
2015**

Mirella Villa de Araújo Tucunduva da Fonseca

**OS DISCURSOS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA: DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS ÀS CONQUISTAS
PROFISSIONAIS**

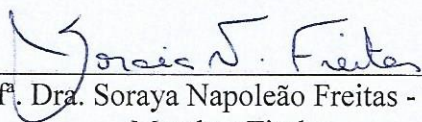
Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
como requisito final para a obtenção do título de Doutor.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório - UFMS
Orientador

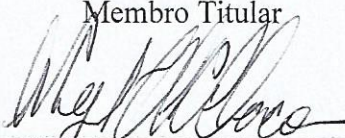
Prof^ª. Dra. Alexandra Ayach Anache - UFMS
Membro Titular



Prof^ª. Dra. Soraya Napoleão Freitas - UFSM
Membro Titular



Prof^ª. Dra. Alda Maria do Nascimento Osório - UFMS
Membro Titular



Prof. Dr. Miguel Claudio Moriel Chacon - UNESP
Membro Titular

Campo Grande - MS, 07 de junho de 2016

AGRADECIMENTOS

A todos que sempre me fizeram acreditar na realização dos meus ideais e contribuíram para que eu pudesse realizá-los. Nesse momento concluo mais uma etapa da minha formação como profissional e com certeza não poderia ter sido concretizada sem a ajuda de vocês, que, no decorrer da minha vida, proporcionaram integridade, perseverança, exemplo de força, carinho, alegrias e reflexões para meu desenvolvimento como ser humano.

Por essa razão, quero inicialmente expor minha imensa e eterna gratidão às minhas amadas filhas Ana Lia (minha pediatra predileta) e Laís (mãe de meus netos: Pedro e Eliza), meus genros e nora: Gustavo, João Gabriel, Jiuliana e ao meu filho Lucas, a quem dedico estas palavras:

Querido filho

Há 31 anos, eu era apenas uma menina de 22 anos com mil perguntas, todas sem resposta. Vivia ajeitando o vestido, que teimava ficar mais curto pela imensa barriga que eu exibia com orgulho a espera de meu primeiro filho.

Inesperadamente na noite de 12 de outubro de 1984, as dores do parto, a dilatação, a sua vontade ansiosa de vir ao mundo prematuramente.

Você nasceu tão frágil e pequenino, totalmente sem forças até para respirar.

Eu não pude tê-lo em meus braços, não pude conhecer seu toque, seu cheiro, não consegui ouvir seu primeiro choro porque você foi direto para uma incubadora. E lá permaneceu durante intermináveis dias.

Mas Deus permitiu, depois de longos dias de espera de sua recuperação, que eu tivesse você em meu colo, para o primeiro carinho, para amamentá-lo, aquecê-lo, para sentir o que é ser mãe!

Alguns dizem que você teve distúrbio neuromotor grave de origem cerebral.

Eu digo que você tem luz, brilho, força, inteligência, alegria, sensibilidade...

E o tempo passou e você com seus movimentos limitados, seu tronco desequilibrado, suas mãos fechadas, sua dificuldade em falar as primeiras palavras.

As visitas aos médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e tantos outros... Diagnósticos pouco esperançosos e animadores diante do tempo da vida. As constantes avaliações de suas dificuldades.

Na época de sua alfabetização, aos 07 anos, você foi avaliado por pedagogas e psicólogas e, diante de mais um diagnóstico, encaminhado para instituições especializadas, pois, de acordo com estas profissionais, você não conseguiria desenvolver-se academicamente em escolas "regulares". Minha condição de mãe e de estudante de pedagogia levou-me a contrapor tal avaliação e a insistir nas suas potencialidades, garantindo sua escolarização em escolas "regulares".

Não podemos ignorar quantos foram os desafios. Nossa luta trilhou caminhos de muita dificuldade, no sentido de superar barreiras tanto as estruturais, pois vivemos em um mundo limitado para pessoas com deficiência; como as do preconceito e do descrédito.

*Mas você sempre foi um lutador e superou os diagnósticos e as avaliações, não é?
Você sempre desafiou a vida!*

Lembro-me o dia em que você, aos 16 anos, cursando o ensino médio, me falou que seria um veterinário. Todos disseram que era loucura... “como um cadeirante pode ser um veterinário?”... mas, você decidiu, desafiou e conquistou.

Tenho certeza que sua jornada no ensino superior foi importante para seus colegas e professores aprenderem com você, descobrirem novas maneiras de encarar os problemas e diferentes formas de atuar profissionalmente.

Ao cuidar de si você transformou e melhorou o mundo ao seu redor.

Você nunca se deixou abater diante do universo da exclusão.

Depois de romper barreiras na sua escolarização e galgar conquistas profissionais, hoje você é um veterinário que trabalha em uma grande empresa de genética bovina e ministra palestras na sua área profissional; servindo de exemplo a tantos outros que podem fortalecer a eficiência e abandonar a ideia da incapacidade.

Hoje estou vencendo mais uma etapa na minha profissão e, mais do que nunca, quero confirmar o quanto é maravilhoso tê-lo ao meu lado.

Meus agradecimentos se estendem para o orientador deste estudo, professor doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório, por ter possibilitado, além da formação acadêmica, a formação pessoal ao longo de vinte e cinco anos de convivência, sempre trabalhando muito, traçando novos caminhos, principalmente me proporcionando “pensar diferente do que se pensa, e perceber diferente do que se vê” como diria Foucault (1984), permitindo novas possibilidades de olhar e que me aproximaram cada vez mais da importância da reflexão. Muito obrigada pela sua amizade, pela confiança que depositou em mim, por me colocar o desafio de fazer a tese, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, apoio incondicional, pela disponibilidade e generosidade reveladas, assim como pelas críticas e sugestões feitas nas orientações, colaborando no solucionar de dúvidas e problemas que surgiam no decorrer da realização desse estudo.

Aos professores membros da banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Alda Maria do Nascimento Osório, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), exemplo do que é ser professora e pesquisadora, por todo seu cuidado e preocupação com as palavras, com toda a responsabilidade e seriedade no processo de pesquisa.

Prof^a. Dr^a. Alexandra Ayach Anache, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), minha orientadora, meu exemplo, minha referência. Seus ensinamentos me levaram a receber um prêmio acadêmico nacional com a dissertação de mestrado e com certeza tal feito é valorizado em cada momento da minha vida profissional. Agradeço por acompanhar-me durante todo o tempo que

estive pela universidade. Agradeço, pelo incansável apoio moral e permanente disponibilidade que me permitiram encontrar informações e soluções que, em muito, contribuíram para a execução desta tese. Agradeço sua amizade!

Prof^a. Dr^a. Soraia Napoleão Freitas da Universidade de Santa Maria/RS, é um privilégio de poucos contar com a mesma professora na banca de mestrado e 12 anos depois na banca de doutorado. Isto demonstra nossa perseverança em busca do conhecimento. Agradeço sua disponibilidade manifestada em participar da banca de defesa de tese contribuindo assim para o fechamento desta etapa.

Prof. Dr. Miguel Chacon, professor da UNESP de Marília. Agradeço pela disponibilidade manifestada em participar da banca tanto quanto da elaboração do parecer com contribuições valiosas para a banca de qualificação. Agradeço a atenção e o conhecimento dispensado ao indicar importantes informações que contribuíram para o fechamento desta tese.

A realização dessa tese de doutoramento contou também com importante apoio e incentivos sem os quais não se teria tornado realidade e aos quais sou grata!

O apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço essa Instituição pelo apoio financeiro e acesso a informações científicas.

Aos membros do Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultiano (GEIARF) pelas discussões propiciadas nos encontros que contribuíram para o entendimento da pesquisa foucaultiana.

À minha turma de doutorado, ingressantes no ano de 2012, os momentos de estudos que tivemos e se tornaram inesquecíveis.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação - PPGEdu/UFMS.

Aos colegas de trabalho que se tornaram amigos especiais nesses quatro anos de estudos, aos colegas do campus de Naviraí (CPNV) nesses dois últimos anos, agradeço aos que me acompanharam nesse processo, com momentos de discussões sobre educação, mestrado, doutorado, pesquisa, Foucault...

Finalmente, quero agradecer a minha família, pela paciência e compreensão sempre demonstradas de uma forma muito particular. É com muito carinho que venho agradecer a todos por cada palavra, por cada gesto, por cada informação, enfim, a todos que carinhosamente gastaram um tempinho do seu tempo comigo...

Aos que participaram do processo e não citei os nomes...

Aos que não puderam estar presente nesse momento...

Agradeço pelas pessoas maravilhosas que me cercam...

Uns bem de perto... Uns de longe... Outros de bem longe...

Obrigado a todos!

*Existem momentos na vida onde a questão de
saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa,
e perceber diferente do que se vê, é indispensável para continuar
a olhar ou refletir.*
(FOUCAULT, 1984, p. 13)

RESUMO

TUCUNDUVA-FONSECA, Mirella Villa de Araújo. **Os Discursos Sobre Inclusão Social Da Pessoa Com Deficiência:** dos desafios educacionais às conquistas profissionais. (115 f.) Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-Graduação em Educação – Cursos de Mestrado e Doutorado – Campo Grande, MS, 2015.

Este estudo apresenta as bases para a compreensão dos discursos sobre a inclusão social de pessoas com deficiência por meio do trabalho, tendo como processo os desafios educacionais. O objetivo é compreender como a educação e o trabalho, permeiam a inclusão social das pessoas com deficiência. A tese apresentada é que a inclusão social das pessoas com deficiência é determinada cada vez mais pela apropriação do saber formal e a consequente inserção no mercado de trabalho. A inclusão social, neste estudo, é entendida como a possibilidade, quer seja pela educação, quer seja pelo trabalho, das pessoas com deficiência participarem da sociedade, junto às demais pessoas, em uma vida cotidiana plena. O processo de investigação permitiu sinalizar percepções no sentido de compreender a inclusão social das pessoas com deficiência entendendo que as práticas de si são produções sociais marcadas por mecanismos de superação das dificuldades constituídas além dos processos pedagógicos de escolarização ou da formação profissional. As práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos pensamentos, novos conceitos, mas também fazem nascer outras reflexões de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte dessas práticas. Trata-se de uma pesquisa descritiva, na qual os procedimentos técnicos para investigação se caracterizam de cunho qualitativo. Procurou-se compreender a inclusão social dando voz aos sujeitos da pesquisa, ou seja, às pessoas com deficiência que trabalham, e focalizou-se em uma empresa de grande porte em Campo Grande/Mato Grosso do Sul, utilizando esse campo como uma amostragem para demonstrar que a inclusão social da pessoa com deficiência não se desvincula das práticas sociais explicitadas em suas diferentes correlações entre educação e trabalho. O suporte metodológico para a análise dos dados coletados baseia-se nas obras de Michel Foucault, filósofo francês, que enfatiza a arqueologia como uma forma segundo a qual devemos “sacudir a quietude” com que aceitamos as continuidades irrefletidas e pelas quais se organizam os discursos a serem analisados. Como resultados possíveis, percebemos que as pessoas com deficiência são retratadas em contextos estereotipados e reducionistas. O discurso típico a seu respeito costuma se limitar a dois polos: a negação da autonomia e a exploração da imagem dessas pessoas, apelando para situações que despertam sentimentos de pena ou motivação para quem não tem nenhum tipo de deficiência. São muito comuns as histórias de superação, contadas para comover as demais pessoas a partir das dificuldades vivenciadas por quem tem deficiência. Muita gente ainda é surpreendida quando esses indivíduos demonstram que possuem liberdade de escolha e plena capacidade para viver em sociedade. Desse modo, pode-se apreender que os discursos sobre a inclusão social da pessoa com deficiência se “estruturam” e se “desestruturam” na exigência da práxis constante de novas buscas de compreensão da realidade que os cerca, resgatando diferentes práticas sociais e dialogando, a partir delas, concessões possíveis sobre a forma padronizada da sociedade, que muitas vezes se estabelece absoluta e imutável.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Inclusão social; educação; trabalho; Michel Foucault.

ABSTRACT

TUCUNDUVA-FONSECA, Mirella Villa de Araújo. **The Discourse About Social Inclusion Of Persons With Disabilities:** from educational challenges to professional achievements. (115 p.) Thesis (Doctorate in Education) – Federal University of Mato Grosso do Sul. School of Humanities – Graduate Program em Educação – Master's and Doctorate Degrees – Campo Grande, State of Mato Grosso do Sul, 2016.

This study presents the basis for understanding the discourses on the social inclusion of people with disabilities through labor, having educational challenges as process. The objective is to understand how education and labor, permeate the social inclusion of persons with disabilities. The thesis presented is that the social inclusion of persons with disabilities is increasingly determined by the appropriation of knowledge and consequent insertion in the labor Market. Social inclusion, in this study, is understood as the possibility, whether by education, whether by labor, of persons with disabilities to participate in society, together with other people, in a full daily life. Methodologically, the research process enabled us to flag perceptions in order to understand the social inclusion of people with disabilities, understanding that the practices of self are social productions marked by mechanisms of overcoming difficulties in addition to pedagogical processes of schooling or vocational training. Social practices can engender areas of knowledge which enable for the appearance not only do appear new concepts, but also enable for the birth of new reflections of a discourse taken up as a set of strategies which become part in these practices. This research is a descriptive research, in which the technical procedures for investigation are characterized in a qualitative aspect. Social inclusion was object of comprehension in order to give voice to the subjects of the research, that is, to the persons with disabilities who work, and it concentrated in a large business in Campo Grande, State of Mato Grosso do Sul, using this field as sample to demonstrate that social inclusion of the persons with disabilities is not detached from explicit social practices in its different correlations between education and labor. The methodological support for the analysis of data collected is based on the writings of Michel Foucault, the French philosopher who emphasizes archeology as a manner with which we must “shake the passiveness” with which we accept non-reflected continuities and by which the discourses to be analyzed are organized. As possible results, we perceive that persons with disabilities are pictured in stereotypical reductionist contexts. The typical discourse concerning them is limited to two perceptions: negation of autonomy and the exploiting of the image of these persons, appealing to situations which evoke feelings of pity or motivation for those who have no disability. Stories of overcoming difficulties are commonly told to touch other persons starting from the difficulties confronted by the disabled, Many persons are surprised when these individuals are perceived to have freedom of choice and full capacity to live within society. Thus, it is possible to apprehend that the discourses about social inclusion of persons with disabilities are “structured” and then “de-structured” in the requirements of the constant praxis of new searches of comprehension of the realities which surround them, retrieving the different social practices and dialoguing from there on with possible concessions about the standards of society, which many times is pictured as absolute and immutable.

Keywords: Persons with deficiency; Social inclusion; Education; Labor; Michel Foucault.

RESUME

TUCUNDUVA-FONSECA, Mirella Villa de Araújo. Les discours sur l'inclusion sociale des personnes handicapées: les défis éducatifs aux réalisations professionnelles. (. 115 f) Thèse (doctorat en éducation) - Université Fédérale du Mato Grosso do Sul Centre pour Sciences humaines et sociales -. Programme de formation universitaire - maîtrise et cours de doctorat - Campo Grande, MS 2015.

Cette étude fournit la base pour comprendre le discours sur l'inclusion sociale des personnes handicapées par le travail, avec le processus, les défis éducatifs. L'objectif est de comprendre comment l'éducation et le travail, imprègnent l'inclusion sociale des personnes handicapées. L'argument avancé est que l'inclusion sociale des personnes handicapées est déterminée de plus en plus par l'appropriation des connaissances formelles et l'intégration conséquente dans le marché du travail. L'inclusion sociale dans cette étude est comprise comme la possibilité, que ce soit pour l'éducation, que ce soit le travail des personnes handicapées à participer à la société, aux côtés des autres personnes dans une vie quotidienne complète. Méthodologiquement, le processus de recherche a permis à la perception des signaux afin de comprendre l'inclusion sociale des personnes handicapées comprennent que les pratiques elles-mêmes sont des productions sociales marquées par des mécanismes pour surmonter les difficultés faites au-delà des processus pédagogiques de l'enseignement ou de la formation professionnelle. Les pratiques sociales peuvent atteindre engendrer des champs de savoir que non seulement n'apparaissent de nouvelles pensées, de nouveaux concepts, mais aussi donner naissance à d'autres réflexions d'un discours pris comme un ensemble de stratégies qui font partie de ces pratiques. Ceci est une étude descriptive dans laquelle les procédures techniques d'enquête sont caractérisés nature qualitative. Nous avons cherché à comprendre l'inclusion sociale en donnant la parole aux sujets de recherche, à savoir des personnes handicapées qui travaillent, et concentrés sur une grande entreprise à Campo Grande / Mato Grosso do Sul, en utilisant ce champ comme un échantillon pour démontrer que l'inclusion sociale des personnes handicapées ne sont pas déconnectés des pratiques sociales expliquées dans ses diverses corrélations entre l'éducation et le travail. Le soutien méthodologique pour l'analyse des données est basée sur les travaux de Michel Foucault, le philosophe français, qui met l'accent sur l'archéologie comme un deuxième forme que nous "secouer le silence" qui acceptent les continuités irréflechies et pourquoi organiser des discours à analyser. En conséquence possible, nous nous rendons compte que les personnes handicapées sont dépeints dans des contextes stéréotypés et réductionnistes. Le discours typique d'elle souvent limitée à deux pôles: la négation de l'autonomie et de l'exploitation de l'image de ces personnes, en faisant appel à des situations qui suscitent des sentiments de pitié ou de motivation pour ceux qui ont pas un handicap. Y a des histoires très communs de surmonter, dit de déplacer d'autres personnes des difficultés rencontrées par les personnes handicapées. Beaucoup de gens sont toujours surpris quand ces personnes ont démontré que la liberté de choix et la pleine capacité à vivre en société. Ainsi, vous pouvez apprendre que le discours sur l'inclusion sociale des personnes handicapées "structure" et "perturber" l'exigence de la pratique constante de nouvelles quêtes pour comprendre la réalité qui les entoure, sauvant différentes pratiques sociales et dialoguant, d'eux, des concessions possibles sur la forme normalisée de la société qui établit souvent absolue et immuable.

Mots-clés: Personnes Handicapées; l'inclusion Sociale; l'éducation; Travailler; Michel Foucault.

RESUMEN

TUCUNDUVA-FONSECA, Mirella Villa de Araújo. LOS DISCURSOS SOBRE INCLUSIÓN SOCIAL DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD: LOS RETOS EDUCATIVOS A LOS LOGROS PROFESIONALES. Tesis (Doctorado en Educación) - Programa Graduado de Educación - Masters y cursos de doctorado - Campo Grande, MS, 2015 Universidad Federal de Mato Grosso do Sul Centro de Ciencias Humanas y Sociales.

Este estudio proporciona la base para la comprensión del discurso sobre la integración social de las personas con discapacidad a través del trabajo, con el proceso de los retos educativos. El objetivo es entender cómo la educación y el trabajo, permean la inclusión social de las personas con discapacidad. La tesis se presenta que la inclusión social de las personas con discapacidad está cada vez más determinada por la apropiación del conocimiento formal y la consecuente integración en el mercado laboral. La inclusión social en este estudio se entiende como la posibilidad, tanto para la educación, ya sea en el trabajo, las personas con discapacidad participen en la sociedad, junto con las otras personas en un día a día lleno. Metodológicamente, el proceso de investigación ha permitido la percepción de señales con el fin de comprender la inclusión social de las personas con discapacidad entienden que las prácticas mismas son producciones sociales marcadas por mecanismos para superar las dificultades hechas más allá de los procesos pedagógicos de la enseñanza o de formación profesional. Las prácticas sociales pueden llegar a engendrar campos saber que no sólo aparecen nuevos pensamientos, nuevos conceptos, sino también dar a luz a otras reflexiones de un discurso tomado como un conjunto de estrategias que forman parte de estas prácticas. Se trata de un estudio descriptivo en el que las modalidades técnicas de investigación se caracterizan naturaleza cualitativa. Hemos tratado de entender la inclusión social, dando voz a los sujetos de investigación, es decir, personas con discapacidad que trabajan, y se centró en una gran empresa en Campo Grande / Mato Grosso do Sul, utilizando ese campo como muestra para demostrar que la inclusión social de las personas con discapacidad no están desconectados de las prácticas sociales explican en sus diversas correlaciones entre la educación y el trabajo. El apoyo metodológico para el análisis de datos se basa en la obra de Michel Foucault, el filósofo francés, que hace hincapié en la arqueología como una segunda forma que el "movimiento de la quietud" que aceptan las continuidades irreflexivas y por qué organizamos discursos a analizar. Como resultado posible, nos damos cuenta de que las personas con discapacidad son retratados en contextos estereotipadas y reduccionistas. El típico discurso sobre su menudo se limita a dos polos: la negación de la autonomía y la explotación de la imagen de estas personas, apelando a situaciones que despiertan sentimientos de pena o la motivación para aquellos que no tienen discapacidad. Son historias muy comunes de superación, dijeron a moverse a otras personas de las dificultades de las personas con discapacidad. Muchas personas todavía están sorprendidos cuando estos individuos han demostrado que la libertad de elección y plena capacidad de vivir en sociedad. Por lo tanto, se puede aprender que el discurso sobre la inclusión social de las personas con discapacidad "estructura" y "interrumpir" el requisito de la práctica constante de nuevas misiones para comprender la realidad que les rodea, el rescate de las diferentes prácticas sociales y dialogantes, de ellos, posibles concesiones en el formulario normalizado de la sociedad que a menudo establece absoluta e inmutable.

Palabras clave: Las personas con discapacidad; la inclusión social; la educación; trabajar; Michel Foucault.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CCHS	-	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CEB	-	Câmara de Educação Básica
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CONAE	-	Conferência Nacional de Educação
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
FUNSAT	-	Fundação Social do Trabalho de Campo Grande
FUNTRAB	-	Fundação de Trabalho e Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul
GEIARF	-	Grupo de Estudo e de Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET	-	Instituto Federal de Educação Tecnológica
INES	-	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
MEC	-	Ministério da Educação
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PcD	-	Pessoa com Deficiência
PPGEdu	-	Programa de Pós-Graduação em Educação
SRTE/MS	-	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MS
UFMS	-	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e dissertações defendidas no Brasil de 2010 a 2012.....	26
Quadro 2 - Obras analisadas com proximidade maior ao tema deste estudo (2010-2012).....	27
Quadro 3 - Resumos Das Teses E Das Dissertações Defendidas– Mestrado e Doutorado.....	34
Quadro 4 - Trabalhos produzidos no PPGEdu/CCHS/UFMS que tratam ou se aproximam do tema deste estudo.....	37
Quadro 5 - Resumo dos discursos sobre a percepção de deficiência.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores da inserção das PcD no trabalho – MS – Dados Funtrab ano base 2014.....	72
Tabela 2 - Informações sobre a inserção das PcD no trabalho por tipo de deficiência. Dados Funtrab/2014.....	72
Tabela 3 - Empresas selecionadas para receber a Certificação de Empresa Inclusiva – 2012. Dados Funsat.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 INQUIETAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	27
1.1 INCLUSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, TRABALHO E DEFICIÊNCIA: O DISCURSO DAS PRODUÇÕES	27
1.2 PRODUÇÕES DISCURSIVAS DO PPGEDU/CCHS/UFMS	39
1.3 APROXIMAÇÕES PARA ESTE ESTUDO	50
1.4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE MICHEL FOUCAULT: POSSIBILIDADES PARA ESTE ESTUDO	53
2 PRÁTICAS SOCIAIS DETERMINANTES.....	51
2.1 DISPOSITIVOS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL DAS PCD	51
2.2 A INFLUÊNCIA E REPERCUSSÃO DA LEI Nº 8.213 (LEI DE COTAS).....	62
3 O PERCURSO DA PESQUISA – TENTATIVAS DE UMA ARQUEOLOGIA POSSÍVEL	75
3.1 INSTRUMENTOS.....	80
3.2 AS INSTITUIÇÕES	71
3.3 AS EMPRESAS.....	85
3.4 OS SUJEITOS.....	91
4 INCLUSÃO SOCIAL: DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS ÀS CONQUISTAS PROFISSIONAIS	83
CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES.....	111

INTRODUÇÃO

O tema para este relatório surgiu em estudos anteriores por meio do trabalho de pesquisa do curso de mestrado em educação, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sobre versões e inserções da escolarização do jovem e adulto com deficiência mental (VILLA, 2003). Nos referidos estudos constatamos que jovens e adultos com deficiência, ao se apropriarem do processo educacional, buscam o mercado de trabalho como inclusão social. Os resultados de tais pesquisas nos permitiram observar que as finalidades de vida em sociedade da Pessoa com Deficiência (PcD) convergem para o objetivo da inserção no mercado de trabalho como processo de desenvolvimento de capacidades e de autonomia intelectual e financeira.

Ao tomarem o enfoque da escolarização e do trabalho, as referidas pesquisas possibilitaram uma reflexão particularmente desafiadora acerca dos problemas enfrentados pelas PcD em diversos setores sociais e na consequente inclusão social. Então eis o modo como surgiu a nossa problematização para este relatório de tese. Compreender, por meio dos discursos, como a educação e o trabalho, permeiam a inclusão social das pessoas com deficiência, em um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e excludente.

Além disso, a respeito da escolarização coletada por meio dos relatos verbais dos alunos jovens e adultos com deficiência, o trabalho de pesquisa de mestrado (VILLA, 2003) mostrou o quanto a palavra permite leituras de vida, de experiências e de versões sobre sua condição perante o mundo. Possibilitou, ainda, compreender, por meio dos enunciados presentes nos depoimentos de alunos com deficiência, que as necessidades que determinam a construção do saber escolar se ampliam e se diferenciam no processo.

A referida pesquisa determinou que a escolarização contribui para a melhoria da vida dos alunos com deficiência e, principalmente, que a educação e o trabalho podem ser determinantes para a inclusão social das PcD. Nesse sentido, Villa (2003, p. 28) aponta com a seguinte análise sobre o processo de escolarização:

[...] se, por um lado, a escolarização de alunos jovens e adultos com deficiência mental caminha a passos lentos em relação ao avanço de

procedimentos didático/pedagógicos – sendo estes abundantes e eficazes nas retóricas dos projetos educacionais, mas pouco efetivados na prática do cotidiano escolar – por outro lado, mesmo que ainda como elemento principal da metodologia a prática seja fragmentada e tradicional, os referidos alunos estão se apropriando da leitura e da escrita dentro de suas reais possibilidades e transformando e enriquecendo sua vida social.

Compreender a relação entre educação e trabalho como processo de inclusão social nos levou a referendar Michel Foucault, a fim de propor uma reflexão para além de esquemas de análises lineares e, de certo modo, para além das lógicas. Optamos por ir além daquilo que simplesmente os discursos podem nos apresentar e buscamos as inquietudes que estão presentes e, muitas vezes, são absorvidas por práticas sociais explicitadas em diferentes correlações de forças e de contradições da sociedade.

Cabe enfatizar a chamada “arqueologia” de Foucault como uma forma segundo a qual devemos “sacudir a quietude” com que aceitamos as continuidades irrefletidas e pelas quais se organizam os discursos a serem analisados.

Ao optar pelos referenciais teóricos de Foucault também procuramos um caminho para nos distanciar da tendência de estudos que consistem em procurar de que maneira as condições econômicas de existência podem encontrar na consciência dos homens o seu reflexo e expressão. Assim nos aproximamos de estudos que corroboram o entendimento de que os discursos possuem função imprescindível como um produto histórico de uma coletividade, pois neles se materializam os conhecimentos – falsos ou verdadeiros – e os valores associados a práticas sociais que se cristalizaram, a partir dos quais cada indivíduo explicita o sentido das próprias experiências.

Partimos então da premissa de que a PcD é um sujeito de direitos de cidadania e que o avanço da consciência desses direitos exige a elaboração de novas teorias pedagógicas para seu processo de formação educacional, de uma revisão de formas tradicionais de seleção para o aperfeiçoamento na transição da educação para o trabalho e a criação de novas formas de organizar tempo e espaço em escolas e organizações formais de trabalho. Existe, portanto, o desafio para que sejam gestadas propostas que concebam as diferenças das pessoas com deficiência como elementos constituintes e fecundos do processo de inclusão social.

É relevante para a PcD, em termos de autonomia e independência financeira, ser contratada por uma empresa; a oportunidade de trabalho deve fazer intermediação entre sua realidade social — como sujeito de sua existência — e os conflitos que foram historicamente gerados por sua condição.

Desse modo, buscamos responder às seguintes questões: Quais são os discursos que permeiam a questão da inclusão social das PcD? No caso das práticas sociais que determinam os processos de educação e trabalho, estão elas realmente vinculadas à inclusão social das PcD? Existe contraposição entre os dispositivos legais e outros para a inserção profissional da PcD? No caso das PcD, ao serem contratadas por uma empresa, têm elas seus estudos valorizados para o fortalecimento e a ascensão no seu trabalho? A educação e o trabalho realmente promovem a inclusão social das PcD?

Na busca por respostas às questões postas, voltamo-nos para o referencial foucaultiano, pois ele nos possibilitou pensar diferente a partir da interpretação das fontes acessadas, a partir do conjunto de subsídios levantados e a partir dos procedimentos adotados para este estudo, tentando aproximá-los dos subsídios dos referenciais sustentados pelo foco de compreender melhor o sujeito com deficiência no processo de inclusão social.

Tentamos abandonar a tendência que alguns autores chamam, um tanto ironicamente, de marxismo acadêmico, que consiste em procurar de que maneira as condições econômicas de existência podem encontrar na consciência dos homens o seu reflexo e expressão. Essa tendência supõe que, no sujeito humano — o sujeito de conhecimento —, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dadas prévia e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se nesse sujeito definitivamente dado.

Assim, este estudo realizou uma investigação a partir do levantamento de subsídios e de informações e de uma análise crítica dos discursos proferidos, explicitados e silenciados no campo epistemológico foucaultiano em relação à produção discursiva sobre a inclusão social das pessoas com deficiência (PcD) por meio do trabalho.

Tem-se como tese que a inclusão social das PcD é determinada cada vez mais pela apropriação do saber formal e a consequente inserção no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, pesquisamos estudos localizados na base de dados da CAPES sobre a especificidade do tema da inclusão social das PcD, cabendo de pronto informar que tais estudos demonstraram que existe uma prática fragmentada na sua escolarização e na consequente inserção profissional. Trata-se de uma prática que focaliza a escolarização como geradora de dificuldades, ora por causa do método de ensino, ora pelas carências físicas e psicológicas dos indivíduos, além das condições socioculturais do sujeito adulto.

Na prática, as dificuldades são outras, pois a fragmentação na escola se dá no método didático-pedagógico utilizado, no aspecto mecânico e repetitivo do ler e do escrever, no uso exclusivo de recursos materiais tradicionais, na descaracterização do ato pedagógico e, até mesmo, na interpretação dos níveis de conceptualização da escrita. (VILLA, 2003).

Em relação ao trabalho, dentre os fatores que podem dificultar o acesso das pessoas com deficiência destaca-se, primeiro, a desinformação e o consequente estigma associado a esta desinformação. Então as PcD são prejudicadas com falsas crenças de elas serem incapazes, menos produtivas, mais lentas e ou de necessitarem de cuidados especiais. Isso envolve também o erro de julgamento de que, para poderem trabalhar, essas pessoas exigem onerosas condições estruturais, funcionais e sociais no ambiente de trabalho que irá recebê-las como funcionários; ou, alternativamente, de que há a necessidade de um extraordinário preparo profissional e social para que esse encaixe no mercado de trabalho possa ser produtivo. São todos estigmas, que caem por terra, um por um, na medida em que a inserção trabalhista é efetivada.

Para Foucault (1987, p. 66), essas transformações de comportamentos e de estratégias podem ser chamadas de requalificação pelo saber. Em outras palavras, a requalificação faz parte de uma nova estratégia de controle dos sujeitos, ou seja, “[...] significa uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas [...], significa outra política a respeito dessa multiplicidade de corpos e forças que uma população apresenta”.

Para Osório (2012), as políticas de qualificação e de requalificação profissional não consistem em processos da razão, como elas são portadoras, em sua lógica meramente tecnicista, de um devir totalitário, pois mostram apenas os efeitos produzidos quantitativamente pela racionalidade estabelecida pelos conflitos que atravessam a sociedade brasileira nos últimos anos, relacionados ao elevado

índice de desemprego e de violência. Assim, o novo discurso oficial toma como importante inventar novas condutas contra a dominação insidiosa da governabilidade estatal, engendrando discursos com uma falsa ideia de uma “nova” ordem instituída, por uma mudança quase nunca ocorrida.

Lendo a inclusão social pela arqueologia de Foucault, pode-se questioná-la em diferentes dimensões e especificidades de forma pontual distributiva, com base em alguns pressupostos teóricos e subsídios selecionados, a partir das abordagens da educação e trabalho das PcD para esse exercício.

A arqueologia anunciada tem um objeto específico neste estudo, qual seja, a inclusão social, esta examinada a partir de discursos em suas relações com as práticas sociais que a determinam, em outras formas de facetas e redes. Essa é uma teia sem centro, mas em amplas e diferenciadas dimensões da inclusão social.

Com isso, a essência dos propósitos, neste momento, ultrapassa o sentido de ler a narrativa da “diferença” entre o imaginário e o verdadeiro, consumando-se na dissipação do mito da deficiência, rompendo com a concepção hegeliana do todo como totalidade “espiritual” ou marxista como a totalidade “expressiva”.

É necessário fazer então uma leitura bastante singular, arqueológica. Trata-se de uma leitura dúplice, por meio dos próprios discursos de inclusão social, das concordâncias e das discordâncias, daquilo que se avançou e daquilo que retroagiu. Compreender essa dinâmica necessária e paradoxal em um dado processo arqueológico, do não-ver e do ver no próprio ver é, precisamente, colocar nosso problema de estudo e obter a probabilidade de compreendê-lo.

Conceber a arqueologia da inclusão social das PcD traz, inicialmente, em sua especificidade, a essência do movimento da escolarização, movimento pelo qual ela é produtora de conhecimento e é concebida como uma das formas de produção de discursos, principalmente aqueles que trazem, em suas bases, o tema da justiça social e dos mesmos direitos.

Como já dissemos, a inclusão social é dotada de uma estrutura muito ampla e que diz respeito precisamente às práticas sociais que a determinam. É uma materialidade real composta de duas partes constitutivas, ou seja, a parte não essencial e a parte essencial. A relação do visível com o invisível é, pois, idêntica à relação do exterior com o interior.

Pode-se, em primeiro lugar, caracterizar de fato essa concepção empirista do conhecimento por um jogo de palavras contidas em discursos sobre o real (inclusão) e o concreto (exclusão).

Todo esse movimento aparece sempre como uma relação, interior a seu objeto real, entre partes realmente distintas desse objeto, no caso a sociedade. A sociedade moderna, que é pensada como um resultado histórico, assim como as diferentes compreensões dessa sociedade, numa perspectiva de inclusão, categorizada ou não, longe de passar pela teoria da gênese desse resultado, passa, pelo contrário, exclusivamente pela teoria do “corpo”, isto é, da estrutura atual da sociedade, sem que sua gênese nela intervenha seja para o que for.

Considerando a temática da inclusão das pessoas com deficiência no trabalho, existem atualmente, no Brasil, dispositivos legais muito avançados e que buscam garantir o acesso dessas pessoas ao mercado competitivo de trabalho. As pesquisas sobre o tema indicam, porém, que existe uma dificuldade histórica no acesso dessas pessoas ao trabalho e ainda há uma grande lacuna na aplicação prática da legislação.

Foucault (1987, p. 244) aborda o termo dispositivo como “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. O autor ainda acrescenta que o discurso pode aparecer como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda.

Considera-se que a falta de escolaridade e de qualificação profissional das PcD são barreiras para a sua inserção em postos formais de trabalho, e que a qualificação, quando é realizada, está distante das necessidades do mercado de trabalho, visto que as exigências para a contratação nas empresas estão cada dia mais complexas.

As condições dos programas de formação profissional já foram detectadas em vários estudos que destacam o isolamento e a desarticulação dos aprendizes com deficiência em relação à realidade social da comunidade, agravada pela ausência de um sistema integrado de diferentes serviços voltados para eles. Isso dificulta o encaminhamento desses aprendizes para o mercado de trabalho e contribui para a manutenção do estereótipo da PcD como incapacitada para o trabalho. (MIRANDA, 2001; SILVA, 2008).

Ressalta-se que as políticas sociais de atendimento às PcD são criadas na medida em que, na sociedade, elas foram consideradas capazes de integrar a força de trabalho, de forma direta ou indireta, ou seja, pela liberação daqueles que se ocupavam em assisti-las.

Como demonstram os estudos de Anache (1997), a PcD tem que lutar muito por um espaço compatível com a sua formação, no mercado de trabalho. Quando não consegue uma colocação, busca alternativas, como: confeccionar vassouras, vender bilhetes de loterias, entre outras ocupações, o que dificulta sua independência financeira.

A independência financeira foi o principal objetivo abordado nas pesquisas de Villa (2003) pelo jovem e adulto com deficiência que busca uma vida plena em sociedade, passando pela ansiedade de completar sua escolarização.

A inserção no mercado de trabalho ainda é um desafio para as pessoas com deficiência. Uma das ditas conquistas nessa caminhada é a Lei Federal n. 8.213, de 1991, que determinou e determina que as empresas destinem cargos às PcD, seguindo cotas que chegam até a 5% das vagas, dependendo do número de funcionários. A lei, que veio com o objetivo de garantir os direitos das PcD, não é nova, mas a fiscalização aumentou nos últimos dois anos, e demonstra que as empresas estão tentando se adequar.

É, contudo, necessário, ao conceber uma lei dessa natureza, entender que se trata de uma rede de formações discursivas utilizadas em direções diferenciadas, descrevendo-as em outro feixe de relações que não se detêm ao universo de direitos compreendido como um fenômeno social. Insere-se nas dinâmicas de poder e toma-se uma ameaça à ordem instituída e palco de conflitos e contradições de interesses das mais diferentes ordens e objetivos, que não se limitam à própria PcD, mas à rede de relações construídas e a interesses outros, os quais devem ser preservados ou rompidos.

O estudo aqui apresentado coloca-se como uma pesquisa descritiva com procedimentos técnicos de cunho qualitativo para a investigação. Metodologicamente, o processo de investigação permitiu sinalizar percepções no sentido de compreender a inclusão social de pessoas com deficiência, entendendo que as práticas de si são produções sociais marcadas por mecanismos de superação das dificuldades constituídas além de processos pedagógicos ou de formação profissional. As percepções são também no sentido de compreender como

as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos pensamentos, novos conceitos, mas também fazem nascer outras reflexões de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte dessas práticas sociais.

Procurou-se focalizar a inclusão social dando voz aos sujeitos da pesquisa (PcD) por baseadas inicialmente em questionário semiestruturado e posteriormente por meio de entrevistas. Os sujeitos entrevistados foram pessoas que estavam alocadas no mercado de trabalho e, posteriormente, focou-se em uma empresa de grande porte em Campo Grande/Mato Grosso do Sul, entendendo que os dados conclusivos da investigação se ampliam mesmo que se trabalhe com uma amostra.

Este relatório de tese foi organizado em quatro capítulos, além dessa Introdução.

No Primeiro Capítulo — **INQUIETAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA** — inicialmente mapeamos as inquietações da produção acadêmica no banco de teses e dissertações da CAPES sobre a inclusão social das PcD. Trazemos também um levantamento das teses e das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, com o objetivo de apresentar a produção dos discursos que, diretamente ou não, circundam a inclusão social das PcD no Mato Grosso do Sul. Este primeiro capítulo proporcionou referendar as aproximações possíveis entre o levantamento das produções discursivas e o aporte teórico de Michel Foucault como suporte de análise para este estudo.

No Segundo Capítulo — **PRÁTICAS SOCIAIS DETERMINANTES** — analisamos a inserção social das PcD no campo das práticas sociais. Aqui procuramos entender as práticas sociais como fenômenos sociais culturalmente impostos que conferem novas configurações e outros significados ao tema frente às constantes mutações nas relações impressas no interior de cada domínio da sociedade. Para tanto, apresentamos uma análise dos diferentes dispositivos reguladores que amparam a formação profissional das PcD e que regulam sua inserção no campo do trabalho. Foi imprescindível refletir sobre a Lei Federal nº 8.213, de julho de 1991, bem como sobre o Decreto Presidencial nº 3.298, de 20/12/1999, que dispõem sobre a reserva de vagas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência e que são compreendidos como principais dispositivos

legais que asseguram o direito de acesso ao mercado de trabalho às pessoas com deficiência.

No Terceiro Capítulo — **O PERCURSO DA PESQUISA — TENTATIVAS DE UMA ARQUEOLOGIA POSSÍVEL** — apresentamos os procedimentos metodológicos, bem como as ações realizadas para efetivar a reflexão pretendida. Pelo termo "arqueologia" nomeia-se o método próprio à análise da discursividade local, método este que permite a descrição detalhada de um discurso por meio da evidência de seus enunciados, num conjunto maior que circunda e o constitui como saber específico. Foram realizadas duas etapas de trabalho:

- a primeira foi um estudo de corte transversal, ou seja, indicaram-se os locais de busca dos sujeitos a serem entrevistados no município de Campo Grande, MS, e teve como ponto de partida um levantamento nos órgãos públicos denominados Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT) e Fundação de Trabalho e Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), os quais são responsáveis também pela inserção das PcD no trabalho.
- a segunda etapa dos trabalhos, destaca os caminhos percorridos em relação ao processo de pesquisa, detalhando empresas onde se encontram PcD trabalhando como locus do estudo, os sujeitos, os instrumentos e os processos de informações (questionário e roteiro de entrevista), bem como entrevistas, análises e resultados iniciais.

No Quarto Capítulo — **INCLUSÃO SOCIAL: DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS ÀS CONQUISTAS PROFISSIONAIS** —, apresentamos a análise sobre a inclusão social das PcD, assim delineando os desafios e as conquistas, sejam referentes à educação, sejam referentes ao trabalho, tendo como base os enunciados de sujeitos com deficiência, sua trajetória de escolarização e seu percurso para inserção no trabalho, a fim de nos aproximar das questões anteriormente levantadas.

Por fim, nas — **CONSIDERAÇÕES FINAIS** — destacamos algumas reflexões possíveis sobre a inclusão social das PcD. Percebemos que, na maioria das vezes, tais pessoas são retratadas em contextos estereotipados e reducionistas. Que o discurso típico a seu respeito costuma se limitar a dois polos: a negação da autonomia e a exploração da imagem, apelando para situações que despertam sentimentos de pena ou de motivação para quem não tem nenhum tipo de

deficiência. São muito comuns as histórias de superação contadas para comover as demais pessoas a partir das dificuldades vivenciadas por quem tem deficiência. O interessante é que muita gente ainda é surpreendida quando esses indivíduos demonstram que possuem liberdade de escolha e plena capacidade para viver em sociedade. Talvez aí, nesse âmbito humano-social, a opção por Foucault demonstrou ser a melhor opção teórica.

1 INQUIETAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um mapeamento das inquietações expressas nas produções acadêmicas do banco de teses da CAPES e de outras fontes, sobre a inclusão social de pessoas com deficiência (PcD). Trazemos, também, um levantamento das teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, com o objetivo de apresentar a produção dos discursos que, se não diretamente, indiretamente circundam a inclusão social das PcD no Estado do Mato Grosso do Sul.

Este capítulo proporcionou referendar as aproximações possíveis entre o levantamento das produções discursivas e o aporte teórico de Michel Foucault como suporte de análise para este estudo.

O avanço do campo de pesquisa em relação à inclusão das PcD, nos últimos 20 anos, é fato incontestável. Ao reconhecer esse crescimento, que, em termos quantitativos, representa conquista de alto valor, se torna fundamental estabelecer um processo reflexivo sobre a pesquisa educacional realizada no País, já que, à medida que o número de estudos sobre a inclusão das PcD aumenta, o campo de investigação vai adquirindo densidade para outros olhares e é necessário parar e olhar em torno para ver o que já foi feito, por onde se andou e para onde se pretende ir. Cabe, contudo, destacar que, estendendo-se para o campo de pesquisa sobre a produção dos discursos sobre inclusão social tendo como processo a educação e a consequente inserção no mercado de trabalho, ainda são escassas as pesquisas na atualidade brasileira.

1.1 INCLUSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, TRABALHO E DEFICIÊNCIA: O DISCURSO DAS PRODUÇÕES

Após refletir sobre as primeiras inquietações estudadas, observou-se que o tema da inclusão social das PcD no Brasil esteve vinculado ao campo de pesquisas educacionais que versam sobre a inclusão educacional de pessoas com deficiência e teve suas origens no campo dos estudos sobre a Educação Especial, estudos principalmente demarcados no período das décadas de 1990 e 2000. De 1990 em diante aconteceu uma significativa expansão, tanto no volume de dissertações e de

teses defendidas, quanto no número de programas com linhas de pesquisa específicas para a área. Com a evolução das pesquisas cresceu também o volume de informações disponíveis, de modo que o campo de investigação foi progressivamente ganhando densidade e ampliando seus horizontes investigativos.

Nesse contexto voltamos ao primeiro questionamento apresentado: Quais são os discursos que permeiam a questão da inclusão social das PcD? e para embasamento deste relatório de tese cabe o detalhamento do mesmo para as perguntas: Como se apresenta no país a produção de teses sobre a educação das PcD na sua relação com o mercado de trabalho? Quais são as inquietações que essas pesquisas apresentam?

Para buscar elementos que ajudem a responder às questões formuladas acima, este trabalho assume, inicialmente, a característica de um estudo das inquietações presentes em diferentes autores, visando realizar um mapeamento da produção vinculada à educação (escolarização) de pessoas com deficiência, bem como a sua relação com o trabalho no país e, especificamente, as inquietações produzidas com o referencial teórico de Michel Foucault sobre o tema.

Segundo Foucault (1999), “[...] a história é certa maneira de uma sociedade ou um grupo social dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que não se separa”, representando assim as dificuldades postas em lidar com fontes na pesquisa, porém contém um princípio universal, de uma possível totalidade que sempre será utópica, mas que permite explicitar um conjunto de “interditos” em suas diferentes correlações, pelas variâncias que vão se estruturando (OSÓRIO, 2015).

Além do exposto, buscamos também produzir um levantamento sobre temáticas ligadas às pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) – Curso de Doutorado, do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na linha de pesquisa “Educação e Trabalho”. Sob a coordenação do professor Dr. Antônio Carlos Nascimento Osório, temos como base a análise do contexto e reflexões/investigações desenvolvidas nas diferentes temáticas da área de educação e do trabalho, bem como, dos processos teórico-metodológicos utilizados nas produções de pesquisadores que discutem essas temáticas e suas diferentes implicações para a educação.

Delimitando o foco deste estudo, que é, como dito, referente às PcD, observa-se, nos últimos anos, um movimento de expansão acentuada de

programas, cursos, seminários, encontros na área da educação especial em seus diferentes aportes. É possível, também, observar um interesse cada vez mais crescente da pesquisa envolvendo diferentes aspectos e temas sobre a educação especial, como formação de professores, currículo, metodologias de ensino, políticas de formação e outros, realizados tanto na formação docente inicial quanto na continuada, além dos estudos publicados em revistas científicas da área, apresentados em congressos.

Considerando a temática das PcD no trabalho, existem no Brasil dispositivos legais que buscam garantir o acesso dessas pessoas ao mercado competitivo de trabalho. Paralelamente, porém, as pesquisas indicam que existe uma dificuldade histórica no acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho e ainda há uma grande lacuna na aplicação prática da legislação.

No campo da relação entre educação e trabalho da PcD, observa-se que são escassos os estudos, indicado que as condições socioculturais têm permitido poucos avanços na compreensão do fenômeno, por identificarem as raízes dessa situação na estrutura social e na falta de elementos que medeiam a passagem do pedagógico para o social. Na verdade, observa-se que pesquisas relacionadas ao assunto estão pouco acessíveis, inviabilizando a transformação da prática escolar ou da atividade laboral na, consequente, vida plena em sociedade.

O mapeamento das produções acadêmicas relacionadas à inclusão social da PcD faz parte da metodologia deste trabalho e, neste ponto, o objetivo é conhecer e divulgar as pesquisas realizadas sobre o tema em estudo. Para tanto, foi utilizado como fonte inspiradora o texto elaborado por Osório (2013), intitulado “Diálogos em Michel Foucault: a produção científica na Educação Especial”. O pesquisador se propôs a analisar subsídios que permitem traçar um panorama preliminar sobre as tendências da produção científica no tema da Educação Especial.

Assim, nesse levantamento das inquietações, o objetivo é elucidar quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados sobre a temática da pesquisa. O objetivo é averiguar os processos e as conclusões a que chegaram outros autores e, principalmente, fazer uma leitura acerca dos discursos proferidos, explicitados e silenciados nos dispositivos sobre educação e trabalho das PcD.

Para a realização desse trabalho foram utilizados dois grupos de temáticas:

- 1) inclusão social, educação, trabalho, deficiência;

2) educação, trabalho, deficiência, Michel Foucault.

O levantamento de teses e de dissertações sobre educação e trabalho de pessoas com deficiência foi realizado através de consultas ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) disponível no *site* <<http://capesdw.capes.gov.br>> e ao Banco de Teses e Dissertações do PPGEdu/CCHS/UFMS.

Em relação à primeira temática – a da inclusão social, educação, trabalho, deficiência – foram encontrados na CAPES 278 trabalhos. Dessa forma, por causa da quantidade de teses e de dissertações encontradas, a análise dos trabalhos foi realizada a partir de uma leitura seletiva dos temas, resumos e afinidade com o tema desta pesquisa.

Considerando esse total inesperado de obras, optamos por aprofundar o estado do conhecimento com informações mais recentes de pesquisas científicas, para isso definimos um recorte temporal – de 2010 a 2012 – dos trabalhos apresentados e publicados na base de dados da CAPES em seu Banco de Teses, que tem como objetivo facilitar o acesso às informações sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação do país, tendo como uma das bases de dados a de “Domínio Público”, biblioteca digital desenvolvida em *software* livre, disponível.

O Quadro 1 mostra o levantamento realizado do total de teses e dissertações defendidas no Brasil no período de 2010 a 2012, em programas de pós-graduação, disponíveis no site.

Quadro 1 - Teses e dissertações defendidas no Brasil de 2010 a 2012

ANO	TOTAL DE TESES	QUANTIDADE DE TESES ANALISADAS	TOTAL DE DISSERTAÇÕES	QUANTIDADE DE DISSERTAÇÕES ANALISADAS
	TODAS TEMÁTICAS	TEMÁTICAS COM PROXIMIDADE A ESTE ESTUDO	TODAS TEMÁTICAS	TEMÁTICAS COM PROXIMIDADE A ESTE ESTUDO
2010	28	-	37	1
2011	43	2	52	9
2012	32	-	86	9
Total	103	2	175	19

Fonte: Elaborado pela autora tendo como base dados Capes.

Como já foi dito, de início foram consultados 278 temas, porém, com o intuito de analisar os estudos realizados, as contribuições de inserção, a visibilidade para a problemática em estudo e a delimitação de sua abrangência. Filtrou-se apenas 21 relatórios que se aproximaram da temática deste estudo.

Para tanto, utilizei como filtro o país da publicação (Brasil) e o idioma (Português). Outros critérios utilizados foram: a) identificar pelo título e temática abordada aqueles que estavam mais relacionados com o processo investigativo; b) buscar as variadas combinações com as temáticas. Os resultados permitiram a elaboração do Quadro 2.

Quadro 2 - Obras analisadas com proximidade maior ao tema deste estudo (2010-2012).

(Continua)

AUTOR(A)	TÍTULO DA OBRA	TIPO DE PRODUÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO DEFESA
AROUCHA, Maria José Rabelo.	Escolarização e Inserção da Pessoa com Deficiência Auditiva no Mercado de Trabalho Formal na cidade de São Luís — MA	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade Federal do Maranhão	1º/2/2011
SILVA, Izaura Maria de Andrade Da.	Política de educação profissional para pessoa com deficiência	Doutorado em Educação	Universidade Federal de Minas Gerais	1º/4/2011
JOHNSON, Luanna Freitas.	O psicólogo escolar e a inclusão: concepções e práticas	Mestrado Acadêmico em Psicologia	Universidade Federal de Rondônia	1º/7/2011
MOREIRA, Lúcia Conceição Gollner Medeiros.	Pessoa com deficiência intelectual com severo comprometimento e psicologia histórico-cultural: considerações sobre a sua humanização.	Mestrado Acadêmico em Psicologia	Universidade Estadual de Maringá	1º/12/2011
NASCIMENTO, Luciana de Abreu.	Concepções de professores em formação: um estudo acerca dos modos de dizer sobre a pessoa com deficiência e sua escolarização	Mestrado Acadêmico em Educação e Saúde na Infância e Adolescência	Universidade Federal de São Paulo	1º/10/2012
SOUZA, Vânia Pereira Da Silva.	Crianças indígenas Kaiowá e Guarani: um estudo sobre as representações sociais da deficiência e o acesso às políticas de saúde e educação	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade Federal da Grande Dourados	1º /4/2011

TONINI, Grece Teles.	Em busca do tesouro perdido: o acesso de pessoas com deficiência ao lazer como direito social	Mestrado Acadêmico em Educação Física	Universidade Federal do Espírito Santo	1º/6/2011
SILVA, Gláucia Eunice Gonçalves da.	Política de currículo e inclusão de pessoas com habilidades intelectuais diversas em uma escola municipal de várzea grande – MT	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade Federal de Mato Grosso	1º/12/2012
COIMBRA, Fernanda Cristina Correa Lima.	Aluno com deficiência visual: perspectivas de educação profissional inclusiva na história e na memória do Instituto Federal do Pará – Campus Belém	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade Federal do Ceará	1º/7/2012
AMORIM, Adiel Santos de. (Em Análise).	A formação do professor de Matemática para a escola inclusiva: os projetos político- curriculares das IES públicas do município de Belém – PA	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade Federal do Pará	1º/6/2012

(Continua)

AUTOR(A)	TÍTULO DA OBRA	TIPO DE PRODUÇÃO	INSTITUIÇÃO	ANO DEFESA
SANTOS, Michele Paitra Alves dos.	A formação e a qualificação profissional do jovem com deficiência intelectual e a sua inserção no mercado de trabalho formal em Curitiba (1990 - 2010)	Mestrado Acadêmico em Sociologia	Universidade Federal do Paraná	1º/10/2011
SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de.	“... envelhecer com deficiência intelectual: ouvindo a cidade e a família”	Doutorado em Educação	Universidade Estadual de Campinas	1º/12/2011
SOARES, Ana Lúcia.	O acesso das pessoas com deficiência ao mundo do trabalho: das oficinas protegidas aos programas de educação profissional	Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão	Centro Universitário Metodista Ipa	1º/2/2012
PEREIRA, Ana Cristina Cypriano.	Inclusão de pessoas com deficiência: a relação entre educação e trabalho através da experiência de uma organização	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1º/2/2010
DAHMER, Maribel Cechini.	A aprendizagem e a qualificação profissional como via de inclusão social no mercado formal de trabalho: um estudo do projeto piloto nacional de incentivo à aprendizagem da pessoa com deficiência	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1º/12/2011
KOEPP, Janine.	Formação e mercado de trabalho de pessoas com deficiência: limites e possibilidades	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade de Santa Cruz do Sul	1º/8/2011
Gonçalves, Edivaldo Felix.' 125	A concretização do direito ao trabalho e as pessoas com deficiência intelectual: uma análise a partir da situação da cidade de Osasco – SP	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade de São Paulo	1º/9/2012
SANTOS, Francisca Edinalda Lima dos.	Avaliação da política de emprego para pessoas com deficiência no município de Maracanaú, no Ceará'	Mestrado Profissional em Avaliação ee Políticas Públicas	Universidade Federal do Ceará	1º/3/2011
ELIAS, Débora Alves.	O desafio da formação e inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual leve	Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento	Centro Universitário UNA	1º/2/2012
Assis, Suelen Tavares Godim de.	A educação profissional de pessoas com deficiência: processos de inclusão	Mestrado Acadêmico em Educação	Universidade do Estado do Pará	1º/10/2012
Garcia, Rebeca Alves de Souza	A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de	Mestrado Acadêmico em	Universidade Presbiteriana	1º/8/2012

	trabalho: medidas de discriminação positiva, seus mitos e suas possibilidades.	Direito Político e Econômico	Mackenzie	
--	--	------------------------------	-----------	--

Fonte: Elaborada pela autora.

O quadro 2 apresenta os 21 trabalhos — dissertações e teses — que foram selecionados pelos temas e focalizados: autor do trabalho, título e resumo, e, em paralelo, suas respectivas identificações (data de publicação, universidade, linha de pesquisa e orientador).

Após o processo de busca pelos títulos, resumos e temáticas aprofundou-se a leitura sobre a temática da inclusão social, educação, trabalho, deficiência. Observou-se que alguns deles não contemplavam em seu conteúdo afinidade com a temática abordada nesta pesquisa.

Foi o caso dos trabalhos: Johnson (2011), Moreira (2011), Nascimento (2012), Souza (2011), Tonini (2011), Silva (2012), Amorin (2011) e Siqueira (2011).

Como esperado, a maior concentração incide nos programas de pós-graduação em Educação, sendo 12 de mestrado e apenas 2 trabalhos de doutorado. Essa distribuição apresenta um distanciamento entre o número de trabalhos de teses e dissertações, e ficou demonstrando que há poucas pesquisas de doutorado.

Em se tratando de instituições, os trabalhos estão distribuídos entre universidades estaduais (Campinas, Santa Cruz do Sul e Maringá), universidades federais (Maranhão, Minas Gerais, Rondônia, Pará e Ceará) e outras universidades (Mackenzie, Centro Universitário UNA, Centro Universitário Metodista IPA, Vale dos Sinos, Metodista de São Paulo), além da Universidade Federal da Grande Dourados — MS.

Conforme o levantamento da população abrangida nesses estudos, 21 (vinte e uma) produções baseiam-se na compreensão do acesso e da formação das PcD para o trabalho e isso determina que são estudos referentes a pessoas adultas com deficiência.

Com o propósito de compreender o conteúdo desses relatórios, procuramos, a partir da análise, desvelar, no enunciado dos pesquisadores, os elementos que fizeram com que os trabalhos selecionados se aproximassem desta pesquisa, no intuito de verificar os discursos constituídos a partir das temáticas enunciadas e o que vem sendo destacado sobre educação e trabalho das PcD.

Tendo como base o tipo de pesquisa, os procedimentos de coleta, a análise dos dados e o tema/temática dos trabalhos analisados na área de Educação, percebeu-se que a maior intensidade de produções científicas refere-se às dimensões de formação profissional e de inclusão, bem como a situações pontuais de análise em municípios. Outros trabalhos referem-se à escolarização das PcD no sentido da inclusão e demonstraram o nosso interesse para refletirmos mais profundamente sobre os discursos proferidos na atualidade sobre o tema.

Em relação aos aspectos metodológicos das produções, notam-se tipos de pesquisa com base nos indícios apresentados nos trabalhos, pois algumas produções não explicam detalhadamente o tipo utilizado. Não obstante, pelos dados apresentados e pela forma, ele pode ser deduzido. Em outros, já declarados, verificou-se a aplicabilidade de pesquisas qualitativas em quinze trabalhos e a quantitativa, em seis deles. Cabe destacar a pesquisa com estudo de caso em quatro trabalhos e foi observado, em cada três trabalhos, a descritiva, quantiquantitativa e exploratória. Outra observação foi o tipo de pesquisa documental, bibliográfica e etnográfica, sendo em dois trabalhos cada amostra. Por último, os tipos de pesquisas anunciados, um em cada estudo, não se repetindo nas demais pesquisas, a histórica, cartográfica, fenomenológica, marxista, ergológica, empírica e do materialismo histórico-dialético.

As constatações decorrentes das primeiras leituras e as consultas para a seleção das produções que versam sobre educação e trabalho das PcD permitiram identificar discursos de percepções sobre o tema manifestadas por intermédio das especificidades da disciplina de Educação e seus respectivos temas.

Tais constatações, alicerçadas no referencial teórico proposto, exigiram um direcionamento para outras consultas, impondo a necessidade de um novo grupo de palavras-chave — educação, trabalho, deficiência e Michel Foucault. Dessa forma foram encontrados 4 trabalhos no Banco de teses da CAPES, sendo que um trabalho entre eles — o de Silva (2010) — foi descartado de análise por se tratar de um estudo no campo da educação infantil:

O primeiro trabalho pesquisado que referendou educação, trabalho, deficiência e Michel Foucault é o de Rangel (2012) que teve por objetivo conhecer como acontece o cuidado de si de pessoas com deficiência, mais especificamente na relação escolar, atentando para as possíveis reconfigurações na formação subjetiva dessas pessoas e também para a interposição do mestre entre essa

formação e o cuidado. Para tanto, entre os anos de 2009 e 2010, na região metropolitana do Espírito Santo, a referida autora realizou entrevistas baseadas em questionário semiestruturado com dois jovens com deficiência, suas mães e suas mestras do cuidado; e foram aplicados questionários aos profissionais das escolas onde os jovens estavam matriculados. A pesquisa, de cunho qualitativo, recorreu a estudos dos filósofos Michel Foucault, Emmanuel Lévinas e Karl Marx, no intuito de aclarar as discussões provenientes do problema da pesquisa e da leitura dos dados obtidos junto aos entrevistados.

No processo, observou-se que a formação subjetiva própria ao cuidado de si daqueles jovens se mostrava fortemente atravessada por entrelaçamentos historicamente construídos entre educação e trabalho. Nesse aspecto, foi possível compreender que a escola se apresentava como espaço privilegiado do cuidado de si, porquanto fosse o espaço de formação do sujeito produtivo, o sujeito ideal da normalidade. Todavia, notou-se que, para a realização do cuidado a partir do espaço escolar, era preciso a mão responsável do mestre do cuidado, sem a qual os direitos do homem egoísta apelavam à totalidade da deficiência e à plenitude da inclusão para recusar a presença de pessoas com deficiência na escola. Com isso, tem-se a necessidade da transcendência das totalidades nas quais se assentam o normal e o anormal, de modo que as relações que iniciam o problema da tese possam alcançar a ética da alteridade, e que o sujeito produtivo possa, na ética, tornar-se e fazer tornar o cidadão.

O segundo trabalho pesquisado Garcia (2011) desvela os poderes e saberes envolvidos na formação do conceito, que está em cena, da deficiência. O autor investigou a palavra “deficiência”, considerando-a como um objeto fossilizado, e seu uso na história pelos aparelhos ideológicos do Estado, como a escola e o cinema. A proposta do pesquisador foi descrever e analisar como as pessoas se relacionam com a palavra deficiência na contemporaneidade. Para tanto, toma como referencial teórico, entre outros, Foucault, Vilém Flusser e Canguilhem. Como conclusão, essa dissertação de mestrado aponta para a informação de que o conceito de deficiência, quando tomado como um valor negativo e sinônimo de déficit, tem sua raiz nos saberes e nos poderes clínicos e judiciário e que alguns aparelhos ideológicos do Estado, tais como a escola e o cinema, produzem e reforçam a deficiência como algo negativo.

Sobre o modo como algumas pessoas se relacionam com o conceito de deficiência, a pesquisa aponta para o fato de que cegos, cadeirantes, hidrocefálicos, surdos não se consideram e nem se autodeclaram serem pessoas com deficiência, muito embora essa marca de “pessoa com deficiência” tenha sido colocada em cena pela escola. A dissertação aponta também para o fato de que, na contemporaneidade, alguns professores do estado de São Paulo, embora tragam consigo uma certa dúvida sobre o que é a deficiência e o que ela significa, ainda a consideram um estado negativo de vida e de comportamento, uma especialidade a ser resolvida pela medicina.

Aguiar (2012), terceiro trabalho pesquisado, apresentou como tema central o processo de absorção de trabalhadores pessoas com necessidades específicas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) no período de 2010 até 2012. Trata-se de uma pesquisa em que sua maior contribuição é a de propor, prioritariamente ao setor de gestão de pessoa das empresas, estratégias para o aperfeiçoamento das futuras contratações, recepção e alocação de seus novos empregados, pessoas com necessidades específicas.

Do ponto do referencial teórico, foi preciso construir um eixo interdisciplinar para onde confluíram autores advindos da Gestão Pública, como Bresser Pereira e Clézio Saldanha dos Santos, no que conceituamos como pessoa com necessidades específicas, vez que é um conceito absolutamente novo. Foram basilares as contra-argumentações elaboradas a partir das designações atribuídas ao segmento contidas, principalmente, na Constituição Federal de 1988, ratificada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e de autores como Marcos Mazzotta e Romeu Kasumi Sasaki.

Acerca da visão atual, poder, papel social das instituições públicas enquanto disciplinadoras e controle de poderes e micropoderes, utilizou-se, em especial, a teorização de Michel de Foucault e a de Boaventura Souza Santos. Registre-se que, para além das fontes literárias, um detalhado levantamento e reflexões foram realizados sobre as legislações nacionais e internacionais concernentes ao tema. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, descritiva, documental, intervencionista, com aplicação de entrevistas a partir de questionário semiestruturado. Esse trabalho propõe a defender a sua tese por intermédio dos relatos da saga experienciada pelas pessoas com necessidades específicas ao longo da História. Esses relatos, ao mostrarem o caminhar das PcD

para existir, para construir sua identidade, tornam-se argumentos consistentes para uma nova visão social da deficiência.

Tornam-se mais argumentativos ainda que registram os pensares e as ideias que as próprias PcD tiveram que transpassar, superar, para, nos momentos de hoje, serem reconhecidas e valorizadas como cidadãos na continuidade do trajeto de afirmação, ratificação de sua independência, autodeterminação e empoderamento. Relata o pesquisador, sobre o período compreendido da segunda metade do século XVIII ao século XX, a realidade do atendimento vivenciado pelas pessoas com necessidades específicas no Brasil sobre a oferta e a utilização dos serviços de saúde, de educação e do trabalho. Retrata, ainda, o papel e a força da linguagem como instrumento de ratificação e de consolidação da exclusão. Relata, enfim, como a oposição a essa linguagem é provocadora, posteriormente, de novos pensares, como o processo percorrido para criar e instituir os conceitos e saberes do paradigma da inclusão, que imprime e instala um repensar sobre diversidade, diferença e singularidades humana.

Decorre, então, dessa nova percepção do homem, um conjunto de medidas e de ações afirmativas, advindas de reivindicações de militantes e ativistas, pessoas com necessidades específicas, de seus familiares, de técnicos e de organizações da sociedade civil, governos, demais poderes e empresas, que resultam em uma somatória de Declarações e de Convenções, internacionais e nacionais, que produzem e constituem um conjunto de Normativos do Arcabouço Legal para a implantação das políticas públicas inclusivas.

Ao realizar esse novo estágio de conhecimento, observa-se que a estratégia principal do jogo da própria produção do conhecimento nas ciências do homem é demarcado por suas práticas discursivas, estas sendo calcadas em determinados objetos e sujeitos por constantes variações, valendo-se de diálogos possíveis, em busca de significados de uma determinada especificidade, local e universal, como elementos utilizados, em sua configuração e transformação enquanto outros saberes, nas tentativas de construir o novo ou reforçar já os existentes. (OSÓRIO, 2013).

Ainda que se apresentem multiplicidades de tendências e possibilidades, o que se observa são formatos de normalização e possíveis tentativas de agrupamento de verdades. Essas são as condições sob as quais o conhecimento é produzido em cada trabalho, representado por temas e temáticas investigadas, como elos de uma corrente entre as ciências do homem, ciências humanas, a educação e a educação

das PcD, como verdades finais ou parciais, pois as comprovações são microdogmas, estes muitas vezes determinados pelas práticas culturais, cujos resultados são evidências estabelecidas antes da investigação — portanto não legítimas.

1.2 PRODUÇÕES DISCURSIVAS DO PPGEDU/CCHS/UFMS

O objetivo aqui é apresentar um levantamento de todas as dissertações e teses que tratam do tema (ou que dele se aproximam) da inclusão social das PcD e que foram defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul de 1991 até 2011. É importante destacar que o Doutorado só teve início em 2005.

Segundo Osório (2013, p. 3):

A educação da pessoa com deficiência, na condição de um tema e pelas condições de “um ramo de conhecimento”, agrega teorias e epistemologias de diferentes áreas de saberes, que se agrupam e a caracterizam. Lida com sistema cumulativo de subsídios, permitindo separar, ordenar e classificar, em diferentes graus de homogeneidade temática, marcadas por tentativas de normalização, tendo como referência a grande área de saber e seus diálogos constantes com outros temas.

Com o objetivo de aproximação do tema desta pesquisa, definiram-se como temáticas as mesmas ideias inferidas para o estado do conhecimento via CAPES apresentados na página 26 deste relatório:

- 1) inclusão social, educação, trabalho, deficiência;
- 2) educação, trabalho, deficiência, Michel Foucault.

Para darmos uma dimensão completa da produção sobre as PcD em Mato Grosso do Sul, o que apresentamos aqui é a relação de todas as dissertações defendidas no Curso de Mestrado em Educação do PPGEdu/CCHS/UFMS que abrangeu os trabalhos defendidos de 1991 a 2010 e a relação das teses defendidas no Curso de Doutorado disponibilizados no *site* que abrangeu os anos de 2008 a 2010.

A seleção das teses e das dissertações defendidas no PPGEdu/CCHS/UFMS foi realizada em primeira etapa buscando resumos das dissertações através de consulta eletrônica na página de resumos do

PPGEdu/CCHS/UFMS¹ e resumos das teses na respectiva página do *site* do Programa².

Quadro 3 - Resumos das Teses e das Dissertações Defendidas – Mestrado e Doutorado

MESTRADO – RESUMO DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS	DOUTORADO – RESUMO DAS TESES DEFENDIDAS
Resumos do ano de 1991 a 2003	Resumos do ano de 2008
Resumos do ano de 2004	Resumos do ano de 2009
Resumos do ano de 2005	Resumos do ano de 2010
Resumos do ano de 2006	
Resumos do ano de 2007	
Resumos do ano de 2008	
Resumos do ano de 2009	
Resumos do ano de 2010	
http://www.propp.ufms.br/poseduc/mestrado/resumos.htm	http://www.propp.ufms.br/poseduc/doutorado/resumos.htm

Fonte: Elaborado por Daniel Santee (2014).

A relação geral dos resumos das dissertações defendidas no Curso de Mestrado em Educação abrangeu os trabalhos de 1991 a 2010, totalizando 330 dissertações defendidas nesse período. A relação dos resumos no Curso de Doutorado disponibilizados no *site* abrangeu os anos de 2008 a 2010, totalizando 23 teses defendidas nesse período.

A página de acesso aos resumos das dissertações encontra-se subdividida por períodos de anos conforme a seguinte distribuição:

- Resumos do ano de 1991 a 2003: 163 resumos numerados de 001 a 163;
- Resumos do ano de 2004: 20 resumos numerados de 164 a 183;
- Resumos do ano de 2005: 30 resumos numerados de 184 a 213;
- Resumos do ano de 2006: 34 resumos numerados de 214 a 247;
- Resumos do ano de 2007: 23 resumos numerados de 248 a 270;
- Resumos do ano de 2008: 22 resumos numerados de 271 a 292;
- Resumos do ano de 2009: 21 resumos numerados de 293 a 313; e,
- Resumos do ano de 2010: 17 resumos numerados de 314 a 330.

¹ Disponível no site: <<http://www.propp.ufms.br/poseduc/mestrado/resumos.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

² Disponível no site: <<http://www.propp.ufms.br/poseduc/doutorado/resumos.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

A página de acesso aos resumos das dissertações encontra-se subdividida por períodos de anos conforme a seguinte distribuição:

- Resumos do ano de 2008: 01 resumo;
- Resumos do ano de 2009: 11 resumos numerados de 02 a 12; e,
- Resumos do ano de 2010: 11 resumos numerados de 13 a 23.

Além dos resumos, divididos por períodos, cada página registra ainda os seguintes dados:

- Número de ordem e Autor;
- Título;
- Data da defesa;
- Número de páginas (apenas para teses);
- Orientador;
- Linha de pesquisa (apenas para teses);
- Banca Examinadora;
- Resumo; e
- Palavras-chave (a partir de dezembro de 2000).

Foi realizada cópia do conteúdo de cada página contendo os resumos, que foram transferidos para um programa de edição de textos e agrupados em um único arquivo para fins de busca eletrônica e respectivo tratamento.

Em contato com a secretaria do PPGEdu/CCHS/UFMS, fomos informados da existência do registro dos resumos das teses e das dissertações do programa de forma impressa já incluindo os trabalhos publicados em 2011. Mediante acesso à pasta contendo os referidos resumos, realizamos a digitalização das informações e dos resumos relativos ao ano de 2011 e foi aplicado o processo de *Optical Character Recognition* (OCR)³ para a inclusão do texto na base de dados resultante do agrupamento dos textos realizados no processo anterior e o respectivo tratamento por *software*. Dessa forma, para o ano de 2011 foram incluídos conforme segue: (i) dissertações: resumos do ano de 2011: 22 resumos numerados de 331 a 352; e (ii) teses: resumos do ano de 2011: 12 resumos numerados de 24 a 35.

Assim, portanto, os totais de trabalhos defendidos no PPGEdu/CCHS/UFMS até o ano de 2011 foram:

³ OCR é um acrônimo do inglês para “Reconhecimento Ótico de Caracteres”, que é uma tecnologia para reconhecimento de caracteres a partir de texto contido em uma imagem. Através do OCR é possível obter um arquivo de texto editável por um computador utilizando *software* de tratamento de dados.

- Dissertações defendidas até 2011: 352;
- Teses defendidas até 2011: 35.

Para localizar os trabalhos que tratam de inclusão social, ampliamos as temáticas pesquisadas para: educação especial, deficiência, entre outros expostos a seguir e foi realizada uma busca eletrônica por palavras-chave nos resumos da base de dados resultante do agrupamento dos resumos construída exclusivamente para esta etapa. Os termos utilizados para busca foram:

- Inclusão social // pessoa com deficiência;
- educação especial;
- deficiente // portador de deficiência;
- deficiência auditiva // surdo // surdez;
- deficiência visual // cego // cegueira;
- (deficiente/deficiência) (mental/intelectual);
- inclusão // educação inclusiva;
- exclusão;
- necessidades especiais;
- altas habilidades; e,
- superdotação.

Após a aplicação dos termos de pesquisa nos textos dos resumos da base de dados resultante do agrupamento dos resumos utilizando programa de edição de textos, foram localizados 38 trabalhos defendidos no PPGEduc/CCHS/UFMS, sendo 35 dissertações de mestrado e três teses de doutorado.

Os dados relativos aos trabalhos foram transportados para um banco de dados contendo as seguintes informações para cada trabalho selecionado:

- Número de ordem⁴;
- Ano da defesa;
- Nome do autor;
- Título do trabalho;
- Nome do orientador;
- Nome dos membros da comissão avaliadora; e
- Linha de pesquisa⁵

⁴ Foi utilizada a numeração sequencial original constante nos registros do PPGEduc/CCHS/UFMS precedida das letras “D” para as dissertações e “T” para as teses.

Desse levantamento foi possível verificar a ocorrência de 38 trabalhos produzidos no PPGEdu/CCHS/UFMS que tratam ou se aproximam do tema deste estudo. São eles:

Quadro 4 - Trabalhos produzidos no PPGEdu/CCHS/UFMS que tratam ou se aproximam do tema deste estudo

(Continua)

Nº	Ano	Autor/ Título
D006	1991	Alexandra Ayach Anache Discurso e Prática: a educação do ' deficiente ' visual em Mato Grosso do Sul
D018	1993	Mônica de Carvalho Magalhães Kassar A deficiência mental na voz das professoras.
D057	1997	Vivina Dias Sól Queiroz Educação, Computadores e Deficiência Mental : interações possíveis.
D067	1997	Ederly T. Loureiro dal Moro História, Discurso Político e Realidades do Processo de Integração do Portador de Deficiência Auditiva em Campo Grande, Mato Grosso do Sul
D090	1999	Celi Corrêa Neres Educação Profissional do Portador de Necessidades Especiais , para quê? (O caso de Campo Grande-Mato Grosso do Sul).
D095	1999	Andréia Carla Deuner Brunetto Os Labirintos da Imagem: quem é o deficiente para aquele que o educa?
D103	2000	Samira Saad Pulchério Lancillotti Deficiência e Trabalho: rendimensionando o singular no contexto universal
D123	2002	Claunice Maria Dorneles A Contribuição das Novas Tecnologias no Processo de Ensino e Aprendizagem do Deficiente Visual
D132	2002	Terezinha Cristina Lopes Catto Um Estudo da Atividade Docente pelo Significado e Sentido da Queixa Escolar
D149	2003	Ivonete Bitencourt Antunes Bittelbrunn O Silêncio da Escola Pública: um estudo sobre os programas de atendimento aos alunos com indicadores de superdotação no Estado de Mato Grosso do Sul

(Continua)

Nº	Ano	Autor/ Título
D150	2003	Carmelita Cristina de Oliveira Bueno A Recente Visibilidade da Escola Privada sem Fins Lucrativos no Contexto da Política Pública Educacional
D159	2003	Mirella Villa Araújo Tucunduva Fonseca Versões e Inserções: a educação de jovens e adultos com deficiência mental
D173	2004	Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira As salas de recursos como apoio pedagógico especializado - A educação escolar do deficiente mental

⁵ As informações sobre as linhas de pesquisa dos trabalhos que não se encontravam declaradas na documentação dos registros do PPGEdu/CCHS/UFMS foram acrescentadas com a colaboração do Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, do PPGEdu/CCHS/UFMS.

Nº	Ano	Autor/ Título
D174	2004	Edileuza Alves Martins Os Alunos Surdos em Classes Regulares da Rede Pública de Ensino na Concepção dos Professores
D197	2005	Nesdete Mesquita Correa A Construção do Processo de Municipalização da Educação Especial em Campo Grande no Período de 1996 a 2004
D199	2005	Mariuza Aparecida Camillo Guimarães A Normalização na Prática Pedagógica e a Constituição do Conceito de Inclusão nas Escolas Comuns da Educação Básica.
D206	2005	Neiva de Aquino Albres A Educação de Alunos Surdos do Final da Década de 1970 a 2004: análise dos documentos referenciadores
D223	2006	Adriana Aparecida Burato Marques Buytendorp Currículo em Educação Especial : o texto, as imagens e o acesso ao ensino
D231	2006	Clégia de Albuquerque Cruz de Oliveira O Ingresso das Pessoas com Deficiência no Serviço Público - alcances e limites do processo educativo
D238	2006	Rosely Souza Luiz Gayoso Entre Amor e Ódio: os dilemas da Educação Especial , no limiar do século XXI
D241	2006	Eray Proença Muniz Políticas Públicas Educacionais: possibilidades e limites no atendimento educacional do educando com deficiência mental severa - Campo Grande / MS - período de 1980 a 2004
D244	2006	Alessandra Bertasi Nascimento Política de Educação Continuada, delineada nas ações de formação dos professores, das redes municipal e estadual de ensino no município de Pimenta Bueno (RO) [1996-2005]
D247	2006	André Gustavo Garcia Bruno Interdições e Contradições na Política de Inclusão de Jovens e Adultos com Deficiência no Estado de Mato Grosso do Sul
D250	2007	Cristiano Corrêa de Paula Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais : as ações desenvolvidas no Estado de Rondônia
D256	2007	Myrna Wolff Brachmann dos Santos Sexualidade da Pessoa com Deficiência Mental : entre discursos de verdade e a possibilidade de outras práticas de si
D268	2007	Cynthia Garcia Oliveira Altas Habilidades na Perspectiva da Subjetividade
D273	2008	Marielle Moreira Santos Benatti O Financiamento Público das Instituições não-Estatais de Educação Especial em Campo Grande – MS (2001-2005)
D274	2008	Raquel Elizabeth Saes Quiles Políticas Públicas em Educação Especial Pós 1994: um estudo sobre o conceito de surdez

(Término)

Nº	Ano	Autor/ Título
D287	2008	Sérgio Roberto Jorge Alves Os Discursos da Inclusão Escolar no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul (1998 - 2008)
D288	2008	Suely Miranda Mônaco Da Educação Especial à (Re)Invenção da Escola para Todos: exclusão, inclusão escolar e educação inclusiva [1994-2008]

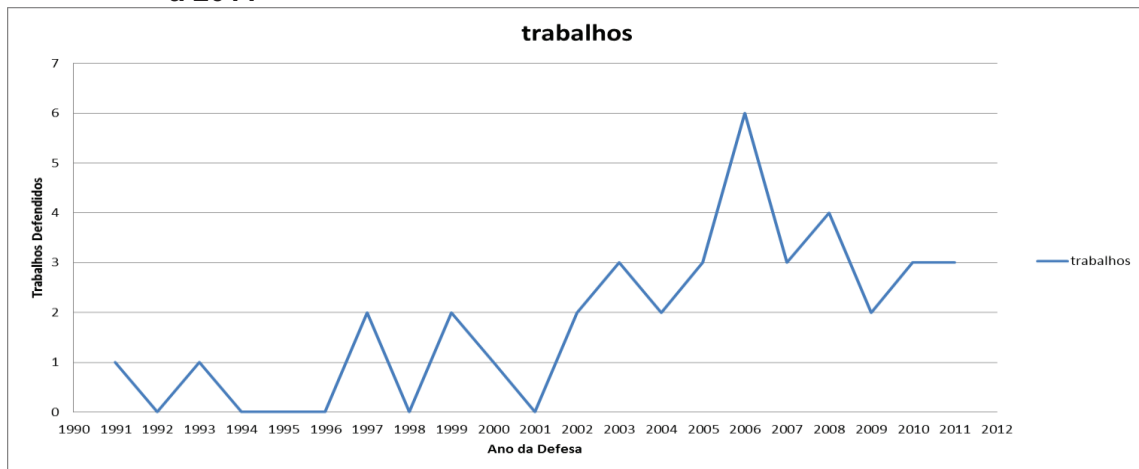
Nº	Ano	Autor/ Título
D282	2009	Aparecida de Fátima Gavioli A Educação de Surdos em Cacoal/RO: um encontro com a realidade
T010	2009	Carina Elisabeth Maciel de Almeida O Discurso de Inclusão nas Políticas de Educação Superior (2003 – 2008)
D318	2010	Ana Priscila Gomes de Souza A Educação Inclusiva : a ação e a proteção do Ministério Público Estadual – um estudo de caso
D326	2010	Fernando Ulisses Rosalino O Uso das Técnicas Mnemônicas no Processo de Aprendizagem de Pessoas com Deficiência Intelectual
T016	2010	Fernando Cesar de Carvalho Moraes Educação Física, o Aluno com Deficiência : um estudo da prática pedagógica de professores
D338	2011	Ana Paula Faustino Tieti Mendes Por entre a Justiça, Democracia e Diferença: da escola para todos à educação inclusiva
D347	2011	Josilene Augusto Lobo Projetos Político-Pedagógicos de Escolas da Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS: aproximações às proposições de flexibilização/adaptações curriculares
T034	2011	Vera Lúcia Penzo Fernandes A Criatividade no Trabalho Pedagógico do Professor de Artes Visuais no Ensino Médio, no Contexto da Educação Inclusiva

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Foi realizado o levantamento das ocorrências de defesas de trabalhos produzidos que tratam de educação especial no PPGEdu/CCHS/UFMS por ano: em 1991 houve apenas 1; em 1993 houve apenas 1; em 1997 foram 2; em 1999 foram 2; em 2000 houve apenas 1; em 2002 foram 2; em 2003 foram 3; em 2004 foram 2; em 2005 foram 3; em 2006 foram 6; em 2007 foram 3; em 2008 foram 4; em 2009 foram 2; em 2010 foram 3; e em 2011 foram 3.

Aplicando-se um gráfico à frequência das defesas dos trabalhos relativos à educação especial, foi obtido o seguinte resultado:

Gráfico 1 - Frequência das defesas dos trabalhos relativos à educação especial – 1991 a 2011



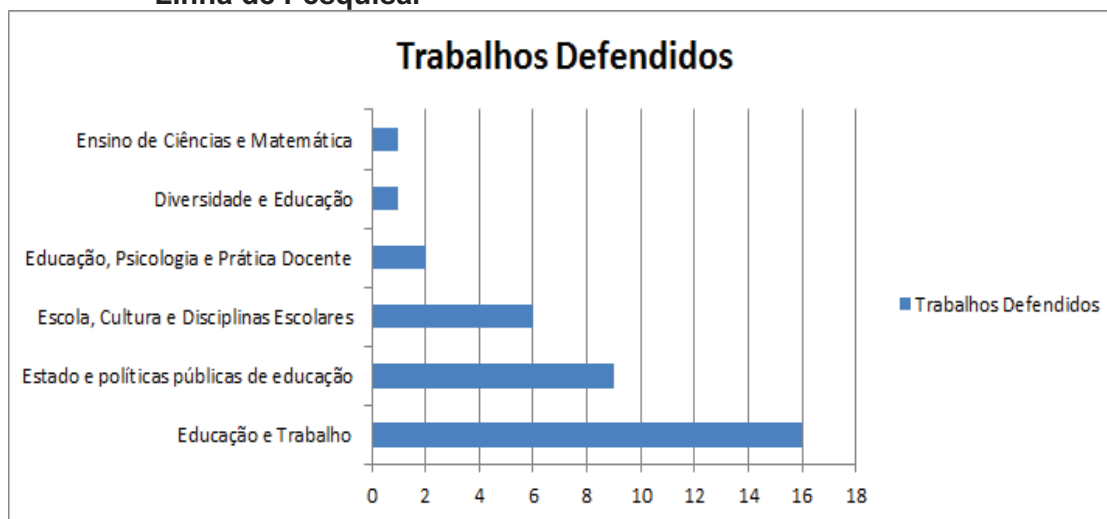
Fonte: Dados apontados pelo PPGEdu/CCHS/UFMS
Gráfico elaborado por Daniel Santee – colaborador.

Três dos trabalhos que tratam da educação especial e defendidos no PPGEdu/CCHS/UFMS não foram relacionados a uma linha de pesquisa e aqueles que registraram defesas de trabalhos ficaram com a seguinte distribuição:

- Educação e Trabalho - 16;
- Estado e Políticas Públicas de Educação - 9;
- Escola, Cultura e Disciplinas Escolares - 6;
- Educação, Psicologia e Prática Docente - 2;
- Diversidade e Educação - 1; e
- Ensino de Ciências e Matemática - 1.

Aplicando-se um gráfico à relação das defesas dos trabalhos que tratam de educação especial distribuídos por Linha de Pesquisa, foi obtido o seguinte resultado:

Gráfico 2 - Defesas dos trabalhos que tratam de educação especial distribuídos por Linha de Pesquisa.



Fonte: Elaborado por Daniel Santee — colaborador.

Quanto ao acesso aos textos dos trabalhos, concluídos os procedimentos e os levantamentos utilizando os resumos dos trabalhos, buscamos obter acesso aos trabalhos completos, preferencialmente em formato eletrônico para utilizar *softwares* de processamento e análise de textos. Para tanto buscamos a página da Biblioteca Central da UFMS na internet⁶ para realizar o procedimento de *download*⁷.

A página intitulada Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e de Dissertações da Biblioteca Central da UFMS oferece acesso à Biblioteca Digital de Teses e de Dissertações da UFMS⁸ e esclarece que, “[...] inicialmente, estão sendo disponibilizadas as dissertações defendidas a partir de 2006 e, gradativamente, será inserida a produção retrospectiva”⁹. A declaração contida na página supracitada da Biblioteca Central da UFMS adverte sobre a possibilidade de que nem todos os trabalhos estejam disponíveis, o que foi constatado depois de realizada a busca relacionada ao PPGEdu/CCHS/UFMS registrando apenas 163 Teses e Dissertações relacionadas em ordem alfabética do primeiro nome do Autor em comparação com o quantitativo de 352 dissertações e 35 teses defendidas no PPGEdu/CCHS/UFMS

⁶ Disponível no site: <http://btdt.cbc.ufms.br/tesesimplificado/tde_busca/resultado-tdes-prog.php?ver=6&programa=6&ano_inicio=&mes_inicio=&mes_fim=&ano_fim=2013&grau=Todos>. Acesso em: 14 jan. 2014

⁷ Numa rede de computadores, obtenção de cópia, em máquina local, de um arquivo originado em máquina remota. (Dicionário Aurélio *On-line*)

⁸ Disponível no site: <<http://btdt.cbc.ufms.br/tesesimplificado/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

⁹ Disponível no site: <<http://btdt.cbc.ufms.br/tesesimplificado/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

até o ano de 2011. Dessa busca foram localizados 21 trabalhos disponibilizados em formato PDF¹⁰ para *download*.

Restaram, portanto, 19 trabalhos não disponíveis de forma eletrônica cuja busca foi realizada na forma impressa junto à Secretaria do PPGEdu/CCHS/UFMS. Dezessete trabalhos foram localizados e dois não se encontravam nas prateleiras da secretaria.

Coincidentemente, os dois trabalhos não encontrados foram orientados pela mesma professora, a Dra. Alexandra Ayach Anache, que, quando procurada, gentilmente emprestou sua cópia para digitalização.

O processo de digitalização de um documento que se encontra na forma impressa ocorre por meio de um equipamento que “fotografa” a página impressa e grava cada página como uma imagem ou fotografia digitalizada em um meio eletrônico. A simples digitalização realizada dessa forma torna impossível realizar qualquer busca textual nas páginas do arquivo criado utilizando *software* de editoração de texto.

Quando um arquivo contendo textos é criado em forma de documento portátil — PDF diretamente do editor de textos em que ele foi digitado, o arquivo PDF resultante permite que se realizem buscas por palavras e termos em seu interior, possibilitando também que o texto seja tratado como banco de dados.

Os 19 trabalhos resgatados de forma impressa tiveram então que ser digitalizados para permitir que suas páginas fossem exibidas na tela do computador. O passo seguinte foi tornar os textos dessas digitalizações editáveis em programas de editoração eletrônica utilizando o processo de OCR utilizando o *software* FreeOCR¹¹, versão 4.2. Este *software* converte automaticamente a imagem digitalizada em texto editável e com possibilidade de realizar buscas.

A limitação de se realizar OCR em um arquivo digitalizado a partir do documento impresso é que, dependendo da condição e da qualidade da impressão, nem todas as palavras são corretamente reconhecidas pelo *software*, além do que o *software* utilizado não possui um dicionário da língua portuguesa para corrigir

¹⁰ *Portable Document Format* (PDF) é um formato de arquivo eletrônico desenvolvido pela *Adobe Systems* no ano de 1993 e utilizado para exibir documentos independentemente de um aplicativo, do hardware e do sistema operacional que foram utilizados para criá-los. O arquivo PDF pode exibir documentos que contenham texto, gráficos e imagens num formato independente de dispositivo utilizado ou da resolução. O PDF é um padrão aberto para que qualquer um crie aplicativos que leiam ou escrevam neste padrão. PDF pode ser traduzido para português como formato de documento portátil.

¹¹ Disponível no site: <<http://www.paperfile.net/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

palavras que eventualmente estejam dúbias. Segue-se, portanto, que os 19 trabalhos digitalizados possuem algumas incorreções que poderão acarretar a não leitura de algumas palavras ou termos que forem buscados para consultas. Os demais 21 trabalhos copiados da página da Biblioteca Central da UFMS encontram-se totalmente compatíveis com as buscas.

Concluindo, foram analisados 38 (trinta e oito) trabalhos entre dissertações e teses que tratam do nosso tema (ou se aproximam deste): educação das PcD.

Os resultados indicaram que houve um aumento progressivo e continuado no número de dissertações e de teses produzidas no período de 2001 a 2006. Os temas mais pesquisados foram: (i) inclusão/integração; (ii) deficiência e aprendizagem; e (iii) concepção sobre deficiência. Os tipos de deficiência mais estudados foram: (i) deficiência mental; (ii) deficiência auditiva e surdez; e (iii) deficiência visual. A pesquisa descritiva ocorreu em 12 (doze) trabalhos e em 8 (oito) houve intervenção sobre a realidade educacional. A formação do professor apareceu em apenas 2 (dois) trabalhos, sendo que esse não foi o foco principal abordado. As escolas públicas, bem como as classes especiais e comuns e salas de recursos, foram os locais mais escolhidos para as pesquisas. A entrevista foi o procedimento de coleta de informações mais amplamente utilizado.

Dois trabalhos nos chamaram atenção por se revestirem de temas relacionados mais proximamente ao tema da pesquisa que ora se apresenta. Um deles é o de Oliveira (2006), tratando do ingresso das PcD no serviço público, com seus alcances e limites do processo educativo, mostrando a relação entre educação e trabalho no âmbito do serviço público. O outro trabalho é o de Alves (2008), tratando dos discursos da inclusão escolar no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul (1998 - 2008), apresentando uma análise sobre a inclusão com base no referencial teórico de Michel Foucault.

A realização desse levantamento mostrou o “jogo” da produção do conhecimento nas ciências do homem, cuja estratégia central é demarcada em práticas discursivas, calcadas em determinados objetos e sujeitos por constantes variações, valendo-se de diálogos possíveis, em busca de significados de uma determinada especificidade, local e universal, como elementos utilizados, em sua configuração e transformação enquanto outros saberes, nas tentativas de construir o novo ou reforçar já os existentes (OSÓRIO, 2013).

Desse modo, podemos concluir que o estudo implementado reveste-se de importância para a área de Educação ao apresentar a produção sobre a educação das PcD do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS.

1.3 APROXIMAÇÕES PARA ESTE ESTUDO

O processo de busca das produções que versaram sobre inclusão social da PcD exigiu várias leituras em diversos campos disponibilizados. A opção inicial pela produção em teses e dissertações pela CAPES se deu devido ao fato de optar-se por restringir a pesquisa a um campo que apresentasse o maior número de produções que se aproximassem ao tema proposto para este estudo.

Tivemos também acesso a alguns periódicos, porém houve dificuldade de acesso e na identificação dos elementos estruturais em relação aos aspectos gerais de organização. Constatou-se uma variação das temáticas utilizadas pelos autores. Onde os significados eram semelhantes nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave, ali se optou por considerar apenas as produções mais recentes e preservando identificar suas respectivas aproximações com o tema deste estudo.

É importante destacar que a consulta se deu por via eletrônica e, desse modo, explicitaram-se elementos relacionados à qualidade das informações disponíveis e os riscos de se ater aos resumos disponíveis. Embora haja uma orientação geral para que os resumos contenham informações relativas ao objetivo, à base teórica e metodológica, aos procedimentos e a alguns resultados, aproximadamente 85% dos resumos verificados não estão assim estruturados. De maneira geral, contêm uma ou mais informações relativas a esses elementos, organizadas de modo a não permitir uma compreensão geral das produções, tanto das dissertações quanto das teses. Esse fato provocou limites prévios para o estabelecimento de indicadores a serem trabalhados como fonte possível.

Concomitantemente, foi possível observar uma forte tendência de essas temáticas, associadas ou não, estarem agrupadas em fases ou etapas de escolarização das PcD ou formação e qualificação profissional

Entre as temáticas exploradas — inclusão social, educação, trabalho e deficiência —, a maior incidência ocorreu com o termo "inclusão", indicando a necessidade de transformá-lo em expressão diversa das demais temáticas, para a realização de futuras consultas, com variantes relacionais, na tentativa de captar as diferentes formas de manifestação dos aspectos registrados sobre o tema. Isso não ocorreu de uma forma tranquila por conta da variação das expressões encontradas e de suas associações, além da abertura que as temáticas possibilitaram para outros significados, exigindo novas leituras.

Dentro do contexto da inclusão, numa perspectiva inicial apareceram expressões como: inclusão e educação inclusiva; inclusão escolar; inclusão social; inclusão e integração; inclusão e trabalho; inclusão e mercado de trabalho; políticas de inclusão; inclusão e deficiência: (auditiva, surdo e surdez), (cego e cegueira), (mental/intelectual) e (altas habilidades e superdotação); inserção social e deficiência; deficiência e mercado de trabalho, além de outras associações, entre elas, as expressões exclusão social, ensino, atendimento e família. Todas foram localizadas por meio da expressão inclusão, independentemente de sua categorização.

Essas constatações decorrentes das primeiras leituras e as consultas para seleção das produções permitiram identificar redes de percepções manifestadas por intermédio das especificidades de cada produção e seus respectivos temas. O que pode ser observado é que os temas pouco se organizam a partir de um determinado referencial teórico.

A partir dessa reflexão evidencia-se que os trabalhos analisados pouco revelaram aproximações com a temática desta pesquisa. No momento em que tratam de temas relacionados à inclusão social da PcD, verificou-se, entretanto, que não demonstraram contribuições específicas de inserção e visibilidade para a problemática em estudo e a delimitação de sua abrangência, o que irá conferir um caráter de inédito a esta tese. De modo igual, nota-se que foi utilizado em apenas 3 dos estudos o referencial foucaultiano de pesquisa, porém em nenhum desses trabalhos foi estabelecida a relação da inclusão social com o tema da educação e trabalho. Isso torna relevante esta pesquisa, pois os estudos realizados foram analisados sob a ótica desse referencial na especificidade.

Assim, portanto, entre as consultas feitas no banco de teses da CAPES não há um trabalho que coincida com esta pesquisa e o que realmente podemos

confirmar como diferencial é o referencial teórico-metodológico utilizado nas análises dos dados nesta pesquisa, que possibilita a inovação no campo da educação como uma referência para a compreensão por meio do referencial de Michel Foucault de como ocorre a inclusão social das PcD, o qual tentamos expor a seguir.

1.4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE MICHEL FOUCAULT: POSSIBILIDADES PARA ESTE ESTUDO

A proposta inicial para a elaboração do estado de conhecimento para esta pesquisa foi realizar uma investigação acerca dos discursos proferidos, explicitados e silenciados em relação à produção discursiva da inserção social da PcD via educação e trabalho tendo como referência de análise os pressupostos teóricos de Michel Foucault.

As contribuições de Michel Foucault são apresentadas em obras e discursos que permeiam uma periodização de seus escritos. As obras ditas "arqueológicas" (de 1961 a 1969) são: História da Loucura, de 1961; O Nascimento da Clínica, de 1963; As Palavras e as Coisas, de 1966 e A Arqueologia do Saber, de 1969. Essas obras nos levaram a desenhar as possibilidades de problematizações, delineando uma análise arqueológica de discurso, buscando os saberes e as verdades da nossa sociedade, perguntando pelas razões da sua construção com o objetivo de esquadrihar os sujeitos que se produzem e são produzidos pelas circunstâncias.

Foucault (2010, p. 290) enfatiza, sobre seus livros, que:

Quando começo a escrever um livro, não somente não sei o que pensarei no final, mas não sei, claramente, que método empregarei. Cada um de meus livros é uma maneira de recortar um objeto e de forjar um método de análise. Terminando o meu trabalho, posso, por uma espécie de olhar retrospectivo, extrair da experiência que acabo de fazer uma reflexão metodológica que tira o método que o livro pode seguir. De modo que escrevo, um pouco em alternância, livros que chamaria de exploração e livros de método. Livros de exploração: a História da loucura, O nascimento da clínica etc. Livros de método: Arqueologia do saber. Em seguida escrevi coisas como Vigiar e punir, A vontade de saber.

Com isso, volta-se para a noção da problematização foucaultiana, que oferece um caminho para frente (um ver adiante), que ultrapassa as “disputas ideológicas” e os “argumentos polêmicos”, sob uma abordagem diferente da ideológica e de evidências, pois se coloca de modo distante e possibilita pensar

diferentemente as próprias experiências educativas e as vividas pelos sujeitos nelas envolvidas.

Enquanto um dos marcos de renovação do conhecimento histórico, a arqueologia, segundo Foucault (2007), situa-se na transformação pela qual a história redefine sua posição em relação aos documentos e a outras fontes, não mais considerando apenas o modo de interpretar as fontes, mas:

[...] uma tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. [...] ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. [...] ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. (FOUCAULT, 2007, p. 7).

Nessa perspectiva, o documento não é o único instrumento de uma história. As fontes de informações (sujeitos/pessoas com deficiência), até o momento deste estudo, demonstram que os documentos do passado e do presente se transformam em marcos referenciais e se complementam enquanto subsídios. Para Foucault (2007, p. 8), a história nos dias atuais é dotada de movimentos elaborados no constructo do passado,

[...] é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. [...] poderíamos dizer, [...] que a história, [...] se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.

Na arqueologia, esse movimento tem como objetivo exercitar os discursos produzidos a partir de alguns subsídios iluminados pelos referenciais teóricos e metodológicos e a produção de artigos e outros artefatos. E, sem dúvida, investir em observações analíticas longitudinais discursivas que circulam no legal, na norma, na regra e na produção do conhecimento, que, com certeza, oferecerá pistas para as

diferentes formas de como “se compreender” as redes de poderes que se estruturam e readéquam, independentemente de sua categorização, quando direcionada aos diferentes grupos sociais vulneráveis conhecidos como em risco social.

As considerações aqui apontadas têm como base latente as obras de Foucault: *História da Loucura* (1978) e *Vigiar e Punir* (1987). Nelas estão descritas as práticas que nos dias atuais são consideradas estranhas. Foucault mostra, entretanto, serem respostas internamente coerentes e plausíveis para problemas identificáveis. Independentemente de serem as tentativas de tratar a loucura como uma doença e/ou as reformas humanitárias da prisão, sempre aparecem com coerência interna. Ambas estão centradas na análise de sistemas de instituições e de práticas discursivas historicamente situadas de forma binária (certo/errado; ético/não ético; o bem/o mal).

Para Osório (2010, p. 99-100), ao adentrarmos nas obras foucaultianas:

[...] cada página carrega em suas linhas pressupostos calcados em processos históricos e sociais. Logo, suas contribuições extrapolam as descrições factuais, explicitam os porquês das práticas sociais exercidas, suas contradições, elaborações e seus limites enquanto diferentes processos que, quando recuperados por meio de temáticas específicas de reflexões, permitem recolocar novos elementos. Essa dinâmica contribui para identificar outras causas e razões dos fenômenos sociais culturalmente impostos, conferindo-lhe assim novas configurações, outros significados frente às constantes mutações das relações impressas no interior de cada domínio da sociedade.

Dessa forma, para se compreender as particularidades da análise arqueológica, Foucault (2007) revela o início da contradição que, simultaneamente, tem seu modelo na afirmação ou na negação de uma única proposição. Ele marca como se forma uma prática discursiva. Ele define as formas que essas práticas assumem, as relações que estabelecem entre si e o domínio que as conduz.

A análise arqueológica faz também surgir as relações entre as formações discursivas e os domínios não discursivos entre os acontecimentos políticos, as práticas e os processos econômicos, as instituições. Entretanto, essas relações não têm por finalidade revelar grandes continuidades. Elas tentam determinar como as regras de formação de que dependem e podem estar ligadas a sistemas não discursivos.

Diante do exposto, Foucault incita-nos a refletir sobre o discurso vigente sobre a inserção social das PcD via educação e trabalho como mecanismo de controle e regulação que opera associado à ordem do poder como “[...] um jogo complexo entre interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público [...]”. (FOUCAULT, 2008, p. 61). Trata-se de um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados.

Foucault utiliza-se do vocábulo “educação” quando descreve historicamente a reforma do ensino que eliminou o misticismo dos exercícios espirituais comuns ao século XIV e que foram substituídos pela educação, além de descrever a preocupação dos governos em garantir que as crianças consideradas “anormais e retardadas” tivessem acesso à educação primária. Acreditava-se que a única maneira de se tratar um idiota, ou uma criança retardada, seria com a imposição da educação, pois esta serviria de filtro, poupando aqueles que poderiam ser tratados e internando os intratáveis nos asilos. A educação também é abordada com relação a medidas de controle adotadas nas “casas de educação corretiva” e à institucionalização de creches e jardins de infância com a justificativa de que as crianças seriam lá educadas e, estando lá internadas, liberariam os pais para trabalhar sem terem que se preocupar com elas.

A ênfase dada por Foucault à imposição da educação aos idiotas e anormais revela o poder psiquiátrico em sua forma mais pura, forma que foi denominada “tratamento moral”. O poder psiquiátrico pela educação ocorre por meio do corpo do professor, que assume o poder da educação especial, praticando sua onipotência por meio de sua presença dominadora.

O curso *Os Anormais* (1999), ministrado em 1974 e 1975, apresenta 14 páginas em que Foucault cita “educação”. Foucault explora, nesse curso, a questão claramente delineada de como a psiquiatria passou a funcionar como uma ciência médica responsável pela saúde (higiene) pública. Foucault busca as origens da questão na Idade Média e nos guia até o surgimento da psicanálise na Europa, cujo argumento principal está na psiquiatria forense como sendo uma moderna técnica do poder. Foi o estudo do crime desmotivado que Foucault alega ter sido o início da psiquiatria criminal. O estudo do comportamento anormal progrediu e se transformou numa disciplina que estudava todos os humanos e não apenas as pessoas anormais. O percurso para que a psiquiatria viesse a ter o *status* de ciência envolveu

a sexualidade humana, principalmente no que se refere aos perigos do comportamento sexual anormal: “A sexualidade vai permitir explicar tudo o que, de outro modo, não é explicável” (FOUCAULT, 2001, p. 306).

O vocábulo educação (*éducation*) aparece utilizado ao se referir aos históricos “sistemas disciplinares e educativos”; à contraposição da “educação natural”, realizada em um ambiente familiar, geralmente pelos pais com a responsabilidade de educar as crianças para a sobrevivência e para a vida futura, enquanto a “educação estatal” estaria ligada ao “sistema normativo da educação” em que as regras definidas pelo estado eram passadas às crianças e aos jovens. A educação natural, segundo Foucault, está ligada às técnicas familiares de correção, de reeducação e de sobrecorreção, ao passo que a educação estatal surge no século XVIII com suas técnicas pedagógicas de educação coletiva voltada também à formação de aptidões. Foucault levanta ainda a hipótese de que a educação estatal passou a ser exercida por educadores que detinham o conhecimento das regras de racionalidade e o saber pedagógico e estariam no mesmo nível que o médico com seu saber da medicina e pedem aos pais que lhes cedam e confiem seus filhos mediante a promessa de educar as crianças para que sejam úteis ao Estado. Surge então a intenção de que a educação deverá ser garantida pelo Estado.

Foucault (2001) discorre sobre que a garantia da educação pelo Estado era discutida também como sendo destinada às classes sociais favorecidas e que deveria ocorrer em um espaço controlado pelo Estado ao invés do espaço duvidoso da família. Para tanto surgiram por toda a Europa os “grandes estabelecimentos educacionais”, as grandes escolas com um discurso de convencimento para que os pais lhes enviassem seus filhos. Segundo Foucault (2001), foi o apelo à sexualidade da criança a armadilha na qual os pais caíram quando o Estado prometeu dar às crianças uma educação sexual: “Ela foi um dos instrumentos de troca que permitiram deslocar a criança do meio da sua família para o espaço institucionalizado e normalizado da educação”. (FOUCAULT, 2001, p. 326).

Em suma, o tema educação que aparece no curso Os Anormais (1999) trata da maneira como o Estado assumiu a educação das crianças como uma forma de controle e poder, cooptando os pais a participarem dessa normalização das crianças mediante a alegação de que a masturbação (que é prática comum) seria um desvio de conduta e que caberia ao Estado educar as crianças, disciplinando-as contra essa prática.

Cabe dizer que, embora Foucault não tenha texto exclusivamente dedicado à educação, suas ideias e análises sobre a educação aparecem de forma progressiva a partir da década de 1970, culminando com maior número de referências a *educação* na obra *Vigiar e Punir, o nascimento da prisão* (1975), com 26 páginas dedicadas ao tema.

A análise dos contextos em que a palavra educação é utilizada comprova que Foucault não conceitua educação e utiliza a palavra de forma genérica, sugerindo que educação é entendida como sendo o modo como hábitos, costumes e valores são transferidos de uma geração para a próxima, o que pode acontecer tanto através de experiências individuais quanto através de um processo formal realizada em estabelecimentos de ensino.

Desse modo, no próximo capítulo buscamos entender as práticas sociais como fenômenos culturalmente impostos que conferem novas configurações e outros significados ao tema frente às constantes mutações nas relações impressas no interior de cada domínio da sociedade.

2 PRÁTICAS SOCIAIS DETERMINANTES

Este capítulo tem como objetivo analisar a inserção social das PcD no campo das práticas sociais. Para tanto, apresentamos uma análise dos diferentes dispositivos reguladores que amparam a formação profissional das PcD e que regulam sua inserção no campo do trabalho.

Nesse sentido, foi imprescindível refletir sobre a Lei Federal nº 8.213, de julho de 1991, bem como sobre o Decreto Presidencial nº 3.298, de 20/12/1999, que dispõe sobre a reserva de vagas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência e que são compreendidos como principais dispositivos legais que asseguram o direito de acesso ao mercado de trabalho às pessoas com deficiência.

2.1 DISPOSITIVOS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL DAS PCD

Refletir sobre as práticas sociais que permeiam a inclusão social das PcD implica demarcar uma rede que se estabelece entre elementos heterogêneos, ditos e não ditos, tais como discursos, instituições, regulamentações, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e princípios morais.

A natureza da relação entre tais elementos, discursivos ou não, está inscrita em um jogo de poder, ou seja, de mudanças de posição e de modificação de funções, ligado a configurações de saber que dele nascem e o condicionam, configurações de saber entendidas como constituindo um dispositivo. Além de ser uma estrutura de elementos heterogêneos, um dispositivo é de natureza essencialmente estratégica, um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência, e que supõe certa manipulação das relações de força, certa intervenção racional e organizada nessas relações de força. Foucault (1981, p. 246) assim sintetiza: “É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentado por elas”.

Iniciamos então a reflexão sobre a inclusão social tendo a educação como forma de dispositivo.

No Brasil, há um consolidado discurso sobre a democratização da educação, bandeira dos movimentos sociais, de longa data. Podem-se identificar em nossa história inúmeros movimentos, gerados pela sociedade civil, que lutam pela ampliação do atendimento educacional. Para tais movimentos, o Estado vem atendendo a essas reivindicações de forma muito tímida, longe da universalização esperada.

Nas diversas instâncias do poder público — União, Estados, Distrito Federal e Municípios — o esforço em atender às demandas sociais por educação básica materializa-se de forma focalizada e restritiva. Com isso, parcelas dos jovens ficam à margem do atendimento no ensino fundamental e têm atendimento ainda insuficiente pelo Estado. É importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. Mesmo assim, somente essas características ainda não completam o sentido amplo da democratização da educação.

A demanda social por educação pública implica, pois, produzir uma instituição educativa democrática e de qualidade social, devendo garantir o acesso ao conhecimento e ao patrimônio cultural historicamente produzido pela sociedade, por meio da construção de conhecimentos críticos e emancipadores a partir de contextos concretos. Para tanto, considerando sua história, suas condições objetivas e sua especificidade, os sistemas de ensino devem colaborar intensamente na democratização do acesso e das condições de permanência adequadas aos estudantes no tocante à diversidade socioeconômica, étnico-racial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida (BRASIL, 2010).

Por isso, faz-se necessário construir ou reconstruir processos pedagógicos, curriculares e avaliativos centrados na melhoria das condições de aprendizagem,

tendo em vista a definição e a reconstrução permanente de padrões adequados de qualidade educativa.

A educação em geral, e a educação escolar em particular, é compreendida como uma forma de reproduzir o modo de ser e a concepção de mundo de pessoas, grupos e classes, através da troca de experiências e de conhecimentos. Essa concepção de mundo inclui crenças, ideias, valores, formas de trabalho e de organização social, cultural, etc. A educação é referida ainda como uma ação que desemboca numa série de práticas de produção da vida social, tais como: preparação dos indivíduos mais jovens para a ação futura na sociedade, transmissão da herança cultural e de novas formas de trabalho, socialização de processos produtivos de bens materiais e espirituais, entre outros.

A educação é um direito humano e é prevista na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 6º, estando em primeiro lugar entre os chamados direitos sociais. Mais adiante, no artigo 205, é definida como “direito de todos e dever do Estado e da família”, e ficando esclarecido que será “[...] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A história mais antiga da educação identifica grupos que, no exercício de um ato de liberdade, criaram instrumentos da transmissão de sua concepção de mundo a outros grupos ou indivíduos. A invenção da escrita e, mais tarde, da imprensa rompeu definitivamente o ciclo da transmissão oral nas sociedades literárias, gerando a necessidade de serem criadas instituições de produção, organização e difusão da cultura, sob a égide de indivíduos mais preparados para o exercício de tal função: os intelectuais. Assim começa a surgir a escola diante da necessidade de se preservar e de reproduzir crenças, valores, conquistas sociais, concepções de vida e de mundo de grupos ou classes. Ela permaneceu e foi se colocando, ao lado de outras instituições sociais, com o compromisso de difusão e de socialização do saber.

Na sociedade moderna, os homens se distinguem em duas categorias frente à posse sistemática e organizada do conhecimento: os que sabem e os que não sabem. Na medida em que os primeiros são os que podem dizer e agir, tomar decisões, interferir, dirigir e opinar sobre a totalidade da vida social, nos campos da

cultura, da vida política, da ordem jurídica, o saber se converte em instrumento de poder, mas libera os canais para manejá-lo com mais eficiência e competência.

É, no entanto, importante observar que a educação escolar cria ao mesmo tempo os instrumentos para o exercício do poder. Isso significa que aqueles que detêm o controle dos processos educacionais são capazes de impedir que os outros se apossassem de tais instrumentos e de manipular o que eles devem saber e o que podem saber.

Por meio das políticas educacionais constatamos que a educação tem como finalidade interferir na correlação de forças sociais manifestadas em estratégias governamentais. A educação faz parte da política social, que, por sua vez, depende da política econômica. O fator econômico determina o social, o social determina o educacional e, na forma de um *círculo vicioso*, juntos representam estratégias manipuladas e se nutrem com interesses e valores de uma classe dominante que exercita o poder.

Na perspectiva foucaultiana, saber e poder estão intimamente relacionados na medida em que o exercício do poder é lugar de formação do saber, e também que todo saber constitui relações de poder. Dessa forma, o hospital não é apenas o lugar de cura, mas também o instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber; por analogia, a escola está na origem da pedagogia; a prisão, da criminologia; o hospício, da psiquiatria.

Como afirma Osório (2007, p. 12):

[...] a escola enquanto instituição reproduz os conflitos e as contradições presentes na sociedade, naquilo que denominamos de educação, que nada mais é do que uma forma racional e barata, em termos de custos financeiros, para exercer diferentes tecnologias de poder, fruto de outras dimensões deste mesmo poder. A guarda do aluno por algumas horas do dia em uma instituição escolar já é um resultado positivo para a sociedade, embora ela não tenha interesse algum em saber o que ocorre neste período entre muros. Acredita-se que, a partir das condições sociais impostas, o uso da educação pode servir para tudo, mas jamais para educar.

Desse modo, é necessário conceber a educação como decorrência de uma rede de formações discursivas utilizadas em direções diferenciadas, descrevendo-as em um outro feixe de relações que não se detêm ao universo pedagógico e aos momentos atuais.

A educação na perspectiva da inclusão, compreendida como um fenômeno social insere-se nas dinâmicas de poder e torna-se, assim, como uma ameaça à ordem instituída e palco de conflitos e contradições de interesses das mais diferentes ordens e objetivos, que não se limitam à própria prática educacional, mas à rede de relações construídas e constituídas no processo, além de interesses outros que devem ser preservados ou rompidos.

A partir dos referenciais foucaultianos, antes de ambicionar detectar a origem exata de uma prática, de um saber, de um discurso, faz-se necessário inicialmente localizar os discursos que colocam em funcionamento uma política, no caso, a política de inclusão das pessoas com deficiência como um dispositivo de segurança, constituído de um conjunto de práticas discursivas com que o poder se instala na população.

Parte-se do princípio, como escreve Osório (2007, p. 301), de que os discursos sobre a inclusão têm se revelado:

[...] na atual conjuntura, enquanto ‘usos’ e ‘abusos’, [...] seja nas tentativas de apropriá-la como uma ‘categoria universal’, o que é falso, pois sua subjetividade e sua relatividade esgotam os procedimentos operacionais, seja na designação de um lócus de intervenção institucional, como nas escolas, nas famílias, nos hospitais, [...].

O autor (2007, p. 301) enfatiza ainda que tais discursos:

[...] podem estar associados ou não a outros aspectos, como gênero, raça, regionalidade, minorias sociais, deficiência, desemprego, analfabetismo. Entretanto, demarca sempre um determinado grau de seletividade que enfatiza a diferença pelo preconceito, como estratégia de segregação social, visando, constantemente, a uma exposição coletiva ou individual.

Podemos compreender então que os discursos da inclusão são resultados de atos humanos e das práticas sociais, que, em cada etapa da história, têm se apresentado de forma latente nas tensões sociais. Nesse sentido, verifica-se que o discurso da inclusão se apoia sobre outros sistemas e dispositivos de exclusão. Logo, falar de inclusão requer partir para seu outro extremo, a exclusão, pois é dela que são oriundas as mais diferentes estratégias institucionais de controle e vigilância dos indivíduos. É importante dizer que o discurso da inclusão é produzido por

orientações coletivas, reforçadas não somente em regulamentações oficiais, mas também por diferentes práticas sociais que enfatizam ações discriminativas e segregadoras.

Para Foucault (1994), o sujeito de conhecimento é um sujeito historicamente qualificado. Nesse caso, esse sujeito, objeto de análise aqui referendado, é a PcD, mas também é a prática social que determina as concessões possíveis entre o “saber” e o “poder”.

Paralelamente, é possível observar que o saber não é neutro, que os discursos são práticas sociais que ficam em voga num determinado momento. Cultuá-los é dar suporte para outras fontes discursivas que podem resultar em algumas alterações do colapso social, o que pode transformar-se em algo utópico, pois, independentemente das formas de organização da sociedade, sob o ponto de vista histórico e político, as regras sempre foram pautadas pela exclusão.

Januzzi (1985) ressalta que a burguesia se consolidou como poder dominante no Brasil no período colonial, quando criou um discurso de verdade conciliatório entre os ditos “anormais” e os demais indivíduos, estabelecendo o cuidado com a infância e a prevenção de doenças que poderiam ocasionalmente produzir uma nova população de “anormais”. Estabeleceu-se então a escolarização desses indivíduos e ainda serviriam de mão de obra para a indústria emergente.

Esses discursos, em pontos diferentes da sociedade, geram verdades e modelam esses indivíduos, “normais” e “anormais”, num tempo e espaço determinado, trazendo elementos comuns às diferenças sociais. Logo, a massificação desses discursos enriquece o processo individualizante do disciplinamento, fazendo assim com que os indivíduos, independentemente de serem diferentes, possam ser mais facilmente manipulados, subordinados, sujeitados e governados.

A partir de Foucault (2007, p. 122) encontramos a concepção de discurso como um “[...] conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”. Assim, para analisar a ordem do discurso a respeito da relação entre educação e trabalho com vistas à inserção social das PcD, é preciso fazer uma análise constituída por todos os enunciados efetivamente ditos, escritos ou silenciados a esse respeito.

No movimento epistemológico foucaultiano, conceber a arqueologia traz, em sua especificidade, a essência do próprio movimento da escolarização, movimento pelo qual ela é produtora de conhecimento e é concebida como uma das formas de produção de discursos, principalmente aqueles que trazem em suas bases a justiça social e os mesmos direitos. Também é necessário pensar sobre o conceito da concepção empirista de que conhecer como abstração da essência do objeto real, cuja posse pelo sujeito se chama então conhecimento, que abrange um empirismo racionalista como uma verdade profana. No sentido arqueológico, a verdade que é produzida do saber irá “[...] reconstituir, o que se dá como verdade de constatação ou verdade de demonstração, a partir do patamar dos rituais, o patamar das qualificações do indivíduo de conhecimento, sobre o patamar da verdade do acontecimento” (FOUCAULT, 1994, p. 238).

Quanto à educação profissional, os dados evidenciam avanços importantes nos indicadores. Em 2010, registrou-se um total de 693,6 mil estudantes matriculados na educação profissional de nível técnico e de 86,6 mil estudantes, no ensino médio integrado (BRASIL, 2010).

Destaca-se também a ampliação da rede federal de educação tecnológica, sobretudo com a criação do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFET). A ampliação de vagas nas instituições federais de educação tecnológica deve ocorrer de acordo com a demanda de cada município, contemplando educação profissional para estudantes de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Devem-se, ainda, promover convênios entre empresas e instituições de educação profissional no sentido de garantir estágios, oportunizando aos estudantes acesso ao mundo do trabalho.

Osório (2001) afirma que existe uma orientação comum nos programas oficiais para a educação profissional no Brasil, programas que, em conjunto, formam a política atual do Plano Nacional de Educação Profissional, conhecido por algumas entidades de trabalhadores como PLANFOR, em nível nacional, e como Planos Estaduais de Qualificação — PEQs nos estados e municípios. Todos aparecem como uma tentativa de garantir aos trabalhadores e desempregados uma adequabilidade aos novos princípios da Teoria do Capital Humano e suas diferentes interfaces com os novos paradigmas de empregabilidade, inserção social e rentabilidade, o que implica afirmar que os propósitos da política pública de formação profissional se

baseiam na ambiguidade entre a qualificação frente aos altos índices de desemprego.

Sabemos que, em termos de política pública de preparação para o mercado de trabalho, nos dias atuais a regra é o processo de globalização e que o perfil do trabalhador necessário muda de acordo com as alterações das forças produtivas e da forma como estas se vinculam entre si no processo histórico, sem desconsiderar evidentemente as formas de dominação nas diferentes frentes produtivas que determinam os comportamentos culturais, sociais, éticos e políticos e outros fatores conjunturais. Por conta desses e outros fatores, a formação profissional do trabalhador, proposta na atualidade através de programas, traz consigo um conceito restrito e uma idéia de consenso entre as exigências do mercado de trabalho e as aspirações dos trabalhadores e desempregados. O que não é verdade, pelo contrário, os programas em sua maioria reforçam a segregação social de algumas categorias de trabalhadores, não permitindo através dos “cursos” uma melhoria das suas condições existenciais. (OSÓRIO, 2001, p. 1).

Depreende-se que essa não explicitação ocorre em função de que os grupos do poder conseguem estabelecer um conjunto de mecanismos e estratégias subjetivas, sempre em caráter provisório, concentrando e monopolizando não só os interesses, mas também detendo o controle das proposições das metas a serem atingidas quantitativamente, mas dificulta a qualitativa.

Segundo Osório (2012, p. 32):

É uma limitação determinante, praticada constantemente nos termos das políticas públicas de toda ordem, sejam nas áreas de promoção social, educacional e outros setores considerados emergenciais em nossa realidade, como é o caso do enfrentamento do fenômeno nacional do desemprego. O discurso em pauta é o da inclusão social, tanto na dimensão da sociedade como na da inserção social nas relações de trabalho. Entretanto, na prática, o processo é de exclusão social, tanto numa dimensão como na outra, devido à forma como o capitalismo se processa na sociedade brasileira e aos mecanismos políticos que são propostos para resolver o problema.

Numa análise foulcaultiana, Osório (2012) considera que podemos depreender que a educação profissional é apaziguadora, numa primeira ordem, e redentora de toda a tragédia do desemprego, tem a responsabilidade de qualificar e requalificar. No contexto de escolaridade, oferece a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades específicas (tarefas produtivas –ofícios), definidas a

partir do novo conceito de mercado de trabalho. Tem como “missão” “formatar” em cada indivíduo “competências”, sendo a condição primeira para uma renda mínima.

Para Osório (2012), a cultura que sustenta as representações sociais e as práticas que demandam deriva-se necessariamente da base material onde se desenrola a vida e, no caso do Brasil, esta tem se mostrado desfavorável à maioria da população. Concordamos com o autor ao entender que a educação deve propor novas representações para organizar novas práticas, que se pretende que sejam mais efetivas e eficazes e esse processo exige referências que indiquem uma perspectiva de exercício profissional e configure projetos individuais consistentes com a realidade social, que não lhes é favorável.

A qualificação para o trabalho passa a ser concebida como uma qualificação social e profissional, capaz de permitir a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. Passa da condição de Política Pública de Qualificação, para a de política social, na qual a maior relevância deve ser a participação e o controle social, de modo que a qualificação profissional se torna um direito e um bem de acesso universal.

Considerando a necessidade de vislumbrar os processos de educação profissional para as PcD que, além de ampliar seus conhecimentos e habilidades para o trabalho, contribuam para sua efetiva emancipação social, a educação profissional, ao ser realizada na rede regular de ensino, poderia proporcionar uma formação mais próxima da realidade social e potencializar o acesso dessas pessoas ao trabalho.

Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE/ CEB) nº 02, de 11 de fevereiro de 2001, a rede de educação profissional deve possibilitar o acesso e a permanência do aluno com deficiência em suas escolas por meio da adequação do espaço físico, do mobiliário, dos equipamentos utilizados nos laboratórios e da linguagem, além de promover a flexibilização do currículo, a capacitação de recursos humanos e o encaminhamento para o trabalho (BRASIL, 2001).

Lancillotti (2001, p. 2), ao discutir a profissionalização das PcD, faz uma revisão de artigos sobre a questão deficiência/trabalho na área de Educação Especial, no período de 1988 e 1998, em que constata que muitos deles consideram que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho se deve “[...] à inadequação

dos processos de formação, ao preconceito social ou à falta de conhecimento do potencial da pessoa com deficiência”.

Vem a propósito a tese defendida no estudo e no Parecer da Câmara de Educação Básica:

A igualdade e a desigualdade continuam a ter relação imediata ou mediata com o trabalho. Mas seja para o trabalho, seja para a multiformidade de inserções sócio-político-culturais, aqueles que se virem privados do saber básico, dos conhecimentos aplicados e das atualizações requeridas, podem se ver excluídos das antigas e novas oportunidades do mercado de trabalho informal, o subemprego, o desemprego estrutural, as mudanças no processo de produção e o aumento do setor de serviços geram uma grande instabilidade e insegurança para todos os que estão na vida ativa e quanto mais para os que se vêem desprovidos de bens tão básicos, como a escrita e a leitura. (CEB/CNE, 2000, p. 16).

Conforme mostra o texto de Lancillotti (2001, p. 48):

Em decorrência das transformações, observa-se a expansão do desemprego estrutural como movimento de exclusão que obriga trabalhadores a buscar e aceitar alternativas de trabalho muito adversas, se comparadas àquelas existentes no período anterior, em que havia a regulamentação de salários, direitos e condições de trabalho. Esta é uma problemática que tem marcado os países ricos e pobres, ainda que, para os últimos, as consequências sejam mais graves, dadas as limitações do Estado para fazer frente às demandas sociais.

A autora afirma que a dificuldade de encaminhar as PcD para o mercado de trabalho foi sempre reconhecida, e torna-se pertinente analisar as dimensões que a atividade profissional assume em tempos de desemprego estrutural. Nesse sentido vale ressaltar o documento “Normas de Equiparação de Oportunidades”, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua 48ª sessão em 20 de dezembro de 1993 — documento esse concebido com base em informações obtidas, durante uma década, das PcD (1983-1992), indicando princípios importantes quanto à responsabilidade, ação e cooperação, também oferecendo instrumentos para a formulação de políticas e ações para pessoas com deficiência e suas organizações.

O termo “equiparação de oportunidades” significa o processo através do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades,

informações e documentações, são tornados disponíveis para todos, particularmente para as PcD.

Para que haja a equiparação de oportunidades em todas as esferas da sociedade, as referidas Normas (1993) orientam que os países membros devem incluir programas de ações destinadas a tornar acessível o ambiente físico e a adoção de medidas que favoreçam o acesso à informação e à comunicação.

Essa deve ser uma função exercida pelas empresas que contratam PcD, a de garantir a essas pessoas acessibilidade.

A acessibilidade promove inclusão de todas as pessoas na sociedade. Hoje esse conceito evoluiu para o conceito de desenho universal, que se preocupa com a inclusão das pessoas com deficiência, onde a sociedade se conscientiza que nela existem pessoas com necessidades diferentes e de biótipos variados e que é preciso criar objetos, edifícios, espaços urbanos ou transportes que as levem em conta. (SOUZA, 2013, p. 42).

Muitos locais de trabalho não são acessíveis, isto é, não são adaptados para atender idosos, pessoas com deficiência e outros com dificuldades de mobilidade e locomoção.

Em uma análise de Souza (2013), PcD em idade laboral desempregadas afirmam que empresas ignoram a acessibilidade arquitetônica e de comunicação para não contratarem, mas a mácula está na acessibilidade atitudinal — isto é, em não aceitar a mudança de postura na gestão de pessoas.

O cenário vislumbrado a partir de então é o da oportunidade, do empoderamento e do declínio do preconceito para com estes que não são mais minorias. Já existem Leis que lhes garante o Direito ao Trabalho. Oportunizar é, estrategicamente, direcionar a empresa para a visão empreendedora, rica, criativa, flexível, aberta, diferenciando-se. Se a engrenagem a economia é impulsionada sem desassombro, toda sociedade participa da riqueza produzida, na justa medida do seu esforço. (SOUZA, 2013, p. 47).

As Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1993) têm como objetivo garantir que as PcD, enquanto membros de suas comunidades, possam exercer os mesmos direitos e deveres que os outros e, para que todos possam exercer seus direitos e também seus deveres, é necessário ultrapassar as barreiras impostas pelas práticas sociais. Uma dessas barreiras é a

falta na informação, comunicação e educação, que, segundo as Normas (1993), são atributos que impedem as PcD de participarem em igualdade de condições com as demais pessoas da sociedade.

Destacamos pontos importantes que constam no referido documento - Normas (1993):

- O Princípio de direitos iguais implica que as necessidades de cada um e de todos são de igual importância e que as necessidades devem ser utilizadas como base para o planejamento das comunidades e que todos os recursos precisam ser empregados de tal modo que garantam que cada pessoa tenha oportunidade igual de participação.
- Pessoas com deficiência são membros da sociedade e têm o direito de permanecer em suas comunidades locais. Elas devem receber o apoio que necessitam dentro das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e serviços sociais.
- Na medida em que as pessoas com deficiência conquistam direitos iguais, elas devem também ter deveres iguais. À medida que esses direitos estão sendo conquistados, as sociedades devem aumentar suas expectativas em relação às pessoas com deficiência. Como parte do processo de equiparação de oportunidades, devem ser tomadas medidas que auxiliam pessoas deficientes a assumir plena responsabilidade como membro da sociedade.

É importante destacar que não basta garantir o acesso, pois a PcD tem que ser incluída no trabalho e o local de seu trabalho deve proporcionar condições para que se torne produtiva. Entre essas condições podemos citar ações como: treinamento em habilidades básicas para melhorar ou compensar uma função afetada; aconselhamento de pessoas com deficiência e suas famílias; desenvolvimento da autoconfiança; serviços ocasionais tais como avaliação e orientação; serviços de apoio; prestação de programa de atendentes pessoais e serviços de intérpretes, especialmente para as PcD severa ou múltipla. Por outro lado, não se deve exigir menos do deficiente apenas pelo motivo de sua deficiência.

O sucesso profissional das PcD não depende só de sua força de vontade. É necessário que haja inclusão. A maioria das empresas não providencia o apoio contínuo, equipamentos, ferramentas e novas tecnologias para que essas pessoas possam se integrar ao seu meio. Ainda existem pessoas que não abrem um canal de comunicação entre seus pares e, quando se trata de uma PcD, isso ainda é mais grave. O que é enfático é que, na medida em que as PcD conquistam seus direitos, elas têm deveres para com a sociedade, têm que devolver em forma de participação

o investimento realizado em sua pessoa. Mesmo com todos os dispositivos, conjunto de leis, decretos e resoluções criados para promover a igualdade de oportunidades a todos, foram necessárias medidas compensatórias a fim de equiparar o que a sociedade, durante a história, desigualou.

Os programas de ações afirmativas, de um modo geral, comportam avaliar as causas e as consequências das desigualdades e incluem os meios para corrigir os desequilíbrios, eliminar a discriminação e promover a igualdade de oportunidades. É o que está registrado quando verificamos o que história nos coloca, quanto aos objetivos pelos quais foram criadas as ações afirmativas, traduzidas a seguir no caso do trabalho da PcD pela Lei nº 8.213 (Lei de Cotas).

2.2 A INFLUÊNCIA E REPERCUSSÃO DA LEI Nº 8.213 (LEI DE COTAS)

O artigo 93 da Lei Federal nº 8.213, de julho de 1991, estabelece o sistema de cotas no mercado de trabalho para pessoas que possuam algum tipo de deficiência. De acordo com a norma, todas as empresas que tenham de 100 a 200 funcionários precisam disponibilizar 2% das vagas de emprego para PcD. Caso o número de contratados seja de 201 a 500, a disponibilidade deve ser de 3%. De 501 a mil empregados, 4%, e de mil e um em diante, o número deve ser de 5%. Essa obrigação atinge a todas as pessoas jurídicas de direito privado, como sociedades empresariais, associações, sociedades e fundações que admitem trabalhadores como empregados (art. 2º, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

De acordo com o artigo 10, parágrafo 2º, da Instrução Normativa nº 20/2001, não há exigência legal para uma distribuição equitativa, sendo esta uma decisão interna da empresa. Entretanto, com base no respeito às comunidades locais, recomenda-se a distribuição proporcional entre os diversos estabelecimentos. No interior do país muitas vezes não há empresas locais com 100 (cem) empregados e as filiais de empresas com sedes em outras cidades são as únicas chances de inserção no trabalho das PcD que lá residem.

Outra situação interessante amparada por lei é que os empregados com deficiência não devem ser alocados em setores isolados, pois essa ação é vista como uma atitude segregacionista e que não permite a integração social desse

segmento e elimina as suas possibilidades de progresso no emprego. Por isso, recomenda-se que, à medida do possível, em todos os setores da empresa sejam alocadas PcD (art. 2º da Recomendação nº 168 da Organização Internacional do Trabalho – OIT).

No Brasil há duas normas internacionais devidamente ratificadas, o que lhes confere *status* de leis nacionais. Trata-se da Convenção nº 159/1983 da OIT e da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como Convenção da Guatemala, promulgada pelo Decreto Presidencial nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Ambas conceituam deficiência, para fins de proteção legal, como uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, a pessoa tenha dificuldades de inserção social.

Nesse diapasão está o Decreto nº 3.298/1999, cuja redação, após longas discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), foi atualizada pelo Decreto Presidencial nº 5.926/2004. O artigo terceiro desse decreto afirma:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Os tipos de deficiência considerados no cômputo da lei são: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla.

O modelo atual de organização do trabalho impôs um perfil de trabalhador polivalente que desempenha inúmeras funções. Dependendo das limitações

impostas pela deficiência, muitas vezes a pessoa não consegue desenvolver o conjunto das funções inseridas num mesmo cargo. Entretanto, pode realizar grande parte delas. A empresa, sempre que possível, deve verificar a possibilidade de desmembrar as funções de forma a adequar o cargo às peculiaridades dos candidatos (art. 36, alínea “d”, da Recomendação nº 168 da OIT).

Antes de ser instituída a obrigatoriedade de contratação de PcD, raras eram as empresas que as empregavam. Assim, a elas não foram dadas oportunidades para terem em seu currículo experiência profissional e, de uma forma geral, delas não se deve exigir experiência. Quando a experiência for efetivamente necessária ao desempenho da função, a própria empresa deve oportunizar que a pessoa adquira internamente as habilidades, a postura de trabalho e os conhecimentos exigidos para o exercício de certos cargos (art. 36, alínea “c”, da Recomendação nº 168 da OIT, c/c item 4.4 do Repertório de Recomendações Práticas da OIT: Gestão de questões relativas à deficiência no local de trabalho).

De outro lado, muitas vezes é exigido, de forma generalizada, um patamar de escolaridade que não é compatível com as exigências de fato necessárias para o exercício das funções.

A literatura sobre inclusão das PcD no mundo do trabalho tem mostrado que muitas das dificuldades associadas a esse processo estão em encontrar empregadores disponíveis, dadas as inúmeras dúvidas que eles possuem (PEREIRA, 1977; OLIVERIA, 1993). Pesquisas realizadas no Brasil têm constatado que, apesar de ser o principal instrumento disponível às PcD para barganhar um lugar no mercado de trabalho formal, a Lei de Cotas, vigente desde 1999, não é cumprida (CARVALHO-FREITAS; MARQUES; SCHERER, 2004)

Segundo dados da superintendência regional do trabalho e emprego de Mato Grosso do Sul, o número de pessoas com deficiência empregadas no Estado chega a 4 mil e 300, porém apenas uma pequena parte das empresas segue a Lei Federal nº 8.213, pois “[...] cerca de 62% das empresas não cumprem a lei de cotas” (SRTEMS, 2012).

Esse dado demonstra que é verdade que a exclusão ainda é uma realidade visível na maioria das empresas. O desconhecimento acerca das deficiências, o mito, a visão distorcida de despesa/investimento para as adequações dos ambientes de trabalho cerceiam experiências inclusivas. Sendo assim, pode-se dizer que a afirmação acima demonstra que o contraditório está inserido na atual sociedade

como característica própria do sistema capitalista, em que as regras de sobrevivência são produtos também da correlação com o capital.

Fica claro, então, que a necessidade desse discurso da disponibilidade de cotas para as PcD se inserirem no mercado de trabalho representa regenerar de certo modo o saber debilitado em cada tempo. O fato de as ideias não caminharem juntas com as mudanças de valores faz com que, nos dias de hoje, nos defrontemos com certezas, dogmas e convicções defasados e passíveis de contestação e/ou de questionamentos.

Conforme Foucault (1999, p. 81), “[...] o discurso pode ser evidenciado a partir do grupo de que se fala: o que é direito, lei ou obrigação, se olharmos a coisa do lado do poder, o novo discurso mostrará como abuso, como violência, como extorsão, se nos colocamos do outro lado [...]”. A lei aparece como uma realidade de dupla face: triunfo de uns, submissão de outros.

Assim sendo, o que se percebe é que o discurso expresso por meio da legalidade jurídica ocorre a partir de condições de sujeição e submissão mediante a crítica ao poder constituído. Os dispositivos legais devem ser permanentemente construídos e constantemente avaliados, reavaliados e transformados a partir das questões conjunturais e estruturais que forem sendo colocadas através do tempo.

3 O PERCURSO DA PESQUISA — TENTATIVAS DE UMA ARQUEOLOGIA POSSÍVEL

Este capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos bem como as ações realizadas para efetivar a reflexão pretendida.

O método arqueológico segundo Foucault estuda as discontinuidades no sentido de compreender a formação de determinado saber em detrimento de outro. Pode ser aplicado a uma forma de interpretação da própria modernidade. Pelo termo "arqueologia" nomeia-se a análise da discursividade local que permite a descrição detalhada de um discurso por meio da evidência de seus enunciados, num conjunto maior que circunda e o constitui como saber específico. (FOUCAULT, 1999)

Foram realizadas duas etapas de trabalho: a primeira foi um estudo de corte transversal, ou seja, indicaram-se os locais de busca dos sujeitos a serem entrevistados no município de Campo Grande, MS, e teve como ponto de partida um levantamento nos órgãos públicos denominados Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT) e Fundação de Trabalho e Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), os quais são responsáveis também pela inserção das PcD no trabalho.

A segunda etapa dos trabalhos, destaca o caminho percorrido em relação ao processo de pesquisa, detalhando empresas onde se encontram PcD trabalhando como lócus do estudo, os sujeitos deste estudo, os instrumentos e os processos de informações, bem como entrevistas, análises e resultados iniciais.

Desse modo, esta pesquisa tem o enfoque qualitativo. Esta abordagem possibilita entender a relação dinâmica e a interdependência que existem entre as pessoas e o mundo real. Assim, o conhecimento é concebido como produto das relações sociais estabelecidas historicamente entre os homens e entre eles e a natureza.

Os estudos qualitativos permitem identificar elementos que só podem ser considerados como parte de um critério de estabelecimento no processo arqueológico. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 48), a investigação qualitativa é descritiva, conforme o que segue:

[...] os dados recolhidos são em formas de palavras ou imagens e não em números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas [...]. Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos.

Nesse sentido, os investigadores qualitativos estão interessados em pesquisar o modo como os sujeitos dão sentidos à sua vida, como criam estratégias e quais as técnicas usadas como subjetivação para conseguir sobreviver. O interesse está no registro rigoroso, no modo como as pessoas interpretam os significados. Para tanto, estabelecem-se estratégias e procedimentos que permitirão considerar as experiências do ponto de vista do entrevistado, para assim poder tornar possível a reflexão, com maior clareza e profundidade, sobre as práticas sociais que as determinam.

Cabe ressaltar que os subsídios qualitativos servem como elementos de análises aos pressupostos teóricos e metodológicos de Michel Foucault, e suas contribuições sobre a análise do discurso. Para compreender como Foucault trata os discursos e as práticas discursivas que colocam o discurso em movimento, houve a tentativa de apreender alguns dos conceitos descritos por ele.

Foucault (1999, p. 10) afirma que o discurso “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Na análise dos discursos usando o referencial foucaultiano, buscou-se o saber que ele produz no movimento arqueológico.

Foucault (2006, p. 253) ainda salienta que pratica o tipo de análise que “[...] examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona”. Para ele, o poder é algo que opera por meio do discurso, já que este é uma série de elementos em um dispositivo estratégico de relações de poder, no entanto o que interessa no problema do discurso é o fato de que um indivíduo falou alguma coisa em um determinado momento buscando evidenciar o acontecimento, ou seja, a análise seria a função que se atribui ao que foi dito em determinado momento.

É possível entender o discurso como uma série de acontecimentos ou o momento em que se estabelece e se descrevem as relações que os acontecimentos mantêm com outros acontecimentos, como aos que pertencem ao sistema econômico, financeiro, político ou às instituições. Não é, entretanto, somente para o discurso que se deve estar atento, mas para o enunciado. Foucault (2007) aponta o "enunciado" como um conceito fundamental ao método arqueológico, como unidade elementar do discurso, tal como é a proposição para os lógicos ou a frase para os gramáticos. Ou ainda da seguinte forma:

[...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formação (oral ou escrita). [...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2007, p. 98).

Nessa mesma obra, Foucault (2007, p. 54-55) afirma que os discursos:

[...] tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras [...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "*mais*" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Já as unidades do discurso possuem um domínio imenso, que é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. Deve-se realizar a descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das

unidades que aí se formam. A partir desse conjunto (de amostra), trata-se de definir as regras que irão permitir a construção de outros enunciados diferentes dos já existentes. (FOUCAULT, 2007).

Os discursos podem revelar um arquivo que, na perspectiva foucaultiana, significa todo um conjunto de regras que, num determinado momento histórico e numa determinada sociedade, determinou e condicionou o conteúdo do que poderia ser dito, seus limites e suas formas de manifestações, quanto tudo aquilo que valeria lembrar. Mesmo assim, no entanto, ao ligar o arquivo a um determinado momento histórico, Foucault destaca seu caráter temporal e não epistemológico. Assim, para se realizar a análise do discurso das práticas discursivas, devem ser aplicadas as regras lógicas que levam a uma conclusão verdadeira — ou seja, trata-se de um exercício de descobertas.

Portanto, o discurso, para Foucault, além de ser subjetivo, ele subjetiva, pois se distribui na sociedade marcando o pensamento de determinada época, em determinado local e a partir disso o sujeito constrói suas subjetividades.

Com vistas a essa análise discursiva, Foucault (1999) propõe quatro noções que devem servir de princípios reguladores para a análise do discurso. Ele propõe essas quatro noções em substituição aos quatro outros conceitos (a criação, a unidade, a originalidade e a significação) que, de modo geral, têm dominado a história tradicional das ideias. Foucault (1999, p. 54) as descreve como “[...] noção de acontecimento, a de série, a de regularidade a de condições de possibilidade”. É nesse conjunto que a análise do discurso, que Foucault pensa, está articulada ao trabalho efetivo dos historiadores.

Cabe afirmar também que, para conhecer melhor a realidade, é necessário, além da análise qualitativa, apresentar dados quantitativos do processo. O aporte quantitativo coloca em evidência alguns aspectos importantes desse processo, como, por exemplo, o aparecimento de novos elementos.

As características qualitativas e quantitativas estão interligadas, porquanto estão indissolúvelmente unidas e mutuamente determinadas, representando aspectos do mesmo objeto de estudo. A qualidade é inseparável da reflexão e mutável à medida que elas se modificam.

Verificamos, por meio da pesquisa, que as informações quantitativas revelam elementos novos para serem identificados, analisados e confrontados, e, na medida em que a pesquisa evolui, novas informações aparecem.

Cada elemento novo faz com que se reestruturem as ideias, permitindo novas construções, hipóteses, indagações e enriquecimento do objeto pesquisado. Como exemplo recolocamos aqui a ideia inicial a respeito da reserva de vagas para as PcD, ideia que foi tomando novos rumos à medida que novas informações foram aparecendo, sem, contudo, deixarmos a constituição da tese estabelecida para esta pesquisa.

3.1 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Este trabalho de pesquisa foi realizado em duas etapas quanto aos procedimentos de campo. Em primeiro lugar, por meio da coleta de dados junto às instituições, coleta realizada com aplicação de questionário estruturado desenvolvido a partir do referencial teórico. Assim buscou-se as instituições públicas que visam promover a inserção das PcD no mercado de trabalho. Procuramo-las a fim de realizar uma análise do quantitativo das PcD que se inserem no trabalho e sobre empresas de Mato Grosso do Sul que trabalham com a inserção dessas pessoas.

Em segundo lugar, procurou-se focalizar as empresas a partir de um outro ângulo, deslocando as análises de uma perspectiva geral, que contemplou diversas empresas simultaneamente, para uma perspectiva mais específica, aprofundando as análises em apenas uma empresa e a realização de entrevistas e análises documentais, com isso visando caracterizar as condições em que a referida empresa realizava a inserção de PcD e dando voz aos sujeitos da pesquisa.

A análise da relação entre a educação e o trabalho das PcD fomentou a discussão teórica foucaultiana e os discursos apresentados, buscando uma articulação viva e, portanto, inacabada entre teoria e empiria.

Nesse sentido, considerando as questões e os objetivos da pesquisa, tendo Foucault como referencial teórico, o olhar deve ser o de investigar os discursos proferidos, explicitados e silenciados em relação à produção discursiva. Segundo Foucault (1999, p. 138), a arqueologia é “[...] um domínio de pesquisas, não uma disciplina”. Esse campo compreende, “[...] numa sociedade, os conhecimentos, as ideias filosóficas, as opiniões cotidianas, mas também as instituições, as práticas comerciais e policiais, os costumes, tudo remete a certo saber implícito”.

Como já foi dito, a pesquisa foi realizada em empresas que trabalham com a inserção de PcD em seu quadro de pessoal, em duas etapas: a primeira contemplou toda a amostra pesquisada e a segunda focalizou uma grande empresa que atua com a inserção de pessoas com deficiência de forma sistemática desde 2003.

O levantamento de dados quantitativos mostrou-se mais adequado na primeira etapa da pesquisa. Como ponto de partida foram as instituições Fundação

de Trabalho e Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul (Funtrab) e Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (Funsat) para compilar dados sobre a inserção das PcD no trabalho e as informações sobre as empresas que as contratam.

Na primeira instituição — FUNTRAB — tivemos acesso ao quantitativo de PcD inseridas nas variadas áreas laborais e quais dos tipos de deficiência eram mais inseridos no trabalho. Na segunda instituição — FUNSAT — às informações sobre as empresas, sobre o que estaremos percorrendo na sequência.

Os instrumentos foram elaborados (APÊNDICES A e B) e aplicados em uma amostra de pessoas que atuam com a inserção de pessoas com deficiência nas empresas. Procurou-se verificar como tais pessoas percebiam a deficiência e o trabalho das PcD em suas organizações e qual era a sua percepção sobre a importância da escolarização para o fortalecimento do trabalho e a consequente inclusão social. Nas inquietudes observadas também foi possível verificar as ações de adequação das condições e das práticas de trabalho realizadas pelas empresas.

Como as informações utilizadas nas análises desta primeira etapa da pesquisa foram resultantes de uma pesquisa quantitativa, utilizando-se de questionário estruturado, é necessário considerar que as percepções não são opiniões livremente emitidas sobre o tema da pesquisa, mas as opiniões desses sujeitos frente a um instrumento fechado de pesquisa.

Na segunda etapa da pesquisa foi realizado um estudo específico, com enfoque quantitativo e qualitativo, em apenas uma empresa, visando contemplar as dimensões consideradas relevantes para a reflexão sobre a inclusão social das PcD via educação e trabalho. Além disso, foram realizadas entrevistas para que as PcD pudessem expor seus discursos passíveis de análise no referencial foucaultiano.

Em síntese, a pesquisa foi constituída de duas etapas:

Primeira etapa:

- Consulta em instituições públicas de Mato Grosso do Sul que visam promover a inserção das PcD no mercado de trabalho.
- Caracterização de empresas de Mato Grosso do Sul que contratam PcD.
- Amostra: 25 empresas denominadas empresas inclusivas.
- Objetivo: avaliar os discursos sobre a deficiência, além de investigar as possibilidades de trabalho das PcD.

Segunda etapa:

- Pesquisa em 01 empresa que atua com a inserção de PcD no trabalho.
- Instrumentos utilizados: questionários e entrevistas sobre a importância da educação (QIE) e questionário sobre a importância do trabalho (QIT).

Para dar validade aos instrumentos utilizados, os questionários foram submetidos a um pré-teste com uma PcD inserida no mercado de trabalho. Além disso, foram analisados por um professor e um colaborador-aluno do Curso de Doutorado da UFMS.

3.2 AS INSTITUIÇÕES

Inicialmente apresentamos a caracterização das instituições que inserem PcD no mercado de trabalho.

A Funtrab foi criada em 28 de janeiro de 2003 pelo Decreto Estadual nº 11.082 e é o órgão responsável pela gestão das políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda em Mato Grosso do Sul. A instituição é vinculada à Secretaria de Assistência Social e tem por objetivo integrar as ações de atendimento aos trabalhadores e empregadores, favorecendo a inclusão social através do trabalho.

As diversas ações da política pública do trabalho desenvolvidas pela Funtrab foram integradas desde 2007, unificando as suas unidades de execução operacional e proporcionando ao trabalhador mais agilidade e qualidade no atendimento. Para isso foram implantados os Centros Integrados de Atendimento ao Trabalhador (CIATs), que oferecem os seguintes serviços:

- Intermediação de emprego;
- Habilitação ao Seguro-Desemprego;
- Emissão de Carteira de Trabalho;
- Orientação Profissional;
- Apoio à geração de trabalho e renda;
- Qualificação social e profissional;
- Atendimento ao Trabalhador Autônomo; e,
- Microcrédito.

A missão da Funtrab é “Combater o desemprego e promover a proteção social do trabalhador com base nas políticas nacionais e estaduais de inclusão social, com ênfase nos vetores intersectorialidade, responsabilidade social corporativa, cidadania e economia solidária de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável sul-mato-grossense e para o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária” (ESTATUTO FUNTAB, 2012).

O objetivo de buscar dados junto à Funtrab foi perceber dados quantitativos em relação à quantidade de vagas oferecidas e a quantidade de PcD que são realmente contratados. O objetivo foi realizar um comparativo entre os discursos proferidos sobre o campo das oportunidades e refletir sobre a problematização da discrepância entre vagas oferecidas e as PcD trabalhando.

Tabela 1 - Indicadores da inserção das PcD no trabalho – MS – Dados Funtrab ano base 2014

SETOR	QTD. VAGAS OFERECIDAS	QTD. ENCAMINHADOS	QTD. COLOCADOS	% DE ENCAMINHADOS	% DE COLOCADOS
Indústria	723	46	3	6,36%	0,41%
Comércio	942	112	12	11,89%	1,27%
Serviços	976	145	21	14,85%	2,15%
Financeiro	2	5	1	-	50%
Ignorado	147	5	2	3,4%	1,36%
Total	2.790	313	39	11,21%	1,39%

Fonte: Elaborada pela autora (2014).

Os dados apresentados são relativos a um período de um ano e são computados para todo o estado de Mato Grosso do Sul. Podemos observar que é significativa a diferença entre o quantitativo de vagas oferecidas e o quantitativo das PcD que são colocados no mercado de trabalho.

Embora os dados aqui apresentados não sejam no momento foco da nossa análise, nota-se a desproporcionalidade entre o número total de vagas ofertadas e PcD empregados nas empresas, indicando déficit em relação ao estipulado pela cota. Por meio de análise dos dados pesquisados observou-se que, para as PcD, as dificuldades de empregabilidade tomam maior proporção, e podem estar ligadas às percepções sobre as deficiências, aos déficits orgânicos ou as concepções de incapacidade associadas à condição de deficiente.

Podemos também refletir sobre a possibilidade de uma concepção de que condições ambientais e sociais relacionadas aos recursos adaptativos e auxiliares podem representar fatores agravantes para a deficiência, indicando, inclusive, pontos determinantes durante um processo seletivo.

Anache (1996) chama a atenção para os prejuízos de se contratar PcD com base na deficiência e não nas reais competências e habilidades dos candidatos, ou ainda de se depositar uma expectativa irreal sobre o trabalho a ser desempenhado por tais profissionais. Segundo a referida autora tal atitude é muito perigosa, causando prejuízos para ambos (empregador e empregado), porém com marcas mais profundas para a PcD que busca conquistar um espaço no mercado de trabalho, que nem sempre é compatível com suas reais potencialidades (p. 123).

As empresas ainda se mostram resistentes na contratação de PCD, visto o fato de selecionarem pelas deficiências menos “comprometedoras” ou aquelas que supostamente são favoráveis para produção.

Fomos então à busca de dados mais específicos e que pudessem nos apresentar quantitativos de inserção das PcD no mercado de trabalho nas suas especificidades, em empresas principalmente.

Tabela 2 - Informações sobre a inserção das PcD no trabalho por tipo de deficiência.
Dados Funtrab/ 2014

TIPO DE DEFICIÊNCIA	VAGAS OFERECIDAS	QTD. ENCAMINHADOS	QTD. COLOCADOS
Auditiva	977	101	12
Física	1.412	125	19
Mental/Intelectual	84	36	4
Visual	317	51	4
Total	2.790	313	39

Fonte: Elaborada pela autora (2014).

Aqui os dados apresentados referem-se aos tipos de deficiência e podemos observar que a deficiência física é a que está entre os tipos de deficiência a que mais vagas são oferecidas.

É inegável que o dispositivo legal (cotas) que obriga as empresas a contratar PcD promove o acesso ao trabalho. Contudo, observa-se que a maioria das empresas não cumpre a Lei de Cotas estabelecida pela legislação brasileira

tampouco promove a ascensão profissional daqueles que estão contratados, ou seja, o cenário atual está distante das ideais condições de empregabilidade.

A outra instituição pesquisada foi a Funsat. A instituição possui um setor específico de intermediação de emprego e atendimento ao trabalhador com deficiência, assim oferecendo encaminhamento ao mercado de trabalho com o objetivo de oportunizar trabalho e emprego e subsidiar os empregadores para atender aos pré-requisitos exigidos pela legislação.

A Funsat tem como missão “Promover geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, melhorando a distribuição de riquezas e contribuindo para a construção de uma sociedade desenvolvida e justa” (ESTATUTO FUNSAT, 2012).

O atendimento é destinado aos trabalhadores com deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual e deficiência sensorial não impeditiva ao exercício de atividade laboral, que buscam uma vaga de trabalho.

Segundo a funcionária responsável pelo setor de inserção das PcD no trabalho na Funsat, E. R. de S. (2013):

Pessoas com deficiência em idade laboral desempregadas afirmam que as empresas ignoram a acessibilidade arquitetônica e de comunicação, para não contratarem. Mas, a mácula está na acessibilidade atitudinal. Isto é, em não aceitar a mudança de postura na gestão de pessoas. Tanto é verdade que a exclusão ainda é uma realidade visível ao não perceberem que a inclusão traz resultados surpreendentes e significativos para os negócios, seus acionistas, colaboradores e clientes. (depoimento, 12 de junho, 2013)

Mais uma vez percebeu-se, por esse discurso, o desconhecimento acerca das deficiências, verifica-se o mito se sobressaindo, mantida a visão distorcida de que sejam grandes as despesas/investimentos para as adequações dos ambientes de trabalho. Isso cerceia experiências inclusivas, consequentemente, segundo E. R. de S. (2013), não agrega à empresa credibilidade, valor à marca, ao produto e ao serviço. Essa credibilidade e agregação de valor só será possível a partir de uma visão humanística, uma visão na qual se aprende a ver o mundo do ponto de vista do outro.

3.3 AS EMPRESAS

Segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mato Grosso do Sul tem 525.979 habitantes com algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora ou mental), o que representa 21,47% do total de 2.449.024 de habitantes do Estado.

Ainda segundo o Censo 2010 maioria das PcD, ou seja, 409.581 pessoas, é composta por pessoas com deficiência visual, enquanto 150.190 pessoas têm algum tipo de deficiência motora, 107.610 habitantes apresentam deficiência auditiva e 32.488 pessoas são deficientes mentais, lembrando que uma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência e por isso os números estratificados são diferentes do total geral de 525.979 habitantes com deficiência. Apenas em Campo Grande, do total de 786.797 habitantes, 21,6%, ou 170.453 pessoas, têm algum tipo de deficiência, dos quais 130.335 são visuais, 50.247 são motores, 33.632 são auditivos e 10.179 são intelectuais. (CENSO 2010)

Para a seleção dos sujeitos a serem pesquisados foi estabelecido estudo de corte transversal na cidade de Campo Grande, MS. Foram selecionadas empresas que fazem parte do Programa “Empresa Inclusiva”, programa implantado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande por meio da Funsat/Núcleo de Inclusão do Trabalhador com Deficiência no Mercado de Trabalho em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MS. A concessão do Selo de Certificação “Empresa Inclusiva” objetiva estimular a realização de ações sociais para a efetiva inclusão no mercado de trabalho das PcD.

Em 2012 foram certificadas 25 empresas empregadoras como “Empresa Inclusiva”. Elas são, portanto, empresas comprometidas com a política pública municipal de inclusão das PcD no mercado de trabalho, empresas que cumprem a Lei de Cotas com ou sem ação fiscal e que atendem às normas de acessibilidade arquitetônica e mobiliária conforme Normas de Acessibilidade ABNT 9050. Nelas, as PcD estão alocados em diferentes cargos e tipificações de deficiência, conforme atividade produtiva da empresa e que emprega em percentual igual ou superior ao que determina o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213/1991 e por período superior a 60 (sessenta) meses.

A premiação é um incentivo criado para difundir a responsabilidade social das empresas com atuação no município de Campo Grande que se destacam pelo

avanço na qualidade de vida através das ocupações dos postos formais e da empregabilidade das PcD.

Nessa primeira edição, foram escolhidas empresas nas categorias Diamante, Esmeralda e Rubi. Assim, 10 empresas receberão a certificação na categoria Diamante, pois mantêm em seus quadros trabalhadores com diferentes tipos de deficiências e em diversos cargos por mais de três anos; na categoria Esmeralda estão 9 empresas que empregaram pessoas com um tipo de deficiência pelo período igual ou superior a dois anos; e na categoria Rubi estão 6 empresas que empregaram PcD por período igual ou superior a 12 meses.

A seguir, a lista das empresas selecionadas para receber a Certificação nas categorias Diamante, Esmeralda e Rubi, todas sediadas em Campo Grande/MS, e que compuseram a amostra desta pesquisa:

Tabela 3 - Empresas selecionadas para receber a Certificação de Empresa Inclusiva – 2012. Dados Funsat.

EMPRESA	NÚMERO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS COM DEFICIÊNCIA
1.	423	6
2.	645	33
3.	82	6
4.	832	87
5.	1435	28
6.	56	2
7.	38	1
8.	193	3
9.	133	2
10.	49	1
11.	1567	23
12.	345	5
13.	2456	27
14.	124	8
15.	188	2
16.	87	1
17.	317	47
18.	122	5
19.	67	2
20.	479	13
21.	839	14
22.	65	2
23.	133	6
24.	98	3
25.	612	15

Fonte: Dados apresentados pela Funsat – 2012
Elaborada pela autora (2014).

Do total de 25 empresas que compuseram a amostra, 7 são do setor de serviços, 2 hospitais, 2 instituições do setor da educação, 3 dos setores elétricos e de informática, 5 do setor de alimentação e as restantes distribuídas entre setores varejista e de comércio. O setor da indústria representa 17% da amostra. Das empresas participantes, 53% possuem mais de mil funcionários em seu quadro de pessoal. Com relação ao número de pessoas com deficiência, 39% delas possuem entre 20 e 100 funcionários com deficiência. Também fazem parte desta amostra, 28% de empresas que possuem até 20 funcionários com deficiência.

Dessas empresas, 33% eram de capital nacional privado, 33% eram de capital misto e 22% eram de capital conveniado com o público. Além disso, 34% delas trabalham com a inserção de pessoas com deficiência há mais de 10 anos e 17% há mais de 5 anos, enquanto apenas 1 empresa (5%) trabalha há menos de 1 ano com a inserção de PcD.

Considerando o locus pesquisado, optamos por uma única empresa como amostra localizada na capital de Mato Grosso do Sul (Campo Grande/MS). A rede para a qual pertence a referida empresa possui lojas distribuídas nos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e no Distrito Federal e empregando cerca de seis mil funcionários. A Rede está entre as 10 maiores empresas brasileiras do setor, sendo que as atividades relacionadas à inserção de PcD estão subordinadas à área de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social.

A empresa está em processo de construção de procedimentos e práticas de gestão da diversidade, revelando ainda várias dificuldades que demandam soluções, conforme pode ser confirmado por meio de leitura de um documento da empresa (2005, p. 3), que diz que “[...] a nossa experiência local aponta para uma relativa fragilidade de nossas rotinas e normas internas que merecem, portanto, ser revistas”. Tal percepção também é confirmada por funcionários que atuam com a inserção de PcD na empresa.

A empresa procura adequar o posto de trabalho e só autoriza a contratação do funcionário depois de efetuadas todas as adequações necessárias. Sabemos que não há ainda uma política sistematizada de gestão da diversidade, principalmente no que se refere à pessoa com deficiência. Temos uma área de responsabilidade social que tem investido tempo para implementá-la e tem encontrado muita dificuldade (respondente Gestão de Pessoas).

Mesmo assim, vários procedimentos já foram definidos e implementados na empresa, como podem ser exemplo atividades de *Recrutamento e Seleção*: são realizadas através de parcerias com outras entidades, tais como instituições para inserção das PcD, universidades e fundações. No processo de recrutamento é mencionada a reserva de vagas para PcD, que, no momento de sua inscrição, devem informar o tipo de deficiência que possuem e as condições necessárias para a participação na seleção, por exemplo: prova em *braille*, prova com as letras ampliadas (deficiência visual parcial), prédio com rampas e banheiros adaptados, etc. Mediante a aprovação na seleção, a cada 19 pessoas convocadas para admissão, a vigésima é portadora de deficiência, visando preencher o percentual de reserva de cargos previsto em lei (independentemente da pontuação da PcD).

Nas atividades de Medicina e Segurança no Trabalho, os candidatos com deficiência, quando convocados para os procedimentos pré-admissionais, são submetidos a exames médicos específicos para avaliação da condição de deficiência e da aptidão laboral, considerando a função e o local de trabalho, conforme Decretos 3.298/1999 e 5.296/2004. Uma vez definido o local de trabalho da PcD, os profissionais de engenharia e segurança no trabalho avaliam as condições de trabalho da unidade e a organização do trabalho, acompanham a pessoa até o local de trabalho, analisam com ela a necessidade de adaptações e adequações das condições e instrumentos de trabalho e realizam o laudo ergonômico.

Quanto às informações sobre Saúde e Segurança no Trabalho, elas são disponibilizadas na intranet da empresa, permitindo o acesso de todas as pessoas e para PcD na sua especificidade, por exemplo, as pessoas com deficiência visual podem acessar a informação em seus computadores, que possuem *softwares* especiais de voz.

A empresa não possui Brigada de Incêndio, e sim Grupos de Abandono, cujo objetivo é garantir a segurança dos funcionários e clientes em casos de incêndio, ameaça de bomba, assalto, etc. Esses grupos não têm a preocupação de salvar o prédio, e sim as pessoas, além de acionar serviços especializados para solucionar a ameaça específica que estejam sofrendo. Possui ainda, nas unidades com mais de cem funcionários, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e, nas unidades menores, os Responsáveis pela Prevenção de Acidentes (RPA).

Existem ainda as atividades de treinamento: a empresa tem tradição consolidada em atividades de treinamento. Há trinta anos realiza treinamentos internos, presenciais e a distância em parceria com instituições de ensino.

A empresa, desde 2001, mantém também um convênio com a Secretaria de Estado de Educação – MS e, por meio do Programa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, realiza as contratações das PcD. O programa tem como princípio não gerar vínculo empregatício, por estar sob o regime da Instrução Normativa nº 05, de 30/8/1991 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. O objetivo do Programa é colocar no mercado de trabalho pessoas com deficiência por um período de seis meses, ficando, nos três primeiros meses, a cargo da Secretaria de Educação o pagamento de bolsa-auxílio de meio salário mínimo ao aprendiz, isso por quatro horas diárias de treinamento. Depois, os três últimos meses ficam sob a responsabilidade da empresa.

Após esse processo, uma vez admitido na empresa, o funcionário passa ainda por um período probatório de três meses. Após esse período, seu contrato poderá ser efetivado ou não. Quando há indicativo de demissão, isto é, a pessoa é avaliada como possuindo baixo potencial em algum quesito de desempenho na avaliação de 45 dias, a área de Gestão de Pessoas é acionada para acompanhar a pessoa, traçar orientações para o desenvolvimento do funcionário, promover os *feedbacks* necessários e fazer um plano de melhoria. Na avaliação dos 90 dias, caso a pessoa não tenha o perfil necessário, ela é desligada da empresa. Esse procedimento é realizado com todos os funcionários da empresa, independente de ser ou não PcD.

Conforme pode ser constatado, trata-se de uma grande empresa, com mais de 300 funcionários com deficiência, e que vem desde 2001 buscando sistematizar suas políticas e práticas de gestão da diversidade, visando garantir possibilidades reais de trabalho para as pessoas com deficiência, pessoas idosas, entre outras. Busca cumprir a lei de cotas e também ser uma referência em responsabilidade social.

3.4 OS SUJEITOS

Como já foi dito anteriormente, a empresa tomada aqui como campo de estudo desta pesquisa atua no setor de supermercados, destacando-se entre as grandes distribuidoras de alimentos do país.

A referida empresa em MS possui mais de 300 funcionários com algum tipo de deficiência (física, auditiva ou visual), distribuídos em unidades em todos os estados do país, contudo não há uma precisão em relação a esse número, conforme informações da própria empresa:

Antes de 2001 não havia nenhum controle sobre a contratação de funcionários com deficiência e de funcionários que adquiriram algum tipo de deficiência no período em que estavam trabalhando. Não temos também levantamento exato dos funcionários reabilitados, acidentados ou com doença profissional (respondente Gestão de Pessoas).

O controle do número de pessoas com deficiência na empresa é manual. A área de Gestão de Pessoas tem acompanhado as contratações desde 2003. Contudo, é um controle frágil e com problemas. Não temos certeza do número exato de pessoas com deficiência. No cadastro das pessoas com deficiência não contém nenhum campo de identificação para pessoas com deficiência, visando evitar qualquer tipo de discriminação (respondente Gestão de Pessoas).

Somente na Regional de Mato Grosso do Sul – Município de Campo Grande, que participou da presente pesquisa, são 13 lojas e 47 pessoas com deficiência em seu quadro. O objetivo da empresa é manter 5% do seu quadro com pessoas com deficiência, conforme previsto em lei, no entanto o procedimento de preenchimento da cota prevista em lei depende da existência de vagas e da realização de novas seleções.

Os depoimentos verbais dos sujeitos participantes desta investigação permitiram delinear os diferentes enunciados entre os de menor intensidade e aqueles que tiveram mais intensidade referente ao tema aqui abordado.

Considerar os elementos como pequenos casos expressos em depoimentos verbais serve para enriquecer e dar sentido ao tema, além de depoimentos de

demais sujeitos envolvidos na inclusão social das PcD, selecionadas em razão da abrangência do tema.

É isso que se pretendeu atingir com este estudo, delimitando-o a partir dos discursos de PcD que podem ser entendidos como procedimentos de inclusão ou exclusão, historicamente constituídos e sustentados “[...] por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência” (FOUCAULT, 1999, p. 14), como os outros sistemas de exclusão, “palavra proibida” e “segregação da loucura”.

Segundo Osório (2013), as vertentes dos discursos da inclusão são oriundas das mais diferentes periferias dos problemas sociais, que sempre foram denominados anomalias e que se propõem a conjugar a distribuição de normalizações que dão sustentação ao “poder disciplinar” implícito na sociedade, sempre num sentido de apaziguar ou neutralizar um conflito presente.

Conforme Osório (2013, [n.p.]),

A inclusão passa a ser pensada como a criação de um conjunto de dispositivos reguladores, com caráter técnico, buscando orientar um determinado grau de normalização, de um grupo ou de um indivíduo, em situação de risco social, seja pela precarização de suas condições humanas, marcadas pela diferença, [...] cuja base cultural é o exercício histórico do racismo, seja como uma anomalia que caracteriza um indivíduo ou um grupo, por um atributo do senso comum, seja por uma comprovação ou não dessa diferença.

Constata-se que o discurso da inclusão social se apoia sobre outros sistemas e mecanismos de exclusão, que são suportes do conjunto de estratégias institucionais, sendo, ao mesmo tempo, reforçadas e conduzidas por práticas sociais mais profundas.

A análise dos discursos referendada aqui foi fundamentada no referencial foucaultiano (1999, p. 51), pelo qual, segundo o autor, devemos “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”. Quando se analisa o discurso na perspectiva foucaultiana, alcançam-se benefícios da teoria social, pois sua preocupação com essa análise deve-se a uma série de posições tomadas que resultam de suas pesquisas nas ciências humanas, pelas quais focalizou as práticas discursivas como constitutivas do conhecimento e suas respectivas condições de transformação.

A análise concentra-se no movimento da arqueologia, nas práticas discursivas. Assim é possível entender que, a partir dessa perspectiva, a realidade se manifesta e por meio dela os sujeitos se constituem. Por isso se atribui grande valor ao discurso. Assim, portanto, os sujeitos são constituídos pelas e nas práticas sociais nas quais transcorrem inúmeras relações de poder, de saber, com diferentes modos de subjetivação.

Fizeram parte da investigação 47 pessoas com deficiência, que trabalham nas diversas unidades da empresa em Campo Grande/MS. Dessas, 50% são da área de Gestão de Pessoas que atuam com a inserção de PcD. 29% trabalham na empresa há mais de 8 anos e 70% do total da amostra atuam com pessoas com deficiência entre um e quatro anos. Além disso, apenas 7 pessoas com deficiência da amostra têm curso superior, sendo que a maioria (93%) têm entre 25 e 50 anos de idade.

Entre as PcD que fizeram parte da amostra, 13 possuem deficiência física, 7 deficiência visual, 10 deficiência auditiva e 17 deficiência intelectual ou múltipla. Do sexo masculino eram 72% das pessoas. Quanto à idade, 64% tinham acima de 30 anos. Quanto ao estado civil, 48% eram casadas, 44% eram solteiras, 2% eram divorciadas e 6% situavam-se em outras condições.

Com relação à escolaridade, 28% tinham ensino médio completo, 39% tinham superior incompleto (grande parte fazendo curso superior) e 14,9% tinham curso superior completo, sendo que, entre esses graduados, 13% tinham também cursos de especialização. Com relação ao tempo de empresa, 75% tinham de zero a cinco anos de trabalho, sendo que 69% delas ocupavam o cargo administrativo (função básica). O salário das pessoas variava entre um e quatro salários mínimos.

A fim de dar suporte aos objetivos desta pesquisa foram enviados os questionários sobre a importância da educação (QIE) e questionário sobre a importância do trabalho (QIT) para as 47 PcD que estão cadastradas na empresa como funcionários, porém obtivemos resposta de apenas 12 pessoas e, delas, apenas 6 concordaram em serem entrevistadas. Das 6 PcD entrevistadas, 2 possuem deficiência auditiva, 1 deficiência visual, 2 deficiência física e 1 deficiência intelectual. Os sujeitos das entrevistas aqui referendados são PcD que trabalham em diferentes setores da empresa.

De início uma descrição geral a partir dos dados coletados quando do início das entrevistas sobre idade, naturalidade, estado civil, se tem filhos, quantos e a

renda mensal. Após essa etapa são apresentadas as atividades profissionais de cada um. Por fim, os discursos sobre seus caminhos na escolarização e os passos na profissionalização.

Dos relatos que foram realizados com as seis PcD entrevistadas, quatro enfatizaram a escolarização como recurso importante para ingresso no mercado de trabalho, sendo que uma não opinou e outra colocou como irrelevante ter estudado ou não; três dos entrevistados apresentaram um história escolar na qual houve indícios de exclusão, também demarcados na educação de forma geral. As narrativas indicaram fortes contradições a respeito das formas facilitadoras de acesso aos recursos e materiais colocados à disposição das pessoas com deficiência.

Todos os entrevistados colocaram as cotas como um dispositivo importante para facilitar o ingresso no mercado de trabalho, porém, remeteram também o sucesso à busca individual, elevando a culpa por algum tipo de insucesso a fatores alheios. As pessoas com deficiência, como sujeitos ativos, justificam a ocupação pelas cotas por entenderem que é um direito, mas, na visão delas, não é a mais importante, prefeririam serem melhores preparadas para competir em condições de igualdade.

As PcD entrevistadas ponderaram a respeito do sistema de cotas para o trabalho, que serve para abrir as portas, pois o mercado é fechado. Dizem também que é um valioso instrumento para um campo que é restrito, que “pessoas desiguais devem ter prioridade”. O que ficou explicitado é que o sistema de cotas é um direito adquirido, portanto, deve esse direito ser exercido e as vagas, ocupadas.

Os pontos de vistas diferentes, transcritos, por meio das vozes das PcD, traduzem histórias individuais, cada uma com traços diferentes, onde tiveram um grau maior ou menor de exclusão.

Na verdade, o relato das PcD, com respeito aos desafios enfrentados na sua escolarização, deve ser entendido junto com a sua história de vida e as práticas sociais constituídas.

Compreender os discursos da escolarização permeado pela história de vida das PcD é tentar entender apenas uma faceta de sua trajetória de superação a fim de alcançar o sucesso profissional, pois existe todo um contexto social, econômico, cultural e até político que influenciou e influencia decisivamente na exclusão dessas pessoas, para não dizer da maioria das pessoas.

Ao serem questionados sobre as conquistas profissionais, as respostas foram unânimes em afirmar que se sentem satisfeitos com o trabalho, porém, ao serem indagados sobre a inclusão social, as respostas foram evasivas, declarando que ainda existe uma lacuna para que a inclusão social da PcD se concretize na sociedade.

Como foi anunciado anteriormente, a segunda etapa da pesquisa constituiu-se em um estudo específico realizado em uma empresa de grande porte com vistas a configurar um campo de análise particular, isto é, investigar a inclusão social das PcD via educação e trabalho em uma realidade empírica particular.

O referido estudo pode caracterizar-se como arqueológico, sendo que, na presente pesquisa, é caracterizado principalmente por sua dimensão descritiva, tendo por objetivo apresentar uma realidade particular, considerando a reflexão sobre os discursos e as práticas sociais que determinam a inclusão social das pessoas com deficiência como dimensões relevantes de análise.

Foucault (1997) busca o uso da arqueologia com diferentes dimensões, como, por exemplo: filosófica, econômica, científica, política e cultural, para, a partir delas, ter como resultante os discursos de saber de um determinado processo. Nesse sentido, a arqueologia foucaultiana faz uma análise dos discursos na dimensão de sua exterioridade.

Cabe ressaltar que a arqueologia se configura em um conjunto de discursos pronunciados em um determinado período e permanece através da história. Sendo assim, fazer a arqueologia em um estudo é pinçar informações buscando compreender as suas regras, suas práticas, suas formas de ação.

Desse modo, foi possível fazer um diálogo com a teoria, pois os relatos dos sujeitos da pesquisa estão colocados junto com a discussão teórica num processo em que o empírico passa a ser parte da construção da teoria, não como resultado que atua como referência de verificação para a teoria, e sim como elemento constitutivo da própria teoria.

4 INCLUSÃO SOCIAL: DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS ÀS CONQUISTAS PROFISSIONAIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a análise sobre a inclusão social das PcD, delineando os desafios e as conquistas, sejam referentes à educação, sejam referentes ao trabalho, tendo como base os enunciados de sujeitos com deficiência, sua trajetória de escolarização e seu percurso para inserção no trabalho, a fim de nos aproximar das questões anteriormente levantadas.

Para iniciar a pesquisa e escolher os sujeitos, além da revisão bibliográfica, detivemo-nos em um levantamento de informações sobre o quantitativo de PcD e em especial um quantitativo daquelas inseridas no espaço das empresas de Mato Grosso do Sul.

Nos primeiros momentos de levantamento de dados e informações encontramos uma confusão nas percepções sobre deficiência¹² nos diversos espaços pesquisados.

A compreensão dos conceitos que emergiram durante o processo de inventário que revelou visões distorcidas da representação da deficiência, o que permitiu aprofundar a análise de questões que não estavam previstas inicialmente para este trabalho.

Nesse sentido, consideramos ser importante caracterizar os principais discursos sobre as percepções de deficiência existentes ao longo da história e que se mantêm na atualidade. Pretendeu-se desenvolver estudos sobre práticas sociais decorrentes de processos históricos, de discussões filosóficas e de análises contextualizadas das relações institucionais, como campos de saber e poder, que ainda requererem uma melhor explicitação, já que os mesmos fatos sociais sempre serão fontes inesgotáveis de outros elementos e de outros significados.

Como já foi dito, existe uma lacuna nos estudos sobre a relação entre educação e trabalho das PcD e um fator explicativo importante das práticas sociais

¹² Para os efeitos desta pesquisa, percepções de deficiência são consideradas como formas de interpretação da deficiência predominantes ao longo do tempo, que se caracterizam como discursos que moldaram e legitimaram a distinção das PcD, tanto na educação quanto no trabalho.

adotadas para sua compreensão informa sobre os pressupostos que norteiam as escolhas e as ações em relação às PcD.

Consideramos que a opção, neste ponto, pela análise histórica dos pesquisadores da área se deve à possibilidade de retirar a questão da deficiência de uma perspectiva meramente de atributos característicos da PcD (estereótipos) e recolocá-la na dimensão das relações em que a deficiência é revestida de significações específicas conforme o contexto analisado.

O que encontramos nos discursos proferidos sobre a percepção da deficiência foi através de uma abordagem histórica adotada por alguns pesquisadores.

Como campo de “verdades instituídas” e construídas, Foucault (1979) postula a produção de regimes de verdades de um determinado saber não como algo fixo, mas como campo de lutas, de batalhas e de conflitos. Essa possibilidade de análise se estrutura no pensamento, no discurso dito e não dito e nas condições históricas em que cada discurso se manifesta, tendo como pano de fundo os discursos da contra-história. Para Foucault (2007) tudo isso é um exercício da história do presente.

Ainda que concordando com a premissa de que toda reconstrução histórica supõe a determinação das práticas sociais e está sempre sujeita a contestações, optou-se por utilizar a arqueologia como um instrumento para auxiliar no entendimento das formas de interpretação da deficiência predominantes ao longo do tempo. Mediante o método, puderam-se delinear os principais discursos que moldaram e legitimaram a distinção das pessoas com deficiência, tanto na educação quanto no trabalho.

Para compreender as particularidades da análise arqueológica, Foucault (2007) revela o início da contradição que, simultaneamente, tem seu modelo na afirmação ou negação de uma única proposição. Marca como se forma uma prática discursiva. Define as formas como essas práticas assumem as relações que estabelecem entre si e o domínio que as conduz.

A análise arqueológica faz também surgir outras relações entre as formações discursivas e os domínios não discursivos entre os acontecimentos políticos, as práticas e os processos econômicos, as instituições. Essas relações não têm por finalidade revelar grandes continuidades. Ela tenta determinar como as

regras de formação de que dependem podem estar ligadas a sistemas não discursivos.

As percepções de deficiência como discursos não necessariamente se fundam numa escolha racional baseada numa informação disponível para fazer avaliações e tomar decisões. Pelo contrário, admite-se inclusive que o discurso silenciado seja um elemento que interfere na interpretação da deficiência e nas ações das pessoas.

Nesse sentido, os discursos sobre as percepções de deficiência são modos de pensamento construídos ao longo da história, não necessariamente fundados em informações e conhecimentos racionais, que oferecem os elementos utilizados para a qualificação das PcD e as justificativas para as ações em relação a elas.

Retomando as percepções de deficiência dentro do campo de estudos da relação entre educação e trabalho, faz-se necessário esclarecer que a diversidade será considerada, neste estudo, não como um foco específico, mas, sim, como um produto emergente de um processo histórico de classificação e de atribuição de características que distingue pessoas, grupos, comunidades e sociedades e que ofereciam e oferecem a justificação para suas posições sociais diferenciadas.

A análise histórica foi realizada por meio da busca de invariantes ou de padrões que permanecem nas visões sobre a deficiência, mesmo quando o contexto histórico varia. Foucault (1987) afirma que uma via possível de conhecimento é tratar o acontecimento visando distinguir o que permanece e o que muda.

Para Foucault (1987), em um sistema de dispersão e de regularidades de enunciados, além dos conceitos, das posições e das práticas sociais, está implicado um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Para compreender os discursos, buscaram-se, nos diversos períodos históricos – Grécia Antiga, Período Clássico, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea – estudos que, de forma direta ou indireta, fizessem menção às PcD. Após a análise dos diversos estudos, foram verificados padrões de comportamento ou práticas sociais predominantes em relação às pessoas com deficiência em cada período e sua reedição, ou não, em épocas diferentes. Além disso, num enfoque arqueológico, foram buscadas as justificativas para a raiz das

diversas percepções de deficiência na forma de conceber o homem, o mundo e o conhecimento em cada época.

O argumento defendido nesta pesquisa é o de que as percepções de deficiência se estruturam por meio dos discursos predominantes e que esses discursos contribuem para o aparecimento de ações sociais mais ou menos regulares e que abrem maiores ou menores possibilidades de inserção social para a PcD. Essas práticas decorrentes das percepções de deficiência, por sua vez, formarão o contexto de socialização necessário tanto para a perpetuação quanto para a transformação dessas percepções.

Cada discurso constituiu-se em função das modalidades predominantes de pensamento que se organizam nas práticas sociais, reconhecendo, qualificando e desenvolvendo ações sociais específicas e favorecendo ou interditando a inserção social das PcD.

Os discursos sobre a deficiência também podem ser definidos como modelos ou tipos ideais, isto é, como instrumentos intelectuais que funcionam como um meio heurístico para compreender determinada realidade, sem, contudo, pretender reproduzi-la. Então, a despeito de suas diferentes origens históricas, esses discursos são formas de interpretação da deficiência ainda presente na atualidade, podendo ser identificadas por meio de seus modelos explicativos sobre a deficiência e de seu impacto na inclusão social das PcD.

Para refletirmos sobre as percepções da deficiência buscamos a análise de Carvalho-Freitas (2004) de que as concepções de deficiência são modos de pensamento sobre a deficiência, os quais se estruturam a partir de matrizes de interpretação¹³ predominantes que contribuem para o aparecimento de ações sociais mais ou menos regulares, bem como abrem maiores ou menores possibilidades de inclusão para a PcD. As matrizes definidas por Carvalho-Freitas (2004), aqui foram definidas como discursos em função das modalidades predominantes de pensamento que organizam a atividade social, reconhecendo, qualificando e desenvolvendo ações sociais específicas e favorecendo ou interditando a inclusão social das PcD.

¹³ Por matrizes interpretativas entendem-se as modalidades relativamente estáveis e organizadas de pensamento, ancoradas em concepções de homem, mundo e sociedade, as quais organizam a atividade social, reconhece e qualifica necessidades e admite formas de satisfazê-las, em função de seus fins. O recurso de identificação de matrizes interpretativas para a análise histórica também foi utilizado por Figueiredo (1991), em seu livro “Matrizes do Pensamento Psicológico”.

O discurso da “sobrevivência”, por exemplo, tem como pressuposto a necessidade de manutenção da organização social e do trabalho. Seu primeiro impacto para as PcD é a exclusão, sendo, contudo, aberta uma possibilidade de integração a necessidade social ou a comprovação, por parte dessas pessoas, de sua capacidade de contribuição, principalmente por meio do trabalho. Assim, a função instrumental como discurso está calcado na busca de uma organização social de um homem perfeito, belo e que tem uma função definida na sociedade. A consequência desse modo de pensamento é a completa exclusão das pessoas com deficiência.

A deficiência como “fenômeno espiritual” constitui outro discurso, o qual atribui uma origem metafísica à deficiência e a considera uma manifestação de desejos ou castigos divinos, gerando a segregação das pessoas com deficiência e contribuindo para o surgimento de sentimentos de caridade em relação a essas pessoas.

Se, porém, for tomada a “normalidade” — numa terceira hipótese — como discurso, então a norma se torna o padrão de avaliação, sendo a deficiência considerada um “desvio” ou “doença” que necessita de cuidados especiais dos profissionais da saúde. A possibilidade de inserção das pessoas com deficiência se dá mediante a reabilitação dessas pessoas e de sua adequação ao sistema social. Em consequência se observa o discurso da integração, que coloca as PcD dentro do sistema de ensino, mas os alunos com deficiência são diferentes e, para promover suas potencialidades, são necessárias adaptações e que, de pronto, geraram a individualização na sua operacionalização.

O discurso da “inclusão”, enfim, desloca a deficiência de um problema individual para um problema social. Seu pressuposto é o de que a sociedade tem que se adaptar para incluir a todos. Abre-se, então, a possibilidade de inclusão nos diversos espaços sociais, tendo como pressupostos a adaptação da sociedade e a inclusão das pessoas com deficiência a partir de suas potencialidades.

Considerando que os discursos sobre a deficiência são fatores importantes para a compreensão das práticas sociais empreendidas em relação às pessoas com deficiência, a remissão à história torna-se um artifício importante no sentido de se compreender as diferentes percepções de deficiência desenvolvidas ao longo do tempo e reeditadas em contextos e épocas diferentes. Essa reedição informa que as formas de percepção da deficiência não estão circunscritas ao contexto que as

originaram, mas que permanecem como possibilidades reais de se lidar com as PcD, mesmo modificadas as condições originais. Nesse sentido, o recurso da análise histórica desmistifica religiosamente ou desnaturaliza a questão da deficiência como um atributo característico das pessoas com deficiência e a recoloca na dimensão das práticas sociais.

O Quadro 5 a seguir forma o conjunto explicativo que ancora os pressupostos subjacentes que especificam os discursos sobre as percepções de deficiência, referidas e originárias de contextos históricos específicos, mas não reduzidos a eles. Neste Quadro também estão contidas as principais ações sociais decorrentes e as possibilidades de inserção das pessoas com deficiência.

Quadro 5 – Resumo dos discursos sobre a percepção de deficiência

PRINCIPAIS PERCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA	AÇÃO SOCIAL DECORRENTE	POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Espiritual	Caridade e filantropia	Segregação em instituições de caridade separadas da sociedade <i>ou</i> exposição pública sujeita à compaixão. O sentimento de caridade é fator determinante.
Normalização	Tornar a PcD mais normal possível	Segregação em instituições hospitalares, psiquiátricas e em áreas de trabalho específicas <i>ou</i> inserção das pessoas com deficiência mediante sua “retificação” e adequação social.
Integração	Adaptação	Adaptações no âmbito das instituições, que, de pronto, gera a individualização na sua operacionalização.
Inclusão	Inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais	Inclusão das pessoas com deficiência a partir das modificações dos espaços sociais visando ser acessível a todos.

Fonte: Elaborado pela autora (2014) – Adaptado de Carvalho-Freitas (2004).

A despeito dos discursos sobre as percepções do que seja deficiência, no senso comum a definição que predomina é a de um atributo individual. Além disso, segundo Mantoan (1997), o desconhecimento sobre o que seja deficiência ou sobre o que acontece com as PcD decorre do pouco convívio com elas no dia a dia, sendo o conhecimento ancorado em tabus ou na descrição dos casos mais “graves”, levados à generalização para todos os outros. Essa constatação reforça os resultados de Anache (1996), que verifica que as PcD, mesmo preparadas para ocupar um espaço no mercado de trabalho, encontram mais dificuldades do que as demais para conseguir um emprego.

Retomando o objetivo desta pesquisa e considerando os aspectos até aqui apontados, evidencia-se uma rede de relações produtora de discursos que vão determinando diferentes práticas sociais. Isso foi proposto por Foucault (2007a) como um dos artefatos para não só identificar esses discursos produzidos, seja no âmbito social ou no individual, seja pelos sujeitos envolvidos ou não, mas criando valores e significados nesse fenômeno tão presente na sociedade – a inserção social das PcD, por diferentes vertentes, políticas e/ou pela operatividade do trabalho na vida dessas pessoas.

Como uma das possibilidades investigativas, Foucault (2007) instiga procurar, compreender e adequar o funcionamento dos discursos produzidos, tendo como ferramenta a descrição/reflexão e outras possibilidades de enunciados e das condições existenciais. Há nisso uma ruptura de “verdades” absolutas no sentido de que o que está posto somente é possível ser compreendido na contra-história de outros artefatos, lembrando que a arqueologia possibilita outras leituras da mesma realidade.

A partir dos discursos de pessoas que estão envolvidas com a inserção das PcD no trabalho ou elas mesmas, foi possível descrever a relação entre educação e trabalho, que condiciona analisar como vêm sendo considerados pelos diferentes aparatos reguladores e os processos que contribuem, ou não, para a inserção social.

Também devemos lembrar que esta pesquisa referendou as práticas sociais como determinantes no processo de inserção social das PcD. Compreendemos que tais práticas nunca podem ser compreendidas fora de um contexto, ou seja, não podem ser compreendidas sem levar em consideração a biografia, a história, a percepção e a interpretação dos acontecimentos, pois é através da prática social que se determina como as pessoas se percebem e são percebidas na realidade social e constroem também os significados para suas vidas.

A abordagem arqueológica torna possível evitar “[...] todo problema de anterioridade da teoria com relação à prática e inversamente”. Há, assim, isomorfismos entre a prática e a teoria que a arqueologia permite tratar do mesmo modo. Foucault pesquisa, no fim das contas, “o saber comum que as torna possível”, sua camada constituinte e histórica.

Dando continuidade ao processo de pesquisa, as entrevistas foram submetidas à análise de discurso. Nesse sentido, para preparar os discursos constituídos quando da realização das entrevistas com as PcD e pessoas envolvidas no processo de inserção dessas pessoas no trabalho, optamos pela especificidade de determinados discursos. Extraíu-se de cada discurso um conjunto de frases, vale dizer, de sequências discursivas, que permitiram conservar o sentido e o encadeamento geral do discurso produzido por eles. Para tanto, foram selecionados a partir da intensidade. As intensidades surgiram por meio de palavras-chave que apontaram situações em que aparece a importância da educação e na sequência do trabalho. Dentro de cada discurso, as intensidades abordadas formaram o arquivo

de pesquisa para a construção dos resultados. Optou-se por analisar a maior intensidade, por se tratar de um discurso com mais tenacidade sobre a perspectiva em estudo. Após a seleção da maior intensidade, esta foi fundamentada a partir do referencial foucaultiano.

O suporte metodológico para a análise dos dados coletados baseia-se nas obras foucaultianas que enfatizam a arqueologia como uma forma com que devemos “sacudir a quietude” que faz aceitar as continuidades irrefletidas organizadas e arraigadas em discursos a serem analisados (FOUCAULT, 2007, p. 28). Essas obras nos levaram a desenhar as possibilidades de problematizações, buscando os saberes e as verdades da nossa sociedade, indagando pelas razões originais da sua construção com o objetivo maior de esquadrihar os sujeitos que se produzem e são produzidos nessas circunstâncias.

As percepções aqui produzidas foram apreendidas na historicidade possibilitando pensar as práticas discursivas desta sociedade. O saber é formado a partir de enunciados-arquivo que foram assimilados/apreendidos em determinado espaço de tempo. Por isso que a opção pelo referencial teórico foucaultiano se deve às provocações que o autor faz para poder construir uma história do presente e observar de forma diferente o que ocorre ao redor dos indivíduos no seu cotidiano, isso na tentativa de identificar os problemas específicos originais (antigos e atuais) que estão neles embutidos. São essas provocações que constroem e sustentam a própria existência e possibilitam uma reproblemática dos dispositivos presentes no cotidiano.

Para compreender as particularidades da análise arqueológica, Foucault (2007) revela o início da contradição que, simultaneamente, tem seu modelo na afirmação ou negação de uma única proposição. Marca como se forma uma prática discursiva e define as formas como essas práticas assumem as relações que estabelecem entre si e o domínio que as conduz.

Para Foucault (2007), devemos mostrar que a análise dos dados não se justifica por si, pois se trata do efeito sobre uma construção cujas regras devem ser conhecidas e as justificativas controladas, momento em que se deve determinar em que condições e intenções de análises algumas são permitidas e indicar aquelas que não podem mais ser admitidas.

No sentido de aproximar o entendimento sobre o referencial, destaca-se que a arqueologia se propõe a analisar a “experiência desnuda”, tanto da ordem quanto

dos modos de ser das condições históricas, “nem recentes nem acabadas”, pela qual a história, por meio dos documentos, é descrita.

Com isso, volta-se para a noção da problematização foucaultiana, que oferece um caminho para frente (um ver adiante), que ultrapassa os “argumentos polêmicos”, sob uma abordagem diferente da ideológica e de evidências, pois se coloca de modo distante e possibilita pensar diferentemente sobre as próprias experiências vividas pelos sujeitos nelas envolvidos.

Os resultados iniciais da pesquisa empírica confirmaram o pressuposto da existência de discursos sobre as percepções de deficiência que tanto implicam o reconhecimento e a qualificação do que seja deficiência quanto admitem formas específicas de lidar com elas e com o trabalho das PcD.

Além disso, foi verificado que as práticas sociais que caracterizam um determinado discurso sobre a percepção da deficiência, apesar de suas origens serem localizadas em períodos específicos da história, ainda permanecem na atualidade, reafirmando a fertilidade da perspectiva estrutural no desenvolvimento do conhecimento.

A reflexão baseada nos discursos permitiu que se caracterizassem padrões de percepções sobre a deficiência e sobre o trabalho, auxiliando na compreensão do processo de inserção social. Os discursos mais intensos constituídos ao longo da história e ainda mantidos na atualidade são: o discurso espiritual, o baseado na normalidade e o baseado na inclusão.

Foi constatado que 13% dos respondentes do QPD e 19% dos respondentes têm no discurso espiritual uma forma possível de se conceber a deficiência, o que tem como consequência uma ação pautada na ética da caridade, cujo valor é o auxílio às PcD, visto como uma possibilidade de redenção do ser humano.

Um dos entrevistados — PcD3 — relatou que, ao entrar na empresa e numa primeira conversa informal com um colega de trabalho (sem este colega saber que ele também era funcionário da empresa), quando relatou um histórico da sua condição de deficiente físico, ao final da conversa o colega sacou do bolso um valor em dinheiro, na intenção de dar uma “esmola”.

PcD3 declara: “Foi muito engraçado, ele ficou com pena de mim. Não foi a primeira vez que passei por essa situação. Já tive gente oferecendo até caixa de doce para que pudesse vender no semáforo. Eu penso se um dia eu precisar mesmo eu vou fazer isso”.

Essa forma de ver a deficiência é antagônica às exigências de desempenho e de resultado das empresas modernas, gerando conflitos para os gestores que compartilham dessa concepção, principalmente quando o desempenho das pessoas com deficiência sob suas responsabilidades não atende às demandas esperadas. Essa contradição parece manter os gestores em um estado de tensão e construção de soluções provisórias: não falar sobre o desempenho do subordinado, assumir atitudes paternalistas, etc.

Quanto ao discurso baseado em discursos da normalidade, pode ser constatado que cerca de 20% dos respondentes ainda compartilham o pressuposto de que somente alguns setores são adequados ao trabalho das PcD, reiterando a perspectiva de que o critério de alocação na função é o tipo de deficiência, já que esta se constitui em um “desvio” da normalidade. Esse discurso pode ter um impacto na carreira das PcD, conforme pode ser observado nas sugestões (queixas) dos funcionários da empresa contemplada no estudo de caso, em que é sugerido que se elimine a “discriminação de condição física para ascensão na carreira”. Considerando que o gestor tem um papel fundamental na carreira de seu subordinado, em função da avaliação que faz de seu desempenho, um discurso que considera que o fator de distinção do desempenho seja a própria deficiência muito provavelmente terá repercussões nas possibilidades de crescimento profissional dessas pessoas.

Em uma análise geral dos discursos sobre as percepções de deficiência presentes na empresa, verificou-se a predominância de um discurso pautado na inclusão. A percepção da diversidade como uma questão social é “privatizada” pela empresa, que assume, em seus princípios de responsabilidade social, o seu compromisso com essa questão. Não se pode afirmar se esse compromisso é real ou apenas os dirigentes estão preocupados em cumprir a lei como uma obrigação a ser realizada.

PcD4 é um funcionário que trabalha na empresa há 8 anos, relata que foi pioneiro como funcionário com deficiência física. Passou por vários setores, atuando desde atendente, passando por auxiliar e hoje exerce o cargo de fluxo de logística. Muitas foram as adaptações estruturais que a empresa executou para que PcD4 tivesse suas limitações amenizadas, tais como rampas, alargamento de portas e disponibilidade de um carrinho motorizado para ele se deslocar dentro da empresa no setor de seu trabalho.

Nesse caso ficou evidente que houve um investimento da empresa para que o funcionário permanecesse na empresa, sendo valorizado principalmente seu potencial de trabalho.

Contudo, as situações encontradas na empresa mostram-se complexas, pois, apesar do predomínio de concordância com o discurso da inclusão, outros discursos também apareceram, desafiando a administração com a coexistência de percepções, às vezes, antagônicas.

Assim, encontram-se situações com um discurso espiritual da deficiência e constata-se algumas implicações dessa concepção para o acompanhamento e a avaliação do desempenho das PcD, como atitudes paternalistas e conflitos entre as exigências da empresa e as crenças de “caridade” dessas pessoas. Por outro lado, a concepção da deficiência pautada em pressupostos de normalidade também está presente na empresa e tem implicações para as pessoas com deficiência, principalmente quando dependem da avaliação dos gerentes para sua progressão vertical (carreira), e esses gerentes fazem a análise de suas possibilidades pelo que lhes falta (deficiências), e não pelo que possuem (habilidades, potencialidades etc.). Tal despropósito de avaliação é referido pelas pessoas com deficiência entrevistadas, quando o assunto foi referente às oportunidades de crescimento profissional.

Além disso, o discurso baseado em pressupostos da inclusão, além de ter um *status* de discurso privilegiado na empresa, reflete uma atitude recorrente de buscar dar oportunidades iguais a todos, o que é confirmado pela inserção de PcD nas diferentes atividades da empresa, não havendo comportamento de segregação em áreas ou funções especificamente destinadas a elas. Essa atitude da empresa também é confirmada pela satisfação em relação ao uso e desenvolvimento de suas capacidades no cotidiano de trabalho.

A análise dos discursos sobre a concepção de deficiência permitiu também a verificação de algumas correlações entre a educação e o trabalho das PcD. Os dados empíricos confirmaram que a concepção baseada na inclusão está relacionada positivamente com as ações de sensibilização e com as práticas que as PcD desenvolveram no contexto escolar. Isto é, quanto melhor é o grau de instrução da PcD, melhores são suas relações na empresa e vice-versa.

É o caso da funcionária PcD2, deficiente auditiva que faz leitura labial e se comunica verbalmente, que trabalha no setor administrativo da empresa e que,

devido à sua formação em nível superior, declara que não existem barreiras para realizar seu trabalho:

Entrei aqui quando estava no segundo ano da faculdade. Acho que minha formação ajudou as pessoas a me verem com outros olhos e a valorizar meu trabalho. (Depoimento PcD2)

Como se pôde ver, PcD2 demonstrou, em seu discurso, que a imposição legal de cotas não favorece a inclusão, sendo, inclusive, resistente à política de cotas. Sua opinião é a de que, em contrapartida, a incorporação das práticas de responsabilidade social por parte das empresas tem favorecido a contratação e o desenvolvimento de relações inclusivas no ambiente de trabalho.

A Lei de Cotas tem dois lados. Um lado bom, porque oferece oportunidades de emprego, salário e possibilidade de profissionalização da pessoa com deficiência; e um lado ruim, porque, muitas vezes, a empresa coloca apenas por obrigação. Não são oferecidas as condições de trabalho necessárias. Fica muito tempo esperando ser admitida até fazer as adaptações necessárias. E, outras vezes, a pessoa fica apenas durante o tempo de experiência e é demitida sem poder mostrar suas potencialidades, porque não lhe dão condições de trabalho adequadas. (PcD2).

Em relação à Lei de Cotas, outra funcionária — PcD1 — reafirma a necessidade da “política de cotas”, pois, segundo ela, o governo não dá condições para as PcD competirem em igualdade de condições. Ela menciona, por exemplo, que as escolas não são inclusivas e que o transporte público é inadequado. Então, ela diz achar adequada a Lei de Cotas para pessoas com deficiência. Essa funcionária PcD1 possui perda auditiva (usa aparelho) e trabalha no mesmo setor da PcD2, porém, em uma função auxiliar. O discurso dela sobre a importância da educação para o trabalho é permeado de “traumas”. Ela declara que foi muito difícil enfrentar a conclusão da educação básica. Quanto a isso, ora ela culpa a escola, ora culpa os professores. Também fala do pouco apoio dos colegas. Entretanto, encontramos no seu discurso o posicionamento da própria culpa. Ficou evidente o discurso silenciado e as práticas sociais como determinantes na vida da PcD1.

Essas percepções têm um desdobramento que vai além do objeto de estudo desta pesquisa, pois se pressupõe também que implementando ações de sensibilização e adequando as práticas de Recursos Humanos das empresas,

aumenta-se a percepção das pessoas de que o ambiente de trabalho precisa ser acessível a todos. Essas correlações reafirmam o pressuposto de que a maior ou menor adequação de práticas de gestão de pessoas com deficiência (sensibilização e práticas de RH) modifica a relação de forças entre pessoas *com* e *sem* deficiência, pois esse grau de adequação tem uma relação direta com a forma como as pessoas concebem a deficiência na empresa, no caso específico, com a presença da percepção baseada na inclusão.

Verifica-se, ainda, que a percepção dos benefícios da contratação de PcD está associada com as ações de sensibilização, o que implica também que, aumentando-se as ações de sensibilização, aumenta-se esse tipo de percepção entre as pessoas.

Metodologicamente a proposta desta pesquisa foi buscar nos discursos aquilo que é essencial para compreender a constituição de um saber. Esse resgate dos discursos constitui campo de regularidade para múltiplas configurações de subjetividade, porém se trata do discurso não como a manifestação de um sujeito que pensa, conhece e que fala, mas, ao contrário, trata-se de discursos como um conjunto de enunciados pelos quais poderão ser determinadas essas múltiplas configurações.

Para Osório (2010c, p. 110),

[...] os discursos, enquanto um dos instrumentos das práticas sociais, não deveriam carregar o valor e o peso de um código de linguagem, o exigido é obediência e submissão a ele pelo convencimento, independente de ser falso ou verdadeiro. Também por isso o discurso é bipolar, é sedução ou rejeição. Dá vida e dá morte a sua própria existência.

Assim, ter os discursos como objeto de estudo significa estabelecer as suas regularidades, as suas relações entre objetos, entre tipos enunciativos, entre conceitos e estratégias que irão possibilitar a passagem da dispersão à regularidade dos discursos aos acontecimentos. Admite-se também que a ausência do discurso, enquanto manifestação de saberes, também seja um elemento que interfere na interpretação da deficiência e nas ações das pessoas. A deficiência, por suas características pouco familiares, pode ser concebida dentro da categoria de "estranho", isto é, como oposto ao que é familiar, "o não conhecido" e, dentro dos fenômenos considerados estranhos, afirma que o leigo vê neles forças previamente insuspeitadas, causando-lhes um sentimento de estranheza.

As primeiras percepções dos discursos das PcD demonstraram como a escola está despreparada para ser a mediadora entre a educação e o trabalho. Entendemos que é papel da escola realizar o preparo acadêmico para o futuro profissional, ou seja, realizar o preparo acadêmico para o mercado de trabalho. Ocorre, porém, que a escola, enquanto instituição, ainda está imbuída de preconceito, discriminação, desorganização, entre outros fatores negativos, conforme encontramos declarações nesse sentido nos discursos das PcD entrevistadas.

A história de PcD4, que trabalha há 4 anos na empresa pesquisada, possui uma malformação nas córneas e, por isso, desde os quatro meses de idade perdeu 90% da visão do olho direito e praticamente não enxerga com o esquerdo, é parecida com a história de muitos deficientes. O primeiro contato com o preconceito veio muito cedo, quando ele tinha 10 anos e estava no 3º ano do ensino fundamental:

“Eu passei duas vezes por isso na escola e nunca vou esquecer. Um dia a professora estava escrevendo no quadro

e eu pedi para ela aumentar a letra para eu conseguir copiar, ela virou para mim e disse que eu era cego e perguntou por que eu queria estudar”, relembra PcD4.

Desde esse momento PcD4 definiu que faria de tudo para terminar seus estudos e arrumar um bom emprego.

PcD4 relatou uma trajetória com episódios de discriminação na escola que frequentou até seus 22 anos. Ele chegou a desistir das várias buscas por um emprego, mesmo com o ensino médio concluído. Tentou se aposentar e depois de ter o benefício negado por duas vezes e já matriculado em curso profissionalizante no Ismac (Instituto Sul Mato-Grossense para Cegos Florivaldo Vargas), ele decidiu tentar pela última vez, e foi aí que a insistência foi recompensada.

Tinha um pessoal do "Fazendo Cartão de Compras" da empresa e passaram por mim perguntando se eu não queria fazer um. Eu disse para a moça que não, porque o que eu queria mesmo era um emprego. Ela me deu o endereço de onde eu deveria levar o currículo e naquela mesma hora eu fui. Depois de 15 dias, o telefone tocou e eu tinha conquistado o primeiro emprego. (PcD4).

PcD4 declara que, para conseguir o emprego, foi importante ter o ensino fundamental, porém ele acredita que não foram considerados o ensino médio e nem o curso de informática que ele havia concluído.

Não devemos esquecer que a escolarização serve para instrumentalizar o indivíduo para a inserção na cultura letrada, criando possibilidades de operação mental capaz de apreensão dos conceitos mais elaborados e complexos. A escolarização visa também instrumentalizar o educando através da essência do currículo escolar para uma prática social concreta, através da qual ele perceberá as contradições básicas da sociedade, poderá posicionar-se frente a elas e atuar para sua transformação, em favor das necessidades da maioria da população. A utilização do referencial foucaultiano nos remete a entender o depoimento de PcD4 sobre a importância da sua escolarização como descrição dos acontecimentos discursivos silenciado, pois o mesmo não percebe o potencial de inclusão social que a sua formação educacional pode proporcionar.

Nesse sentido, ao se considerar a escolarização como condição *sine quo non* para a inserção social, observa-se que as PcD estão conseguindo atingir esse pré-requisito. Verificou-se, porém, que algumas delas, mesmo tendo uma escolarização ou possuírem uma formação superior, ainda assim necessitam de

outros critérios para ingressar no mercado de trabalho, o que é uma contradição, uma vez que hoje são poucas as pessoas com a mesma escolarização e nível de formação que chegam às universidades, sendo considerados privilegiados os que conseguem concluí-la.

Desse modo, observamos outros percursos para a profissionalização do aluno com deficiência. É o caso de PcD6, com deficiência intelectual, que foi inserido ao mercado de trabalho por meio do Programa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho da Secretaria de Estado de Educação/MS, em parceria com setores da indústria e comércio implantado a partir de 1999, em Mato Grosso do Sul. O programa tem como princípio não gerar vínculo empregatício, por estar sob o regime da Instrução Normativa n.º 05 de 30/08/91 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. O objetivo do Programa é colocar no mercado de trabalho alunos jovens e adultos com deficiência, por um período de seis meses, ficando os três primeiros meses a cargo da Secretaria de Educação o pagamento de bolsa-auxílio de meio salário mínimo ao aprendiz, por quatro horas de treinamento. Os três últimos meses ficando sob a responsabilidade da empresa.

O Programa de inserção do aluno com deficiência contribuiu para a colocação dos jovens com deficiências no mercado de trabalho, e emerge uma análise das suas atividades que, entre outras, se apresentam como principais: triagem e cadastramento; reuniões com profissionais da escola e familiares; capacitação do alunado; captação de vagas junto ao empresariado; explicitação do programa para as empresas; colocação dos aprendizes e finalmente o acompanhamento sistemático dos mesmos.

PcD6 declara que muitos amigos seus estão trabalhando por conta da “ajuda do governo” (no caso da SED). Nesse sentido, refletimos sobre as possibilidades de desenvolvimento profissional, do poder de escolha, da autonomia atuando num momento importante de formação de posições e atitudes, de formas de ser perante o contexto social no qual PcD está inserida. Visitando uma das unidades de supermercado da rede da empresa pesquisada, foi possível observar que os jovens com deficiência atuam principalmente como auxiliares de caixa ou apoio nos serviços gerais. É satisfatória a recepção destes aprendizes no local de trabalho, porém, conversando com pessoas que trabalham com eles há algum tempo, disseram que já houveram casos em que os fregueses se sentiram “incomodados” com a participação de PcD no local.

Buscando o referencial foucaultiano, compreendemos que a sociedade e as instituições desenvolvem mecanismos de separação, de rotulação e de localização de pessoas, de grupos e de ideias. Esses mecanismos são poderosos produtores de verdades e de ações, tornando-se capazes de regular a vida das pessoas. E, conforme Foucault (2007, p. 44):

Ao fazer isso, produzem uma complexidade enorme de outros tantos movimentos atravessando o campo social por forças de várias ordens, naturezas e intensidades. O que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, e suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em diferentes níveis de sociedade, em campos e com extensões tão variadas. Importa fazer a análise do poder, dos jogos de exclusão, dos regimes de verdade que separam e deixam fora do sistema grandes contingentes de pessoas, pela exclusão do trabalho, da família, do discurso, da participação plena na sociedade.

Percebemos que nas organizações modernas a inclusão social está determinada pela apropriação do saber formal e técnico, porém, a carência de renda vinculada a uma educação de pouca qualidade, afetam a capacidade de aprendizado, gerando consequências para a vida toda da pessoa, colocando-as em situação de desvantagens do acesso a vários benefícios, principalmente à conquista de um espaço no mercado de trabalho.

O que norteia o processo de inclusão social é que nem todos os que apresentam deficiência precisam de recursos especiais e muitos menos de reservas especiais. Essas PcD precisam apenas, assim como todas as pessoas excluídas socialmente, de uma oportunidade, isto é, primeiramente de obtenção de uma escolaridade e, depois, do acreditar da sociedade no investimento realizado.

Verificou-se que a ação afirmativa que instituiu o sistema de cotas, abriu possibilidades para as PcD ingressarem em funções que muitas vezes não estão compatíveis à sua formação educacional, evidenciando uma contradição com o discurso oficial em vigor, que, ao mesmo tempo em que estabelece a igualdade a todos, cria políticas públicas alternativas, para legitimar a desigualdade. Contradições identificadas: percepções da deficiência *versus* deficiência e sucesso escolar *versus* ocupação laboral pela cota.

A análise do processo demonstrou que as pessoas com deficiência ainda consideram a escolarização como uma promessa de inclusão no mercado de

trabalho. Contudo, verificam-se indícios de que estudar não demonstra ser o caminho de garantia de acesso ao trabalho, e tal premissa pode ser estendida a uma gama de pessoas excluídas socialmente.

A relação educação e trabalho para a PcD é permeada do discurso da exclusão e se confirma na medida em que as pessoas com deficiência não conseguem boas colocações para inserção no trabalho, e muito menos um trabalho vinculado à sua formação. A PcD ao obter uma vaga de trabalho, esta deveria ser compatível com sua formação e não com sua deficiência, o enfoque está na deficiência e não na eficiência, sendo o sistema de cotas um dispositivo preponderante para a confirmação do processo. No que diz respeito à compatibilidade de funções, dever-se-ia cumprir o princípio isonômico.

Observa-se que muitas vezes não há critério nenhum para eleger se uma função é ou não compatível com a formação da pessoa e sim determinada pela deficiência, sendo que muitas funções nunca foram galgadas pelos deficientes e, por conseguinte, não podemos nem ao menos dizer se é ou não possível de serem exercidas pelos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais possíveis devemos inicialmente considerar que as reflexões e os fragmentos disponibilizados nesse relatório de tese deverão servir de subsídios para outras reflexões e para outros trabalhos cuja temática seja a inclusão social da PcD.

Ao resgataremos as análises feitas ao longo deste estudo, considerando a educação e o trabalho como determinantes para a inclusão social da PcD por meio dos discursos implícitos e explícitos no processo, podemos traçar uma linha de pensamento acerca de como se constroem e se desconstroem as práticas sociais que imperam..

A partir de alguns subsídios iluminados pelos referenciais teóricos de Michel Foucault, a produção de artigos e outros artefatos permitiram concluir observações discursivas que circulam, possibilitando observar as diferentes formas de como se compreender as redes de dispositivos e práticas sociais que se estruturam e readéquam a inclusão social da PcD.

As leituras de Foucault permitiu compreender que os discursos, em pontos diferentes da sociedade, geram verdades e modelam indivíduos, “normais” e “anormais”, num tempo e espaço determinado, trazendo elementos comuns e diferenças sociais. Isso, segundo Foucault, enriquece o processo individualizante do disciplinamento, fazendo assim com que os indivíduos independentes de serem diferentes possam ser mais facilmente manipulados, submissos, sujeitados e governados. Para Foucault a disciplina é chamada de anatomia política do detalhe, ou seja, nenhum deslize seria tão pequeno para que não fosse visto ou vigiado e punido.

Parte-se do princípio de que as práticas sociais são estruturas montadas para o exercício do poder público e privado, com rituais de punição, a partir de estratégias elaboradas de vigilância, que perpassam por todas as instituições, visando o disciplinamento e alienação dos indivíduos, reforçando suas condições de diferenças, gestados pela sociedade em seu cotidiano.

Pela arqueologia foi questionada e desconstruída as diferentes dimensões e especificidades, de forma pontual distributiva, em normas orientadoras reforçadas

por pressupostos teóricos e subsídios, a partir das abordagens da percepção da deficiência, se propondo ter uma unidade “discurso-objeto”, distinguindo essa unidade, em outras formas de facetas e redes em amplas e diferenciadas dimensões da inclusão social.

Conforme foi escrito a arqueologia da inclusão social, trás em sua especificidade, a essência do próprio movimento da relação educação e trabalho, pelo qual ela é produtora de conhecimento e é concebida como uma das formas de produção de discursos, principalmente aqueles que trazem em suas bases, histórias de vida, experiências.

A inclusão social é dotada de uma estrutura muito particular que diz respeito precisamente às práticas sociais que ao longo do tempo foram se delineando, ora de uma forma linear, ora num processo contraditório. Explica-se assim, as percepções que norteiam a deficiência.

A resistência reside nas características individuais das pessoas com deficiência, no processo de escolarização e de formação para o trabalho. A ideia de padronização nas práticas pedagógicas nos modos de ensinar e de aprender perdura até os dias atuais, há milhares de anos, em diferentes países, na organização das estruturas educacionais ou mercado de trabalho, implicando na intensificação dos processos de exclusão social.

Um dos grandes dilemas enfrentados pelo discurso da inclusão é sua progressiva aproximação com os instrumentos de exclusão social, e, ainda o idealismo de seus pensadores, tendo em vista a institucionalização deste pensamento. Fica clara, então a necessidade deste discurso de inclusão estar sempre buscando regenerar o saber debilitado em cada tempo.

Os discursos de inclusão social são resultados de atos humanos, que em cada etapa da história têm se apresentado de forma latente e apaziguadora das tensões sociais. É importante dizer que o discurso da inclusão é produzido por orientações coletivas, reforçadas não somente em regulamentações oficiais, mas também por diferentes práticas sociais que enfatizam ações discriminativas e segregadoras. Daí, esses discursos não podem ser entendidos separadamente destas práticas explicitadas em suas diferentes correlações de forças e provocadoras de contradições.

Entendida como uma luta constante, representada por diferentes roupagens históricas e políticas, a inclusão social por meio da educação e do trabalho se

estendem com sinalizações e buscas em diferentes ordens legais que encontram suas resistências nos preconceitos culturais e pedagógicos sobre a deficiência. A diferença desses indivíduos em relação às condições sociais, os postulam por um campo constante de segregação institucional, o que pode ser comprovado com algumas informações apresentadas neste relatório de tese.

O que se observa nesse exercício de igualdade é provocador de outros discursos, cujas bases estabelecem um universo significativo de jogos de correlação de forças, capazes de revigorarem, de ocasionarem a instauração de mudanças no seio de cada instituição.

O grande desafio que a PcD tem que enfrentar frente ao discurso da inclusão social é da convivência com a correlação de forças e do seu papel atribuído muito além do próprio espaço laboral .

Na preocupação que a PcD não exercesse uma função que não fosse compatível com sua deficiência, empresas colocam as PcD em funções compatíveis de acordo com os sentidos não afetados pela deficiência destas pessoas, sem deixar que os mesmos fossem agentes do processo, e pudessem elas mesmas dizer se elas seriam ou não capazes de exercerem, assim, um cego irá ser telefonista, só pelo fato de ouvir bem.

É assim que Foucault vê a dominação se inscrever no âmbito das dimensões cotidianas, com a privatização da vida social e consequentemente ocultamento do conflito.

Mediante as práticas sociais registradas historicamente por ações e processos de distribuição de leis, normas, regras que dão sustentação ao poder disciplinar explícito ou implícito na sociedade.

Desenvolver o estudo sobre inclusão social das pessoas com deficiência, visando identificar uma possível relação entre educação e trabalho foi uma tarefa que exigiu, acima de tudo, bom senso, pois, foi um trabalho marcado por contradições, no qual tinha-se que tomar posicionamentos que, muitas, vezes se diferenciavam do nosso modo de pensar e das hipóteses iniciais que tínhamos construído a respeito do tema.

Levamos em conta, neste trabalho de pesquisa, aspectos da subjetividade social da PcD, tentamos explicar os fatos sobre o crivo perceptivo dos sujeitos entrevistados.

Refletimos sobre o tema descrito por entendermos que existe uma contradição nos discursos oficiais vigentes e também na prática da inserção da PcD no mercado de trabalho, por ser um assunto que reflete interesse e ao mesmo tempo ainda causa um mal-estar na sociedade contemporânea.

A construção do trabalho não foi uma tarefa fácil, pois tínhamos que pensar a educação e o trabalho num complexo contexto, marcado por fortes contradições. Foi uma pesquisa que exigiu um exercício muito grande de busca de suportes teóricos, informação empíricas, análise e reflexão, organização de dados, escrita, reavaliação e auto-avaliação constantes.

No entanto, ao dar voz às PcD foi possível refletir sobre os caminhos que revelaram a visão destas pessoas, no que se refere a importância da educação e, também, o que permitiu avaliar onde estavam os verdadeiros entraves que dificultaram o ingresso no mercado de trabalho de forma normal, isto é, sem a necessidade de utilização de dispositivos alternativos como as cotas.

A arqueologia elaborada por Michel Foucault mostrou que a pesquisa é um ato de desconstrução. Desconstrução do sujeito (principalmente, daqueles que o utilizam como base epistemológica para suas reflexões), desconstrução de tudo o que está posto, tudo o que é considerado natural e verdadeiro. Nessa perspectiva, adotar o referencial foucaultiano para o desenvolvimento de uma pesquisa é, antes de tudo (ou nada!), deixar as verdades em suspenso, olhar para os discursos com suspeita, é compreender que o conhecimento é circunscrito num tempo histórico, já que o sujeito que o “inventa” está inserido num campo de relações de poder.

A metodologia também ancorou-se em pressupostos que permitiram fazer análise de documentos oficiais, produzidos em âmbito internacional e nacional, nas esferas federais, estaduais e municipais e os nexos com as narrativas das PcD, não desvinculando o assunto tratado, das atuais demandas contemporâneas.

E ainda, compreendemos, por meio da revisão bibliográfica, que o sistema de cotas foi criado para atender as necessidades de segmentos historicamente excluídos.

Em posse destes conhecimentos, nos aproximamos dos sentidos subjetivos produzidos pelas PcD, quando colocam as suas experiências de ingressar no mercado de trabalho se ocupando das ações afirmativas, nos permitindo identificar a relação entre a subjetividade social e individual constituída por meio de práticas sociais ao longo do processo de vida dos sujeitos deste estudo.

Explicando melhor, na singularidade das informações expressadas pelos sujeitos entrevistados, apreendemos o processo vivido por eles, na busca de um espaço no mercado de trabalho.

Entendemos que a titulação acadêmica para a PcD faz sentido em alguns casos como requisito para inserção no mercado de trabalho. Mas, a escola, como locus de formação, não tem cumprido sua função de forma satisfatória, ou seja, pouco contribuiu efetivamente, para que estas pessoas concorrerem em nível de igualdade com os não deficientes, uma vez que estas pessoas ainda necessitam das cotas para inserção imediata no mercado de trabalho.

Verificou-se também, que as pessoas com deficiência veem a escola como uma promessa de inserção no mercado de trabalho e identificamos uma certa frustração, que pode ser estendida a uma gama de pessoas excluídas socialmente.

Observou-se que o princípio de igualdade colocado nas leis, expressa a necessidade de atender as demandas sociais ocasionadas pela exclusão social, serve mais como medidas paliativas do que concretas, uma vez que as oportunidades de emprego são restritas no sentido de que se percebe maior preocupação com relação ao âmbito jurídico da contratação de PCD, em detrimento da própria inclusão social dessa demanda populacional de modo que a obrigação legal de contratação pode significar apenas uma inclusão formal.

Durante o percurso do trabalho de pesquisa, após observar os conflitos ainda existentes sobre os desafios educacionais e as conquistas profissionais, inferir que a “deficiência”, como quesito necessário para disputar uma vaga no mercado de trabalho pelas cotas, reforça a ideia de incapacidade do deficiente, isto é, reforça a patologia, serve como rótulo para dizer quem é ou não capaz.

A representação social que se tem da deficiência na relação laboral, é que a limitação é incapacitante e coloca o sujeito na condição de incapaz que surge durante o estabelecimento de relações sociais.

Conclui-se que o sistema de cotas, impõe limites para pessoas, quando compatibilizam a competência pela deficiência, não leva em conta, por exemplo, que PcD sejam consideradas mais eficientes em certas atividades e menos em outras, no entanto, um parâmetro utilizado para uma PcD, servem para “todas”.

E ainda, é oportuno destacar que, somente a contratação por meio das cotas, concedida de forma isolada não é capaz de atender a exclusão empregatícia

da sociedade, é necessário um tripé básico, uma educação voltada para busca da autonomia – acessibilidade – conhecimento específico das funções empregatícias.

Algumas das pessoas com deficiência entrevistadas também anunciaram que só a escola não foi capaz de atender as expectativas para ingresso no mercado de trabalho, ela é deficiente e preconceituosa, enquanto as cotas fazem a diferença para remendar o que a educação não conseguiu fazer. Observamos que as PcD entrevistadas e que estão inseridas no mercado de trabalho por meio das cotas, tiveram passagens por escolas públicas, mas apesar de reclamarem do despreparo dos professores e do próprio sistema, no atendimento as suas necessidades, afirmam que foi o conhecimento obtido por meio da escolarização que proporcionou melhores condições no campo profissional, o que, mais um vez, evidencia às contradições encontrados no percurso deste trabalho, onde ao mesmo tempo em que colocam que a escolarização não teve importância, evidencia os conhecimentos obtidos na escola como recurso fundamental para sua cidadania.

Para finalizar, destacamos algumas reflexões possíveis sobre a inclusão social das PcD. Percebemos que, na maioria das vezes, tais pessoas são retratadas em contextos estereotipados e reducionistas. Que o discurso típico a seu respeito costuma se limitar a dois polos: a negação da autonomia e a exploração da imagem, apelando para situações que despertam sentimentos de pena ou de motivação para quem não tem nenhum tipo de deficiência. São muito comuns as histórias de superação contadas para comover as demais pessoas a partir das dificuldades vivenciadas por quem tem deficiência. O interessante é que muita gente ainda é surpreendida quando esses indivíduos demonstram que possuem liberdade de escolha e plena capacidade para viver em sociedade. Talvez aí, nesse âmbito humano-social, a opção por Foucault demonstrou ser a melhor opção teórica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mariana Pinheiro Pessoa de Andrade **O significado do benefício de prestação continuada da política de assistência social na vida das pessoas com deficiência**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2012. 112f

ANACHE, A. A. O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 4, p. 119-126, 1996.

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. (trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista – Qualitative Research for Education, 1991). Porto, PT: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 1988.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.213**, de julho de 1991.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE/ CEB) nº 02**, de 11 de fevereiro de 2001

CARREIRA, D. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. In: MANTOAN, M. T. E. (org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memonn, 1997.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L.; SCHERER, F. L. Inclusão no mercado de trabalho: um estudo com pessoas portadoras de deficiência. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 28, 2004, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: EnANPAD, 2004. 109

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Foucault: repensar a política**. [Org. Manuel Barros da Motta; trad. Vera Lúcia Paranhos Pessoa de *Dits écrits* IV]. 1. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. A Psicologia de 1850 a 1950. In: FOUCAULT, Michel. **Problematização do Sujeito: psicologia, Psiquiatria, psicanálise**. [Org. Manuel Barros da Motta; trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro de]. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. [trad Raquel Ramallete]. 35. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** [trad. Luiz Felipe Baeta Neves]. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. [Org. Manuel Barros da Motta]. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006. (Ditos e Escritos, Vol. IV)

FOUCAULT, Michel. **A Hermeneutica do sujeito**. [trad. Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail]. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970-1999 [trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio]. São Paulo: Edições Loyola, 2007

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. [trad. Salma Tannus Muchal]. 8. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 110

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos Volume VII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979; 1982.

GALLO, Silvio. As contribuições de Foucault à educação. Entrevista. São Leopoldo, 06 de Novembro de 2006. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU - on line**. Disponível no site: <<http://www://www.unisinos.br/ihu>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

GARCIA, Vinicius G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e o contexto contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2010. 205 f

GEIARF. **Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas os Referenciais Foucaultianos de Pesquisa**. Campo Grande, MS: PPGEducUFMS, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo 2010**. Disponível no site: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>>. Acesso em: 18 jul. 2014

JANNUZZI, Gilberta. **Algumas concepções de educação do deficiente**. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004.

LANCILLOTTI, S. S. P. A integração pelo trabalho na sociedade da exclusão. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 24, 2001, Caxambú. **Anais eletrônicos...** Caxambú: ANPED, 2001.

LEÃO, Tatiana Calheiros Lapas. **Governabilidade da educação e da saúde no cuidado de si dos professores**. 200f. Tese (Doutorado em Educação) – PPGEduc/UFMS, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para a reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MARTINS, S. M. F. C. Deficiência física e mercado de trabalho: o ponto de vista do trabalhador deficiente. **Consciência, Palmas-Pr**, v. 10, n. 1, p. 55-70, jan./jun. 1996.

MIRANDA, T. G. **Trabalho e deficiência: velhos desafios novos caminhos**. E. J. In Manzini (Org.), *Inclusão e acessibilidade* (pp. 159-170). Marília: ABPEE. 2006.

MENDES, E. G. *et al.* Atitudes e percepções acerca dos indivíduos com necessidades educacionais especiais. **Temas em Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia**, v. 10, n. 2, 2002.

NERI, M. *et al.* **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Igualdade no Trabalho: um desafio contínuo. Relatório Global no quadro de seguimento da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. **Conferência Internacional do Trabalho**. 100ª Sessão 2011. Bureau Internacional do Trabalho Genebra, 1. ed., maio 2011.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (Org.). **Arqueologias na Pesquisa Educacional**. 1. Ed. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2013. 112
OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Apresentação. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento.. **Diálogos em Foucault**. 1. Ed. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2011.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (Org.). As Instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Diálogos em Foucault**. 1. Ed. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2010a.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (Org.). Escolarização: pacto de silêncio pela indiferença. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Diálogos em Foucault**. 1. Ed. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2010b.

OSORIO, Antônio Carlos do Nascimento. **As políticas de Educação profissional: velhas propostas em novos discursos?**. Intermeio Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande - MS, v. 10, n. 18, p. 27-42, 2003.

OSORIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Estranho medo da inclusão**. Revista do Centro de Educação, vol. 32, núm. 2, Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil. 2007, pp. 301-318

OSORIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Políticas e Desafios na Educação para os Trabalhadores Empregados e Desempregados**. Intermeio: revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, 7(14): 22-41, 2001.

RANGEL, Fabiana Alvarenga. **Foucault, Lévinas e Marx em leituras sobre a escola no cuidado de si de pessoas com deficiência**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2012. 289 f.

SILVA, G. P. **O significado do trabalho para o deficiente visual**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

VILLA, Mirella. **Versões e Inserções: a educação de jovens e adultos com deficiência mental**, 2003. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação Stricto Sensu em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2003. (Orientadora Alexandra Ayache Anache). UFMS. Programa de Pós-graduação em Educação – Centro de Ciências Humanas e Sociais – Curso de Mestrado e Doutorado.

SUGESTÕES PARA CONSULTA NA INTERNET

Normas Técnicas de Acessibilidade (ABNT)
<http://www.acessibilidade.org.br/normas.htm>

Organização das Nações Unidas (ONU)
<http://www.un.org/disabilities>

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
<http://www.ilo.org> ou www.oitbrasil.org.br

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
<http://www.mte.gov.br>
 Ministério Público do Trabalho
<http://www.mpt.gov.br>

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – Ministério Público Federal
<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br>

Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)
http://www.mj.gov.br/mpsicorde/arquivos/template/p_noticias.asp

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE)
<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/noticias1.asp>

Rede Saci
<http://http://www.saci.org.br/>

Acessibilidade. Siga Essa Ideia
<http://acessibilidade.sigaessaideia.org.br/>

Acessibilidade Brasil
<http://www.acessobrasil.org.br/>

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Modelo do Questionário sobre a Importância da Educação – QIE.....	113
Apêndice B - Modelo do Questionário sobre a Importância do Trabalho – QIT.....	115
Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Anuência.....	117
Apêndice D - Roteiro de Entrevista.....	119

APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO – QIE

QUESTIONÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO - QIE

Neste questionário estão listados alguns itens relacionados à importância da educação para a inserção social da pessoa com deficiência.

Por favor, leia cada um dos itens abaixo e utilize a escala de 1 a 6 para avaliá-los.

A escala avalia quanto você se identifica com cada item. 1	2	3	4	5	6
Discordo Totalmente	Discordo muito	Discordo pouco	Concordo Pouco	Concordo Muito	Concordo Totalmente

AFIRMATIVAS		Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo pouco	Concordo pouco	Concordo muito	Concordo totalmente
1. A deficiência é uma manifestação de um poder divino.		1	2	3	4	5	6
2. A deficiência é fator de impedimento para um sujeito aprender a ler e escrever.		1	2	3	4	5	6
3. A pessoa com deficiência é a maior responsável pelo sucesso na sua escolarização.		1	2	3	4	5	6
4. As pessoas com deficiência precisam de assistência especializada na instituição de ensino, de acordo com suas dificuldades.		1	2	3	4	5	6
5. As pessoas com deficiência devem ser separadas das demais pessoas sem deficiência, através de entidades assistenciais, educativas e de saúde.		1	2	3	4	5	6
6. A deficiência é uma marca que impede a inserção social.		1	2	3	4	5	6
7. O melhor que a sociedade pode fazer pelas pessoas com deficiência é contribuir com entidades que desenvolvam atividades específicas para elas.		1	2	3	4	5	6
8. A instituição educacional precisa modificar suas condições para receber a pessoa com deficiência.		1	2	3	4	5	6
9. O acesso ao ensino superior é restrito para pessoas com deficiência.		1	2	3	4	5	6
10. A formação em nível superior garante à pessoa com deficiência acesso direto ao trabalho.		1	2	3	4	5	6
11. A Lei de cotas é essencial para a inserção social da pessoa com deficiência.		1	2	3	4	5	6
12. As instituições de ensino superior não estão preparadas para a formação de pessoas com deficiência.		1	2	3	4	5	6
13. A presença de pessoas com deficiência nas instituições educacionais estimula a solidariedade.		1	2	3	4	5	6

APÊNDICE B – MODELO DO QUESTIONÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO – QIT

QUESTIONÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA A INSERÇÃO SOCIAL

Neste questionário estão listados alguns itens relacionados à importância do trabalho para a inserção social da pessoa com deficiência.

Por favor, leia cada um dos itens abaixo e utilize a escala de 1 a 6 para avaliá-los.

A escala avalia quanto você se identifica com cada item. 1	2	3	4	5	6
	Discordo muito	Discordo pouco	Concordo Pouco	Concordo Muito	Concordo Totalmente

AFIRMATIVAS		Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo pouco	Concordo pouco	Concordo muito	Concordo totalmente
14. O trabalho das pessoas com deficiência diminui as vantagens competitivas da empresa.	1	2	3	4	5	6	
15. As pessoas com deficiência desempenham o trabalho com baixa produtividade.	1	2	3	4	5	6	
16. As pessoas com deficiência devem desenvolver seus trabalhos em instituições especializadas.	1	2	3	4	5	6	
17. As pessoas com deficiência são mais adequadas em trabalhos repetitivos.	1	2	3	4	5	6	
18. Somente alguns setores são adequados para o trabalho de pessoas com deficiência.	1	2	3	4	5	6	
19. A convivência com pessoas com deficiência melhora o clima da empresa.	1	2	3	4	5	6	
20. Contratar pessoas com deficiência melhora a imagem da empresa junto aos clientes.	1	2	3	4	5	6	
21. Contratar pessoas com deficiência melhora a imagem da empresa junto aos funcionários.	1	2	3	4	5	6	
22. As pessoas com deficiência podem assumir atitudes inadequadas na empresa provocando situações embaraçosas.	1	2	3	4	5	6	
23. As pessoas com deficiência são mais propensas a se acidentar que as demais pessoas.	1	2	3	4	5	6	
24. As pessoas com deficiência são mais produtivas que as demais.	1	2	3	4	5	6	
25. As pessoas com deficiência são mais comprometidas que as demais.	1	2	3	4	5	6	
26. As pessoas com deficiência são mais estáveis no emprego que as demais.	1	2	3	4	5	6	
27. As pessoas com deficiência têm maiores dificuldades para trabalhar em postos de trabalho flexíveis.	1	2	3	4	5	6	
28. As pessoas com deficiência têm pior desempenho no trabalho.	1	2	3	4	5	6	
29. As empresas com grande número de pessoas com deficiência são menos competitivas que as demais.	1	2	3	4	5	6	
30. As instituições especializadas são mais aptas a trabalhar com pessoas com deficiência que as empresas.	1	2	3	4	5	6	

31. As pessoas com deficiência têm uma missão especial em suas vidas.	1	2	3	4	5	6
32. As pessoas com deficiência podem desempenhar adequadamente qualquer tipo de trabalho desde que realizadas as adequações necessárias nos instrumentos de trabalho.	1	2	3	4	5	6
33. As pessoas com deficiência costumam ter problemas no relacionamento com as pessoas sem deficiência.	1	2	3	4	5	6

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E TERMO DE ANUÊNCIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEdu**

Estou realizando uma pesquisa com a finalidade de investigar a relação educação e trabalho como processo de inserção social da pessoa com deficiência (PcD), nos quais, serão analisados os seguintes aspectos: levantamento das empresas em Mato Grosso do Sul que trabalham com a inserção de pessoas com deficiência, através da coleta de dados, realizada por meio da aplicação de questionários estruturados, desenvolvidos a partir do referencial teórico. Além disso, serão verificadas as possíveis relações de associação entre as práticas sociais determinantes para a inserção social da PcD.

Numa segunda etapa, pretende-se focalizar a inserção social via educação e trabalho por meio de um estudo de caso visando caracterizar as condições da inserção de pessoas com deficiência e dando voz aos sujeitos da pesquisa.

Para esta pesquisa, necessitamos de informações sobre e das pessoas com deficiência, por meio de entrevista, sobre esses aspectos.

O registro das informações, o nome e identidade das pessoas entrevistadas serão mantidos em sigilo, sendo garantido a confidencialidade e privacidade às informações coletadas quando da publicação do relatório final da pesquisa.

Sua participação no estudo é voluntária, você pode optar em participar do mesmo ou não. Entretanto sua colaboração é muito importante para que eu possa realizar este trabalho

Na certeza de poder contar com essa parceria, segue uma via assinada do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e uma via do “Termo de Anuência”.

Profª Ms Mirella Villa de Araújo Tucunduva da Fonseca

TERMO DE ANUÊNCIA

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEdu

Declaro que li e entendi este documento de consentimento, todas as minhas dúvidas foram esclarecidas oralmente e que, participo deste estudo voluntariamente.

Assinatura do (a) voluntário (a) _____ Data ____/____/____
Nome completo do (a) voluntário (a) _____
Local e telefone de contato _____

Assinatura da Pesquisadora _____ Data ____/____/____
Nome completo da pesquisadora: Mirella Villa de Araújo Tucunduva da Fonseca
Telefones para contato: Residencial: (067) 3326-3190 - Celular: (067) 99069685.
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Doutorado em Educação – UFMS: (067) 3345 7616.

Assinatura do Orientador: _____ Data: ____/____/____
Nome Completo do orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório
Telefone para contato: Cel.: (067) 9984-3042
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Doutorado em Educação – UFMS: (067) 3345 7616.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

NOME: _____

GRAU DE INSTRUÇÃO _____

CARGO: _____

TEMPO QUE TRABALHA: _____

TIPO DE DEFICIÊNCIA: _____

IDADE: _____

UNIDADE DA EMPRESA: _____

2. Existe relação entre sua formação educacional e seu trabalho?
3. Qual é o significado do trabalho para você?
4. Como você percebe o processo de inserção de pessoas com deficiência através do trabalho? Política de cotas?
5. A empresa tem uma política de qualificação de pessoas direcionada para a inserção de pessoas com deficiência? Quais são os principais objetivos e ações esperadas desta política?
6. Como as ações de inserção ocorrem no cotidiano de trabalho (procedimentos: recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, administração de recompensas, política de carreira e adequação das condições de trabalho)?
7. Quais foram as principais dificuldades encontradas?
8. Quais são os fatores que interferem no seu trabalho?

- ☐ Sobre a sua remuneração
- ☐ Condições de trabalho
- ☐ Uso e desenvolvimento de suas capacidades
- ☐ Oportunidades de crescimento profissional
- ☐ Integração social na organização
- ☐ Direitos na instituição
- ☐ Equilíbrio trabalho e vida
- ☐ Relevância social de seu trabalho

9. Comentários que desejar fazer.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PRODUÇÃO DOS DISCURSOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: VERSÕES E PERCEPÇÕES

Pesquisador: MIRELLA VILLA DE ARAÚJO TUCUNDUVA DA FONSECA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 43290015.1.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.044.761

Data da Relatoria: 30/04/2015

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa sobre as percepções de PcD sobre as relações entre educação e trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

- 1) Analisar as produções discursivas sobre a inserção social de pessoas com deficiência, via educação e trabalho.
- 2) Analisar a relação educação e trabalho no campo dos acontecimentos discursivos da inserção social de pessoas com deficiência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Tendo em vista que não foram apresentados os instrumentos de coleta de dados, nem definido exatamente o(s) local(is) da pesquisa, não foi possível apreciar os riscos da pesquisa do ponto de vista ético, ainda que os benefícios aparentam ter bom potencial.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Para a seleção dos sujeitos a serem pesquisados foi estabelecido estudo de corte transversal na cidade de Campo Grande, MS. Serão selecionadas empresas fazem parte do Programa "Empresa Inclusiva" implantado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande por meio da Fundação Social do Trabalho – Funsat/Núcleo de Inclusão do Trabalhador com Deficiência no Mercado de Trabalho em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MS – SRTE/MS/FISCALIZAÇÃO.

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549

CEP: 79.070-110

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187

Fax: (67)3345-7187

E-mail: bioetica@propp.ufms.br



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PRODUÇÃO DOS DISCURSOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: VERSÕES E PERCEPÇÕES

Pesquisador: MIRELLA VILLA DE ARAÚJO TUCUNDUVA DA FONSECA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 43290015.1.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.044.761

Data da Relatoria: 30/04/2015

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa sobre as percepções de PcD sobre as relações entre educação e trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

- 1) Analisar as produções discursivas sobre a inserção social de pessoas com deficiência, via educação e trabalho.
- 2) Analisar a relação educação e trabalho no campo dos acontecimentos discursivos da inserção social de pessoas com deficiência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Tendo em vista que não foram apresentados os instrumentos de coleta de dados, nem definido exatamente o(s) local(is) da pesquisa, não foi possível apreciar os riscos da pesquisa do ponto de vista ético, ainda que os benefícios aparentam ter bom potencial.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Para a seleção dos sujeitos a serem pesquisados foi estabelecido estudo de corte transversal na cidade de Campo Grande, MS. Serão selecionadas empresas fazem parte do Programa "Empresa Inclusiva" implantado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande por meio da Fundação Social do Trabalho – Funsat/Núcleo de Inclusão do Trabalhador com Deficiência no Mercado de Trabalho em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MS – SRTE/MS/FISCALIZAÇÃO.

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549

CEP: 79.070-110

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187

Fax: (67)3345-7187

E-mail: bioetica@propp.ufms.br